

FERNANDO CUNHA

ELITES POLÍTICAS MUNICIPAIS NO BRASIL-COLÔNIA
Homens-bons da Curitiba setecentista

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Antônio César
de Almeida Santos

Co-orientador: Prof. Dr. Magnus Roberto
de Mello Pereira

CURITIBA

2003

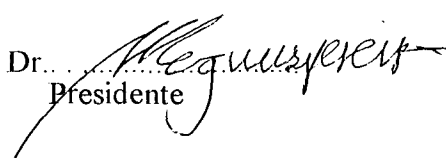


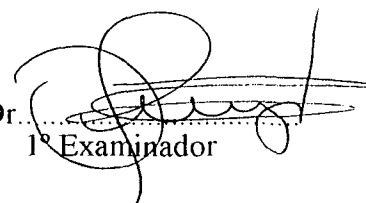
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

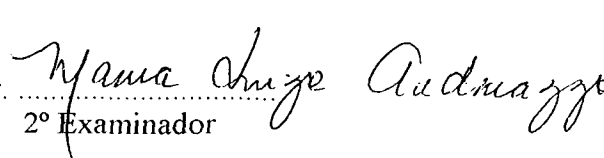
PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História para realizar a arguição da Dissertação do candidato Fernando Cunha, sob o título "Elites políticas municipais no Brasil Colônia: homens bons de Curitiba Setecentista" para obtenção do grau de **Mestre em História**, após haver realizado a atribuição de notas são de Parecer pela *aprovação* sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação em História, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de **Mestre**.

Curitiba, 12 de dezembro de 2003

Prof. Dr. 
Presidente

Prof. Dr. 
1º Examinador

Prof. Dr. 
2º Examinador

Para
ROSELE
FRANCISCO
E SAMUEL

RESUMO

O presente trabalho discute as eleições municipais em Curitiba no período entre 1776 e 1827, tendo por base a característica da vila de Nossa Senhora da Luz dos pinhais de Curitiba, como parte da colônia portuguesa, no Brasil, durante o Antigo Regime português. A análise das fontes serviu para responder a questão central: quem participava dos processos eleitorais do período. Apresenta, inicialmente, uma discussão sobre a administração portuguesa no século XVIII, abordando a historiografia portuguesa atual sobre o assunto. E, de maneira específica, as eleições e elites municipais em Portugal, no período. Trata de que maneira a legislação vigente contribuía para a formação de uma elite política local. Por último, trata das eleições municipais em Curitiba. A principal fonte de pesquisa foi o Livro de Atas de Eleições de Curitiba (1767-1827). Descreve o processo eleitoral e os que dele participava, as disputas políticas contidas nas eleições do grupo que formava a câmara municipal e a ação de grupos familiares na política, visando o controle dos processos eleitorais.

Área de conhecimento: História do Brasil (7.05.05.00-4)

SUMÁRIO

| | |
|---|---------------|
| INTRODUÇÃO..... | 01 |
| 1 - A ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA NO ANTIGO REGIME..... | 04 |
| 1.1 O Brasil no contexto do Império Colonial Português..... | 08 |
| 1.2 A instituição municipal na administração portuguesa..... | 16 |
| 1.3 Eleições municipais e oligarquias locais..... | 20 |
| 2- HOMENS BONS E ELEIÇÕES MUNICIPAIS NA CURITIBA | |
| SETECENTISTA..... | 31 |
| 2.1 As eleições municipais em Curitiba (1776-1827)..... | 32 |
| 2.2 Eleições e eleitores em Curitiba | 42 |
| 2.3 Disputas políticas e elites locais..... | 56 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 67 |
| FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 68 |
| ANEXOS | |
| ANEXO -1 Relação dos indivíduos indicados para eleitores..... | 71 |
| ANEXO -2 Transcrições das atas de eleições de pelouro (1776-1828)..... | 78 |

INTRODUÇÃO

Na Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba encontramos, ainda, uma rica documentação relativa ao século XVIII. Entre atas de vereação, sentenças de juízes ordinários, relatórios e registros de correspondências diversas, encontram-se as atas das eleições realizadas para o preenchimento dos principais cargos da municipalidade.

As eleições eram um momento solene e revestido de grande importância. Cientes disso, os reis portugueses, desde as Ordenações Afonsinas, pelo menos, procuraram normatizar o processo de escolha de juízes ordinários, vereadores e procuradores dos municípios. De outra parte, as eleições – como pretendemos demonstrar – também eram de extremo interesse para os moradores das vilas que com elas se envolviam.

Seguramente, estar participando dos processos eleitorais municipais garantiam benefícios ao indivíduo; não benefícios materiais: ser votado por seus pares significava ter deles o reconhecimento.

Nosso objetivo neste trabalho é discutir alguns pontos relativos à constituição desse reconhecimento ou, poderíamos dizer, poder pessoal. De certo modo, estamos tratando, em sentido estrito, com lideranças locais, ou seja, indivíduos que, a partir da posição que ocupam, estão em condições de, por exemplo, influir no resultado de uma eleição. Para a discussão que iremos realizar, vamos nos deter sobre algumas das eleições que ocorreram em Curitiba, entre 1776 e 1827.

Para a nossa pesquisa, nossa fonte principal foi um código depositado na Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba, identificado como: Livro de Actas de Eleições de Curityba – 1767 à 1827. O volume contém folhas numeradas até 196, embora faltem as dez primeiras. A escrita cursiva é de boa legibilidade, com poucos trechos danificados.

Para trabalharmos com o código, o mesmo foi digitalizado (com câmara digital) e totalmente transcrito¹. Nesse livro, as atas registram dois tipos de eleições: a chamada eleição de pelouro e a eleição de barrete².

¹ Transcrição feita por Rosângela Maria Ferreira dos Santos, bacharel em História pela UFPR. O livro em questão foi todo digitalizado, e as imagens encontram-se depositadas no Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses – Séculos XV e XIX (CEDOPE), do Departamento de História/UFPR

Das eleições de pelouro ocorridas após 1776 foram retirados os nomes de todos os indicados para a função de eleitor, com os respectivos votos recebidos. A seguir, identificamos os seis eleitores e os votos recebidos³. Os componentes dessa segunda relação indicavam quem assumiria os cargos municipais no triênio seguinte.

A partir da análise destas informações referentes a como se desenrolava o processo eleitoral em Curitiba, buscamos, orientados por uma prévia discussão historiográfica, identificar alguns pontos que nos permitam conhecer um pouco mais sobre a formação das elites políticas locais nos quadros do Antigo Regime português. Assim, no primeiro capítulo deste trabalho apresentamos uma discussão das novas abordagens historiográficas sobre as câmaras municipais no Antigo Regime. Esta discussão é necessária, porque, após décadas de relativo desinteresse, o tema das instituições municipais volta a suscitar debates entre os historiadores, não só no Brasil, mas principalmente em Portugal. Lá, desde a década de 1980, diversos artigos, teses e dissertações têm abordado, em estudos gerais ou monográficos, essa temática.

Também no primeiro capítulo, tratamos da organização das câmaras do reino e das várias formas de administração adotadas pelos portugueses para suas colônias.

A seguir, são abordadas as oligarquias locais portuguesas, que se confirmaram por intermédio dos processos eleitorais. A discussão desenvolve-se a partir do trabalho de autores portugueses que abordaram esse tema, como Antônio Pedro Manique que, em **Processos eleitorais e oligarquias municipais nos fins do Antigo Regime**⁴, trabalhou

² Eleição de Pelouro: a eleição recebe o nome de pelouro porque os nomes dos eleitos para os cargos municipais eram colocados dentro de pequenas bolas de cera para serem sorteadas depois, e estas bolas de cera recebiam o nome de pelouro. Eleição de barrete, segundo as Ordenações, “era se a pessoa, que em algum pelouro sair, for falecida, ou ausente, de maneira que se não espere vir cedo, ou for impedido de impedimento prolongado, juntar-se-ão os oficiais da Câmara com os homens bons, que nos pelouros dela soem andar, e às mais vozes, escolherão quem sirva o Ofício em lugar do morto, ausente, ou impedido, enquanto durar a ausência, ou impedimento. E esta maneira se terá, quando depois de começar a servir o oficial, falecer, ou se ausentar, ou for impedido. E a este, que assim elegerem, darão em Câmara juramento, que bem e verdadeiramente sirva o tal Ofício”. ORDENAÇÕES FILIPINAS. Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1985. (fac-símile da edição comentada de Cândido Mendes. **CÓDICO FILIPINO**. Rio de Janeiro: Typografia do Instituto Philomático, 1870). Título LXVII.

³ As eleições tinham uma forma indireta, pois eram eleitos aqueles que indicariam os que iriam ocupar os cargos principais da câmara.

⁴ MANIQUE, Antônio Pedro. **Processos eleitorais e oligarquias municipais nos fins do Antigo Regime**. Santarém. Escola Superior de Educação de Santarém. 1988.

com as modificações que os regimentos de 1611 e 1670 causaram nas disposições que regulavam as eleições municipais constantes nas Ordenações.

No segundo capítulo, voltamos nossas atenções para a vila de Curitiba e eleições de pelouro ocorridas entre os anos de 1776 e 1827. Na investigação realizada fica patente que a presença de laços familiares entre os participantes desse processo, permeia todo o período estudado. Com o auxílio das listas de eleitores, construídas a partir das atas eleitorais, fica evidenciado que o processo de escolha dos indivíduos que iriam ocupar os cargos da governança municipal convergia para a formação e sedimentação de uma oligarquia local.

1 - A ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA NO ANTIGO REGIME

Desde os anos 1980, historiadores portugueses têm formulado algumas questões muito pertinentes sobre o tema das câmaras municipais no Antigo Regime. Sabe-se que todo o reino português era dividido em concelhos, e esses concelhos, embora com uma administração local, tinham suas estruturas regidas por uma legislação central. Dessa característica emergem algumas perguntas. A relação entre o poder central e o poder local era igual em todos os concelhos? Era a mesma classe de pessoas que participava desses concelhos? A legislação que regia esses concelhos favorecia algum/alguns grupo(s) político(s) local (is)? Excluía algum?

Na esteira da produção portuguesa que se preocupa em discutir essas questões, abordando o tema dos poderes locais, podemos destacar os trabalhos de José Viriato Capela, Antônio Pedro Manique, Nuno Gonçalo Monteiro e Luís Vidigal⁵. Esses autores, com metodologias específicas, desenvolveram estudos sobre a importância dos poderes locais em concelhos portugueses, entre os séculos XVII e XVIII, mais especificamente até o fim do Antigo Regime. Porém, os trabalhos desses historiadores, mais do que oferecerem certezas, apontam para a necessidade de estudos que aprofundem o tema, realizando pesquisas monográficas sobre câmaras municipais, com o objetivo de perceber o papel que essa instância de poder detinha no quadro político da administração portuguesa de então.

⁵ CAPELA, José Viriato. A câmara, a nobreza e o povo do concelho; a administração do município nos fins do antigo regime. BARCELOS REVISTA, v.3 n.1, p.7-324. 1986. MANIQUE, Antônio Pedro. **Processos eleitorais e oligarquias municipais nos fins do Antigo Regime**. Santarém. Escola Superior de Educação de Santarém. 1988. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poderes municipais e elites locais (século XVII-XIX): estudo de uma questão. In **O município no mundo português**. Lisboa. Centro de estudos de História do Atlântico. 1998. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades. In MATTOSO, José (dir.) **História de Portugal**, Lisboa: Estampa, (1992). V.4, p.305-308. VIDIGAL, Luís. **Câmara, nobreza e povo; poder e sociedade em Vila Nova de Portimão, 1755-1834**. Portimão: Câmara Municipal, 1993; VIDIGAL, Luís. No microcosmo social português: uma aproximação comparativa à anatomia das oligarquias camarárias no fim do Antigo Regime político (1750-1830): **O município no mundo português**. Funchal: Centro de Estudos de História de Atlântico, 1988.

No Brasil, os estudos nesta área, ainda não sofreram renovação significativa. Com raras exceções, os trabalhos sobre o poder local e as instituições municipais ainda permanecem atravessados por polêmicas herdadas das décadas iniciais do século XX. Estas polêmicas, hoje, pouco contribuem e, em alguns casos, chegam mesmo a atrapalhar. Por um lado, está a posição de Raymundo Faoro, em **Os donos do poder**⁶, que debate sobre o papel das câmaras municipais frente às ordens da metrópole, considerando-as meros instrumentos de dominação, um braço da metrópole na colônia. Caio Prado Júnior, em **Formação do Brasil contemporâneo**⁷, por sua vez, afirma uma suposta rebeldia dos poderes locais, vendo-os como empecilho ao desenvolvimento de um espaço nacional unificado do ponto de vista econômico e das instituições políticas e judiciárias. Todavia, essa mesma rebeldia é considerada como uma forma de resistência ao colonizador, uma luta antecipada de um futuro Brasil independente. Até a década de 1980, a historiografia brasileira esteve saturada por estes sentimentos ambíguos, e nos anos subsequentes pouco se produziu em relação ao tema.

O mesmo Caio Prado Júnior, assegura que a característica da formação das câmaras brasileiras era sua forma popular, uma vez que se dava por intermédio de eleições para os cargos de vereança⁸. O autor mostra ainda a importância das câmaras também por seu contato direto com os governadores, o que lhes conferia o papel de "cabeça do povo", consideradas como sendo a instância que transmitia a maior parte das queixas da população. É, segundo ele, com essa força que as câmaras agiram decisivamente no sucesso da constituição e independência de Portugal, sendo o único órgão administrativo que, na derrocada das instituições coloniais, sobreviveu com todo seu poder. Para confirmar a importância das câmaras, Prado Júnior critica a legislação portuguesa para as colônias:

⁶ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro 4 ed., Porto Alegre: Globo, 1977.

⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.306

⁸ Idem.

encontrar-se-á um amontoado que nos parecerá inteiramente desconexo, de determinações particulares casuísticas, de regras que acrescentam umas às outras sem obedecerem a um plano de conjunto. Um cipoal em que nosso entendimento jurídico moderno, habituado à clareza e nitidez de princípios gerais, de que decorrem com uma lógica aristotélica todas as regras especiais e aplicações concretas com o rigor absoluto, se confunde e se perde.⁹

Porém, para Faoro, as câmaras municipais tornam-se, um mero instrumento de vice-reis, capitães gerais e capitães-mores, ou melhor, elas “se convertem, depois de pouco tempo, em simples executoras de ordens superiores, tornando-se departamento administrativo da capitânia”.¹⁰ Faoro aponta três causas para esse descrédito das câmaras: a ascendência do Supremo Tribunal de Relação, que tira das câmaras a sua característica de jurisdição privada, a falta de autoridade dos juízes, por causa das tramas políticas dos vereadores e o limite imposto pelas portarias dos governadores.

Outro autor clássico, Edmundo Zenha, em **O município no Brasil**, afirma que as câmaras municipais surgiram unicamente por disposição do Estado português que, no início, provinha de tudo para sua colônia na América. Segundo ele, as naus transportaram as espécies a serem cultivadas, os animais domésticos, as armas, os instrumentos agrícolas e as populações para as vilas, além de trazerem também as Ordenações, que organizavam os municípios¹¹. Zenha mostra que: "Num período em que os privilégios eram quase a única fonte de garantias individuais, o município desempenhou um papel relevante na questão política defendendo o indivíduo, tornando-se a entidade pioneira das reivindicações populares, sendo seu único palanque, do qual a voz do povo se fez ouvir".¹²

As discussões da historiografia brasileira sobre o tema detiveram-se em concordar ora com uma perspectiva, ora com outra. Neste trabalho, embora se reconheça a importância das câmaras municipais coloniais na formação do estado nacional brasileiro, propomos realizar uma análise sobre o papel das câmaras municipais no contexto do

⁹ Ibidem. p. 310

¹⁰ FAORO, **op. cit.** p. 98

¹¹ ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil** (1532-1700). São Paulo. Progresso, 1948. p. 23.

¹² Idem, *ibidem*, p. 27.

Antigo Regime português¹³, privilegiando uma abordagem voltada a conhecer quem eram as pessoas que integravam esta instância de poder.

Nesse sentido, é importante e necessário considerar algumas observações de Antônio Manuel Hespanha, que afirma que não é mais possível conceber o papel da coroa portuguesa, no período colonial, como "um intruso estranho, agindo segundo um plano estrangeiro e imperialista, personificando interesses alheios, explorando as riquezas locais e levando a cabo uma política agressiva de genocídio em relação aos locais"¹⁴. Com essa afirmação, Hespanha muda o papel da metrópole e conseqüentemente a sua relação com a colônia. Segundo ele, a nossa historiografia comete um erro inicial ao caracterizar a metrópole portuguesa de centralizadora. Nesse sentido, Prado Júnior, Faoro e Zenha, ao discutirem o papel das câmaras, estariam partindo de um dado incorreto - a centralização - o que tornaria sem sentido toda a argumentação desenvolvida a partir dele.

Com uma série de exemplos, Hespanha esvazia as nossas certezas sobre o papel da coroa portuguesa, salientando, inicialmente, que não havia uma constituição colonial unificada. Portugal governava suas colônias por intermédio de uma pluralidade de laços políticos, que variavam de colônia para colônia, "embora os estabelecimentos coloniais portugueses tenham estado sempre ligados à metrópole por um laço de qualquer tipo, faltou pelo menos até ao período liberal, uma constituição colonial unificada".¹⁵

Também não existia uma estratégia geral para a expressão portuguesa. Para entender o papel da metrópole frente às suas colônias, é preciso, antes, situar o império português dentro das características do Antigo Regime. Pierangelo Schiera, em seu trabalho sobre o Antigo Regime, Sociedade de estados, de ordens ou corporativa¹⁶, mostra que a característica política do período é justamente "a falta de concentração de

¹³ Antigo Regime em Portugal, em nosso trabalho, é entendido como o período entre os séculos XVI e XIX, que tinha como característica política a coexistência de vários focos de poder, vários modelos institucionais e a tentativa de centralização política por parte da coroa portuguesa.

¹⁴ HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. FRAGOSO, João. Bicalho Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.p. 116.

¹⁵ Idem, ibidem. p.170.

poder numa única sede”¹⁷, sendo eminentemente pluralista, com várias fontes de poder, e que estas fontes eram "mais ou menos concorrentes entre si e mais ou menos coordenadas entre si"¹⁸.

Para Hespanha, o império colonial português era caracterizado por "uma estrutura administrativa centrífuga"¹⁹, ou seja, uma série de instâncias dividiam o poder com a coroa. Explica ainda o autor que havia uma relativa autonomia de poderes dentro dessa estrutura política. Para o Brasil, ele aponta várias instâncias de poder que formavam a administração colonial: mesmo não fazendo uma lista completa, cita vice-reis, governadores, donatários, juízes, relações, desembargadores e câmaras municipais, como os principais focos de poder na colônia.

Compreende-se, então, que não é mais possível pensar na obediência ou desobediência das câmaras frente às ordens da coroa, como o fizeram, por exemplo, Prado Júnior e Faoro. Coroa e câmaras municipais, eram formas de poder que, entre outras, se articulavam no Antigo Regime.

Assim, a historiografia portuguesa recente indica novas bases para o estudo das câmaras coloniais brasileiras, devendo-se atentar para a diversidade do poder no contexto do Antigo Regime português. Da mesma forma, essa produção também recomenda a necessidade de estudos localizados, de caráter monográfico, sobre essa instância de poder local, as câmaras municipais.

1.2 O Brasil no contexto do Império Colonial Português

A característica do império colonial português era a sua descontinuidade espacial, marcada pela coexistência de vários modelos institucionais. No auge de sua expansão política, Portugal tinha uma concentração populacional, no norte do país de 40 habitantes por quilômetro quadrado; o interior, porém, registrava cerca de 10 habitantes por

¹⁶ SCHIERA, Pierangelo. Sociedade de estados, de ordens ou corporativas. HESPANHA, António Manuel (Org). **Poder e instituição na Europa do Antigo Regime.** ; Lisboa: Fundação Colouste Gulbenkian, 1984. p. 150.

¹⁷ Ibidem, p. 151.

¹⁸ Ibidem, p. 170.

¹⁹ HESPANHA, (1984), p. 174.

quilômetro quadrado, ou seja, o que, segundo Hespanha e Maria Catarina Santos, não chegava a mais de 250 mil famílias. Apesar de não contar com excedentes populacionais, os portugueses, tiveram um império onde o sol nunca se punha, do Brasil até a China, passando pela Índia e África.²⁰

O império estendia-se por uma vasta região que Portugal não poderia dominar, nem controlar, se utilizasse métodos tradicionais de administração, como por exemplo, o controle direto das grandes extensões continentais. A singularidade da organização portuguesa, até a metade do século XVIII, estava no fato de ser um império oceânico e não terrestre. O mar, que era o limite para outros impérios, para Portugal era a ligação; o oceano era “o próprio corpo do império”²¹.

A técnica portuguesa de defesa dos pontos extremos de seu império, inclusive no Brasil, durante investidas de estrangeiros, era a constituição de grandes armadas para vigilância das costas e o desenvolvimento das técnicas de defesa e combate naval. Sem dúvida, era uma forma inovadora de formação de um império, de organizar politicamente o espaço. Portanto, o que se buscava não era a hegemonia sobre as áreas terrestres, mas a ligação direta com as rotas de navegação e o controle sobre os espaços marítimos.

O primeiro ponto de dificuldade apresentado por Hespanha e Santos nessa forma de organizar o espaço do império estava no campo jurídico e político, no sentido de que era necessário um discurso legitimador frente aos potentados locais, e aos europeus que disputavam os mesmos domínios de navegação e conquista. O problema estava na justificação de uma guerra e na legitimidade de apropriação dos bens de outros povos, como a escravidão. Ainda segundo os autores, os juristas portugueses defendiam a chamada “guerra justa”, o que significava uma guerra defensiva, para a reparação de injúria, ou recuperação de terras ilegalmente ocupadas. Também defendiam a pregação do Evangelho e a liberdade de comércio. Para os mesmos juristas tratados por Hespanha e Santos, a escravidão estava baseada no caráter apolítico dos povos dominados (sem fé,

²⁰ HESPANHA, Antônio Manuel., SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num império oceânico: **História de Portugal**. Lisboa; Estampa, 1992. V. 4. O antigo regime (1620-1807). p. 320.

²¹ Ibidem. p. 327.

sem rei, sem lei). Por fim, também era evocada a não-humanidade dos povos encontrados²².

Uma segunda questão frente a esse discurso legitimador português era saber se o uso dos mares podia ser vetado a alguma nação, para o uso exclusivo de outra. Esse problema era antigo, e vinha desde a Idade Média, quando venezianos e genoveses defendiam senhorios sobre os mares Adriático e Tirreno. Mesmo não havendo consenso entre os juristas da época, prevaleceu o princípio de que o mar era um bem natural, inapropriável, um bem comum a todos, assim como o ar e as correntes de água. Essa doutrina era corrente no século XVII, portanto, nem por prescrição imemorial, nem por privilégio, nem por lei, podia-se reclamar o uso exclusivo do mar para si, em prejuízo de outros. Os fundamentos portugueses para a defesa de um exclusivismo, estão nas várias concessões papais, que davam a Portugal e Espanha, a partir do final do século XIV, o monopólio da navegação oceânica.

Entretanto, a principal questão levantada pelos concorrentes dos portugueses era a da outorga do privilégio a que se arrogavam. Como um “privilégio ou a lei positiva podia derrogar o direito natural” de que todos os povos tinham do usufruto dos mares²³. Estribados nessa contestação, os inimigos dos portugueses passam a desafiá-los e vencê-los, tanto em armas quanto em questões jurídicas.

Não era só no problema do domínio do mar, de fato e de direito, que estava centrada a dificuldade portuguesa frente aos seus concorrentes europeus. A questão político-administrativa era outro desdobramento desse tipo de império oceânico que não permitia um modelo clássico de organizar o poder na tradição européia. Tal organização não podia se dar através de uma rede de funcionários especializados. Para Portugal, isso era impossível, pois o império não se estruturava sobre uma única forma de administração; nele conviviam diversas instituições, tais como: municípios, donatários, feitorias, fortalezas e situações políticos-institucionais que se definiam caso a caso, em

²² Ibidem. p. 329.

²³ Ibidem. p. 396.

tratados de paz, de vassalagem, em redes de relações comerciais, na ação de missionários ou de simples aventureiros.

Mas essa organização não era tão estranha ao imaginário político do período moderno. A divisão do poder com a Igreja era uma realidade cotidiana no cenário europeu. Para os portugueses não só o poder da coroa junto com o da Igreja, mas também os poderes municipais, o das famílias e o do padroado, formavam essa realidade chamada império colonial português.

A grande vantagem da forma de organização adotada era a sua economia. Sem dúvida, Portugal não tinha meios humanos e financeiros para mobilizar o império de outra forma. A contenção no plano político-administrativo, a atribuição a outros de poderes menos estratégicos, os mecanismos de poder indireto, sem dúvida, era o que se podia fazer, e representava uma grande economia para os cofres da metrópole.

Era um império com pouca homogeneidade, com uma acentuada descentralização, com diversos centros políticos gozando de relativa autonomia. A estrutura administrativa do império era dirigida para uma sobrevivência auto-suficiente, extremamente prática. Só assim se conseguia a manutenção de um vasto conjunto de territórios, ligados por longas viagens a um centro metropolitano pequeno. A adaptação foi, sem dúvida, a máxima da administração ultramarina portuguesa.

No interior dessa conjunção de formas político-administrativas, no Brasil, Portugal utilizou-se de diferentes organizações, as quais variavam conforme o momento. No entanto, o que devemos sempre considerar são: a distância do centro da monarquia e a extensão territorial da colônia portuguesa na América.

O processo de ocupação portuguesa no Brasil, por si só, já foi uma peculiaridade, pois nenhuma das outras colônias passou por tal processo. No início, quando os riscos iniciais da empresa colonial eram grandes, a coroa estabeleceu amplas concessões a particulares; em um segundo momento, quando já existia a possibilidade de lucros, limitou as concessões e o número de participantes. Proporcionalmente, quanto maiores os indícios de rentabilidade do empreendimento, mais as restrições se ampliavam, através da

instalação dos monopólios régios, até o ponto de a participação dos particulares ser totalmente eliminada.

Porém, até 1530, não existiu um processo de colonização propriamente dito, com a implantação de um sistema administrativo que atuasse sobre o povoamento e a organização de atividades produtivas voltadas para o comércio. O mesmo sistema de feitorias²⁴, empregado nas colônias portuguesas da África e Ásia, no início foi aplicado no Brasil, até a expedição de Martim Afonso, cujo objetivo era a exploração mercantil através da extração e do comércio do pau-brasil e o resgate do território, frente à concorrência estrangeira. Tratava-se apenas de administrar uma modalidade de comércio e de manter um mínimo de ocupação no litoral.

Segundo Graça Salgado, em **Fiscais e meirinhos**, a primeira mudança na relação entre colônia e metrópole veio em 1530, quando houve a passagem do regime de feitorias para a experiência colonizadora, que tentava “ocupar e explorar o litoral de maneira mais contínua”. Para isso, era necessária a constituição de uma base administrativa mais estruturada para garantir a presença portuguesa. Ainda segundo Salgado, as capitânias hereditárias, implantadas em 1534, foram os movimentos iniciais de colonização. O responsável pela capitania, o donatário, recebia o direito de doar sesmarias e demarcar terras descobertas em nome do rei²⁵. A concessão de direitos a particulares visava dividir com eles os riscos e os custos da empresa colonial, diminuindo pesados ônus ao Estado português²⁶.

O primeiro esboço de organização no aspecto jurídico-administrativo foi regulamentado pela Carta de Doação e do Foral, respectivamente de 10 de Março e de 24 de Setembro de 1530, dadas ao capitão e donatário de Pernambuco, Duarte Coelho. Para

²⁴“As atribuições das feitorias eram eminentemente comerciais, visando salvaguardar os interesses da coroa e promover as trocas, criando as condições e iniciativas necessárias para isso. Por esta razão, estavam muitas vezes agregadas à função comercial, à função militar e à diplomática. Frequentemente, uma feitoria é também uma fortaleza e cuida de manter relações cordiais ou impor o respeito às populações e potentados que a circundam”. HESPANHA E SANTOS. *op. cit.* P. 401.

²⁵ SALGADO, G. (Org.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.49.

Salgado, ambos os documentos são fundamentais quanto à jurisdição e aos privilégios concedidos aos donatários pela coroa, com três pontos centrais: “a aplicação da lei (justiça), a cobrança de tributos e fiscalização do comércio (fazenda) e a manutenção da ordem interna, bem como a proteção contra o concorrente externo (defesa)”. Cabia ainda aos donatários nomear autoridades administrativas, tais como o ouvidor, para o cumprimento da lei, os tabeliães do público e do judicial para a legalidade dos atos, e os alcaides-mores que tinham a função de defesa da capitania. Além disso, deveriam ainda presidir as eleições das câmaras municipais²⁷.

Com as capitanias hereditárias²⁸, foi implantada uma pequena base administrativa, que daria apoio legal aos donatários em suas parcerias com a coroa. O importante aqui é reafirmar a importância na passagem do sistema de feitorias para o de capitanias com o início da estrutura administrativa do empreendimento português no Brasil. Nesse sentido, o ano de 1548 marcou uma nova fase na relação colônia-metrópole. Com a criação do governo-geral, a coroa teve dois objetivos: retomar parte dos poderes concedidos aos particulares e centralizar a administração, que era uma continuidade da ordem jurídico-administrativa da metrópole. Essa forma de governo buscava tornar o controle régio mais eficaz, dando uma unidade de ação à sua política colonial. Esse novo sistema não extinguiu o antigo; o governo-geral, do ponto de vista político-administrativo, complementava as capitanias. O governador-geral, segundo Graça Salgado, “era o delegado direto do rei na colônia, era um funcionário nomeado pela coroa, com a missão de gerir e supervisionar em seu nome, a administração colonial”, estando subordinados a ele outros agentes do governo²⁹.

No contexto da União Ibérica, entre os anos de 1580 e 1640, foram baixados novos regimentos para a orientação dos governadores-gerais, com o objetivo de adaptar a

²⁷ SALGADO, *op. cit.* p.50.

²⁸ “As capitanias realizavam dois escopos estratégicos para uma administração eficaz e econômica de um espaço vastíssimo e heterogêneo. Por um lado, entregavam à iniciativa dos privados os custos de enquadramento político. Por outro, faziam-no de forma casuística, adequando os poderes conferidos na carta de doação ou requerimento às necessidades específicas de cada território”. HESPANHA e SANTOS. *op. cit.* P. 401.

²⁹ *Ibidem.*, p. 51

administração às especificidades da nova conjuntura. A atuação do governador-geral foi ampliada, principalmente no controle e organização da vida colonial, o que demonstrava um maior grau de interesse pela colônia. Porém, a mais importante alteração relativa organização jurídico-administrativa desse período, foi a edição das Ordenações Filipinas, em 1603.

Uma nova mudança na relação colônia-metrópole veio com o fim da União Ibérica, que forçou um novo ajuste na situação entre coroa e colônia. Para Salgado, as medidas tomadas a partir de 1640 tinham uma clara tendência de “ampliação do controle dos órgãos centrais de Portugal sobre a administração colonial”. A mais importante medida foi o título de vice-rei que o governador-geral passou a receber, o que demonstra a preocupação da coroa em eliminar os resquícios da ação de particulares, ainda vigentes, devido à permanência de capitâncias hereditárias. Outra medida tomada pela coroa, visando essa centralização de poder, foi a “introdução do juiz de fora, funcionário régio, que passaria, a partir de 1696, a comandar a administração de instância política local, as câmaras municipais”³⁰. É importante salientar que no Brasil, praticamente, não houve a presença do juiz de fora, exceção feita às principais câmaras municipais da colônia, como de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife.

A administração portuguesa na colônia estava situada nos grandes centros, decorrendo desse fato um limite para a ação desses funcionários, que estavam subordinados ao governo central. As câmaras municipais ganham, com esse afastamento, uma certa autonomia, que foi sendo construída durante um longo tempo, “graças às dificuldades do poder central em disseminar a ordem administrativa por todo território”.³¹

Salgado mostra que a administração portuguesa no Brasil torna-se uma contradição. Se, de um lado, havia o processo de centralização e controle, de outro, as dificuldades de distância e falta de funcionários acabavam por dar uma autonomia a outras instâncias de poder, tais como as câmaras municipais. Essas câmaras eram a menor

³⁰ SALGADO, *op. cit.* p. 58

³¹ Idem, *ibidem.*, p. 66

divisão administrativa da colônia e detinham funções político-administrativas, judiciárias, fazendárias e de polícia³².

1.2 A instituição municipal na administração portuguesa

Em 1532, foi criada no Brasil, a primeira vila: São Vicente. A partir daí se organizaram as bases do governo e da administração local. A formação das vilas era uma delegação de poderes feita pela coroa. Somente nas vilas se podiam instalar câmaras municipais. O principal cargo da câmara era o do juiz ordinário, que também acumulava a função de presidente. Cabia a esse oficial aplicar as leis e fiscalizar os demais funcionários municipais, tais como: vereadores, almotacés, tabeliães, escrivãos e outros. A função de vereador era determinar impostos, fiscalizar os outros oficiais da municipalidade e a aplicação da lei pelos juizes ordinários, além de fazerem as posturas e editais. Outro cargo importante da municipalidade era o do procurador, que tinha a função da arrecadação das rendas locais. Era ele também quem cuidava dos bens públicos. Segundo Salgado, “das rendas municipais, apenas dois terços pertenciam à câmara, sendo o restante destinado, obrigatoriamente, à defesa e segurança das vilas³³”.

As câmaras exerciam diversas funções, desde a aplicação da lei até a cobrança de multas. Eram elas também que faziam o policiamento e a arrecadação de impostos. Suas competências eram variadas, mas sem a idéia moderna de separação de poderes, que faz distinção entre o caráter administrativo, o político e o judiciário.

A flexibilidade administrativa portuguesa possibilitou que as câmaras municipais no Brasil, assim como em Portugal, fossem marcadas pela diversidade. Houveram muitas adaptações, quase sempre baseadas nos padrões costumeiros locais. Salgado mostra, por exemplo, que o cargo de procurador na colônia revestiu-se de grande importância, ao contrário do que indicavam as Ordenações.

³² Ibidem., p. 69

³³ Ibidem. p.72.

A relação entre câmara e coroa nunca foi pacífica. Pelo tipo de colonização desenvolvida por Portugal, a tensão era uma constante. Isso, no entanto, não é privilégio português, outras metrópoles, por outros motivos, também viviam muitas vezes, em declarado conflito. Além disto, governadores, ouvidores e capitães cometiam todo o tipo de autoritarismo. Oficiais régios, além de serem acusados pelas câmaras de violência, e de corrupção, ainda se acusavam entre si de invadir as respectivas competências. Assim, além da diversidade, as câmaras tinham a característica de viver em constante conflito com a coroa e com os agentes régios.

1.2 A instituição municipal na administração portuguesa

Como já afirmamos, câmaras municipais eram mais uma instância de poder dentro do império colonial português, retirando, assim, da coroa o papel de único sujeito do processo de colonização. Elas tinham seu papel no governo da colônia, tal como os donatários, os capitães, governadores e outros, que também eram instâncias de poderes. Nesse sentido, a historiografia atual sobre o tema considera que a coroa não foi uma instância que centralizou todo o poder e que dirigiu unilateralmente suas colônias, sendo preciso discutir o papel das câmaras dentro das características do Antigo Regime. Desse modo, pretende-se superar as análises uniformizadoras, situando as câmaras dentro da realidade da administração portuguesa e percebendo suas características de mais um agente do processo colonizador.

Dentro da diversidade de relações político-administrativas que era o império português, escolheu-se para o Brasil um modelo assentado na concessão de senhorios territoriais, na distribuição de sesmarias e na criação de instituições municipais. Esse modelo foi escolhido porque tornava-se necessária a garantia da posse da terra e do desenvolvimento da produção: câmaras e terras foram os meios utilizados para atraírem colonos da metrópole para o Brasil.

Magnus Pereira, em **A forma e o poder**, explica os conflitos causados na implantação e funcionamento das instituições municipais. Esses conflitos se davam pela

distância que as câmaras estavam do rei: longe da metrópole mas muito próximas dos capitães-donatários e seus agentes locais. Tal distância, além de aproximar câmara e donatário, também dava a base do controle metropolitano sobre seus agentes na colônia. A desconfiança mútua era estimulada como forma de controle, por isso não havia grande interesse da coroa em resolver qualquer questão resultante de conflitos entre câmaras e donatários. Pereira afirma ainda que o poder atribuído aos donatários poderia ser quebrado a qualquer momento, se fosse interesse da coroa. Essa quebra era feita, por exemplo, atribuindo-se mais poderes às câmaras.³⁴

A diversidade e o conflito não aconteciam somente nos focos de poder do império. É preciso aplicar o conceito também à realidade das câmaras. Não é possível pensar as câmaras de um modo geral, pois a situação de cada uma delas precisa ser pensada de maneira própria. Por exemplo, a câmara de Curitiba, no século XVIII, que tinha a maioria dos seus homens-bons entre comerciantes de mulas e fazendeiros, poderia ser vista como igual à câmara de Salvador, onde a elite local era composta por produtores agrícolas? A realidade das câmaras, desde o número de oficiais até a distância da sede metropolitana servia para mostrar o grau de diversidade e de conflitos vivido por cada uma delas.

O municipalismo, não foi, porém, a única forma político-administrativa da colonização portuguesa. Tanto isso é verdadeiro, que várias partes do império jamais conheceram a instituição municipal. A fórmula usada nas ilhas do Atlântico, no Brasil e em Angola, com o emprego de capitanias hereditárias, instituições municipais e sesmarias, foi revista quando da falência de muitos capitães-donatários ou com o descumprimento de cláusulas restritivas das doações.

Pereira explica que, em Moçambique, a incorporação de vastas áreas deu lugar a uma colônia territorial, sem capitanias hereditárias, sem municípios ou sesmarias. No Marrocos, existiu uma outra organização. Mesmo a coroa tendo elevado algumas praças-

³⁴ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **A forma e o podre**; duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna. Curitiba: UFPR, 1998. (Tese de doutorado) Cursos de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. p 64-80.

fortes marroquinas à condição de vilas e cidades, tais predicativos não passaram de um título honorífico, pois não foi criada nenhuma instituição municipal. Nas colônias orientais africanas e na Arábia, o modelo indicado foi o de feitorias e fronteiras militares. No subcontinente indiano, havia um revezamento entre municípios e feitorias que jamais chegaram à condição de vilas. Na Oceania, existiram estabelecimentos religiosos fortificados. No Japão, em Nagazaqui, fundada por jesuítas, havia um sistema local de governo. O oriente foi marcado por essa variedade de situações, chegando mesmo a ter municípios que funcionavam com autênticas repúblicas comerciais, como foi caso de Macau³⁵.

Retomando a relação entre câmara e governo central, é necessário considerar a existência de diversos emissários da coroa junto às municipalidades. Ouvidores, desembargadores, capitães, governadores e até os vice-reis, era tanta gente com poder de mando dividindo e convivendo no mesmo espaço social que não poderia deixar de existir atrito. Mas os conflitos não eram simples lutas de poder. Eram formas de controle. A coroa controlava seus agentes entre si e entre eles e as câmaras, através da mútua vigilância e delação. Foi o que Pereira chamou de "administração por intrigas"³⁶, explicando que para manter algum controle sobre seus delegados, o rei estimulava duas formas de intriga: entre os oficiais régios que serviam ao mesmo tempo, pois ambos eram incentivados a delatarem-se mutuamente; e entre oficiais e as câmaras. Havia também as devassas, que deveriam ser feitas por aqueles que assumiam um posto, sobre a gestão do predecessor. Essa situação de controlar por desconfiança, já existente em Portugal, teve um papel muito mais importante nas colônias, justamente pela distância do poder central.

Intrigas e delações estimuladas pela coroa é algo que se consegue acompanhar na documentação de qualquer colônia, chegando mesmo a ser enunciada como um princípio administrativo. Em 1728, o Conselho Ultramarino deixou clara a posição de que não era conveniente que os funcionários régios fossem grandes amigos, mas que se vigiassem uns

³⁵ Ibidem., p. 71

³⁶ Ibidem. p.51

aos outros³⁷. A corrupção, no entanto, não era uma distorção do sistema, ela fazia parte da essência da administração patrimonialista. Os cargos eram para serem usufruídos avidamente, como um bem pessoal, sem que se importassem com o que aconteceria àquele cargo e a quem viesse a ocupá-lo.

As instituições locais da monarquia portuguesa, não esgotavam os focos de poder, de autoridade e sociabilidade. Grandes concelhos coexistiam com minúsculos, ainda que as atribuições formais fossem semelhantes em toda parte. Essa formação por concelhos dava uma relativa uniformidade à organização administrativa. Esses concelhos eram dirigidos por uma câmara composta, no mínimo, por um juiz-presidente, que poderia ser ordinário ou de fora³⁸, por dois vereadores, um procurador e por outros oficiais camaristas não remunerados. Todos eram eleitos localmente e confirmados pela coroa ou pelo senhor da terra, exceto o juiz de fora, indicado pelo rei. Eram eleitos por um ano, conforme as Ordenações Filipinas³⁹. Entre os oficiais não remunerados estavam os almotacés, que tinham ao seu cuidado um conjunto de atribuições importantes para a vida local, tais como a fiscalização do abastecimento de gêneros e a fixação de preços. Existiam oficiais que eram obrigados a saber escrever - os escrivãos - providos pela coroa ou pela câmara local. Essa forma de organização local, por intermédio de concelhos, ou municípios, é a mesma aplicada no Brasil até o fim do Antigo Regime.

Se, por um lado, as instituições locais portuguesas se caracterizavam pela sua relativa uniformidade, por estarem sujeitas a um único marco legislativo, por outro, a realidade local mostra a fragilidade dessa legislação, a começar pela dimensão dos territórios, onde os minúsculos concelhos eram regidos por vereadores iletrados. Muitos eram presididos por juízes de fora; mas a maioria, no entanto, era presidida por juízes

³⁷ Ibidem.. p.55

³⁸ “A expressão *Juiz Ordinário*, na linguagem das Ordenações, significa o magistrado anualmente eleito nas câmaras municipais e com residência local. Juiz (de Fora) ou melhor *de fora*, também chamado anteriormente Juiz de fora à parte, é categoria vinda de Afonso IV. Compreendia magistrados impostos pelo Rei para interferir nos lugares onde a então chamada *justiça ordinária incidia* em erros e cavalações”. ALMEIDA, F.H.M. Ordenações Filipinas. Edição comentada. São Paulo: Saraiva. 1957.

³⁹ ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro I, Título LXVII.

ordinários de eleição local, como é o caso da maioria dos municípios instalados no Brasil colonial.

Ainda segundo Monteiro, em Portugal, nem mesmo o número de concelhos foi apurado com absoluto rigor. Esses concelhos não eram criados por decreto, mas foram frutos de uma organização herdada pela monarquia portuguesa que veio se constituindo ao longo dos séculos⁴⁰. Essa era a base do seu reconhecimento, tanto pela coroa como pelos funcionários de tal instituição. Monteiro afirma também que, mesmo com o reconhecimento de tal instituição, tanto por funcionários como pela coroa, não se impedia que costumes e tradições locais somados aos poderes locais limitassem a uniformidade do funcionamento municipal definido pela legislação. A forma de organização das câmaras municipais, como preconizado pelas Ordenações Filipinas, oferecia condições para que fosse criada oligarquia local. O que poderia sugerir uma resistência à autoridade central. Mas, a complementação era a tônica da relação entre os poderes locais, por intermédio de suas oligarquias, e o poder central, preocupado em ordenar os concelhos.

Segundo Nuno G. Monteiro, os estudos recentes sobre a questão dos poderes locais tem reafirmado a idéia da autonomia municipal frente aos dispositivos institucionais da coroa. Isso ocorre, com o reforço da natureza oligárquica das elites municipais.⁴¹

1.3 Eleições municipais e oligarquias locais

Para Luís Vidigal, em **Câmara, Nobreza e Povo**, o Estado português estava sempre obrigado a um difícil equilíbrio, entre o desejo de manter os grupos privilegiados que faziam parte dos concelhos satisfeitos e dependentes, e o anseio de controlar os poderes particulares que escapavam de seu controle⁴². Todas as mudanças ocorridas em fins do Antigo Regime, em Portugal, em relação às instituições municipais, tiveram o

⁴⁰ MONTEIRO, *op. cit.* p. 310.

⁴¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades. IN: História de Portugal. Lisboa: Estampa, 1992. V.4. O Antigo Regime (1620-1807). p.304.

⁴² VIDGAL. *op. cit.* p. 83.

objetivo de reforçar a capacidade de intervenção do poder central nos poderes locais. Mas essas mudanças não significaram o enfraquecimento dos poderes locais, muito pelo contrário, elas reforçaram essa instância de poder e possibilitaram um processo de elitização dos participantes das câmaras municipais, tornando quase impossível a participação das camadas populares no processo eleitoral. Estes grupos locais consolidados e fechados têm sido qualificados, tanto pela historiografia portuguesa, como pela brasileira, de oligarquias locais.

Teria sido a própria legislação a principal responsável pela criação, ou pelo menos ela teria dado uma ajuda substancial aos governos locais oligárquicos, ao estabelecer um modelo de organização política local. Para Nuno Gonçalo Monteiro, em **Poderes municipais e elites locais**, foi a legislação portuguesa que reconheceu o papel das lideranças locais, destinando a elas o governo dos concelhos⁴³. O modelo e as exigências de participação no processo eleitoral, exigidas nas Ordenações, confirmaram o acesso ao poder local a essas oligarquias. A base desse modelo estava em uma herança cultural que valorizava a antigüidade e a riqueza, na expectativa de que com a escolha das famílias mais ricas e antigas, haveria uma garantia de “isenção de interesses pessoais e independência”⁴⁴ no governo das câmaras.

Todavia, mesmo que houvesse critérios que tendiam a uma certa padronização das características dos membros dessas oligarquias locais, a diversidade entre os integrantes de uma dada oligarquia local, por seu tamanho, riqueza, localidade ou influência, não permite afirmar que todos fossem reconhecidos como nobres em qualquer parte do reino. A participação nessas oligarquias, no entanto, tendia a conferir, aos seus integrantes, uma certa identidade de grupo. Conforme afirma Monteiro, teria existido uma elite local que, antes de mais nada, baseava-se no acesso às instituições políticas⁴⁵.

⁴³ MONTEIRO. *op. cit.* p. 80.

⁴⁴ *Ibidem.* p. 83

⁴⁵ *Ibidem.* p.82.

É importante salientar que, após mudanças ocorridas na legislação que regulava as eleições municipais no reino⁴⁶, parece ter se acentuado o processo de elitização das câmaras municipais. O processo, aliás, conferia um maior destaque não àqueles que acabavam escolhidos para exercerem os cargos na câmara, mas sim àqueles que eram eleitos para fazerem essa escolha. Nesse sentido, é importante destacar o que aponta Monteiro: a participação na vereança não conferia nobreza, a nobilitação era, antes, um produto da antiguidade e riqueza; o exercício de cargos no conselho era uma consequência⁴⁷.

No direito português, as eleições municipais eram secretas e presididas pelo juiz mais velho, caso o corregedor não estivesse presente. O presidente da eleição e o escrivão "caminhavam entre os homens bons e povo chamado a concelho e deles ia tomando por escrito o voto para eleitores"⁴⁸. Assim, era feito um rol de nomes, junto aos quais eram anotados os votos recebidos; os seis indivíduos mais votados eram escolhidos eleitores, os quais, a seguir, prestavam juramento sobre os Evangelhos. A partir daí, os eleitores eram separados em duplas, tomando-se o cuidado de que não fossem parentes, até o quarto grau, segundo o Direito Canônico. Cada dupla escolhia para os cargos de juiz ordinário, vereador e procurador do concelho, as pessoas que "melhor lhes parecessem"⁴⁹. Essa escolha era registrada em uma folha e entregue para o presidente da eleição. Previam as Ordenações que, se ocorresse de que em alguma dupla não houvesse quem soubesse escrever, um juiz ou o vereador mais velho faria a função e, se, por acaso, não houvesse um desses, a câmara providenciaria um homem bom que, devidamente juramentado, escreveria o rol dos indicados. O presidente, após receber os róis das três duplas, fazia um juramento de não revelar a pessoa alguma, os que foram mais votados, e elaborava uma relação com os nomes deles. Essa pauta era uma "arrumação", pois ao receber os róis das duplas, o presidente da eleição, deveria "juntar os mais convenientes, assim por não serem

⁴⁶ Regimento de 12 de Novembro de 1611; Regimento de 8 de Janeiro de 1670.

⁴⁷ MONTEIRO, *op.cit.* p.81.

⁴⁸ ORDENAÇÕES. p. 359.

⁴⁹ Ibidem. p. 360

parentes, como os mais práticos com os que não forem tanto, havendo respeito às condições e costumes de cada um, para que a terra seja melhor governada"⁵⁰. Com essa relação,

eram feitos três pelouros para juizes e três para vereadores, não juntando parentes ou cunhados dentro do dito quarto grau, para em um ano haverem de servir. Aos quais pelouros se porão em um saco apartado com tantos repartimentos quanto forem os officios, e em cada repartimento se porá o título de cada officio, e nele se meterão os pelouros daquele officio⁵¹.

Esse saco era guardado em um cofre na câmara com três fechaduras; cada chave ficava com um dos vereadores⁵². A cada ano era feito o sorteio e a abertura dos pelouros após a convocação do concelho.

Antes de seguir, é necessário esclarecer o que era entendido como nobreza. O termo empregado para designar aquilo que hoje entendemos por nobreza – a nobreza de sangue – era preferencialmente fidalguia. O termo nobreza, por sua vez, costumava ser utilizado principalmente para designar justamente as elites locais, ou seja, “a nobreza da terra”, ou simplesmente os “homens bons”. Assim nobreza designa a posição que os indivíduos ocupavam, conforme estabelecia a legislação portuguesa. Esta equiparava as famílias daqueles que costumavam exercer cargos na câmara aos cavaleiros, ou seja, ao grau mais baixo da nobiliarquia de sangue. Conforme menciona Antônio Manuel Hespanha, “os concelhos constituíam, desse modo, autênticos senhorios coletivos com atribuições de poderes públicos equivalentes aos dos nobres”.⁵³ Observam alguns autores que existia uma luta por parte dos grupos em ascensão para a participação nessa lista de eleitores, principalmente nos pequenos concelhos. Já a *nobreza de linhagem* tinha como objetivo o serviço da monarquia, como forma de ascensão social.

Para Luís Vidigal, não é possível falar de uma forma uniformizadora dos concelhos em todo Portugal, mesmo que as legislações direcionassem o funcionamento institucional

⁵⁰ Ibidem. p. 359

⁵¹ Ibidem. p. 360

⁵² A pauta contendo os nomes de todos os indicados para exercerem os cargos era lacrada e colocada junto com o saco dos pelouros. No final dos três anos, a pauta era aberta e os nomes eram conferidos. Ordenações, **op.cit.**,p.361.

⁵³ HESPANHA, **História das instituições**; épocas medieval e moderna. Coimbra: Livraria Almedina, 1982. p.153.

no sentido de uma uniformização⁵⁴. Para Vidigal, a elite camarária deve ser entendida como formada por aqueles que tinham acesso e capacidade de ação no processo de escolha do governo local, concordando com Monteiro, de que não se trata de uma nobreza reconhecida em todo o reino. Essas elites representavam interesses muito peculiares e localizados, o que estabelecia uma heterogeneidade entre elas, reafirmando a necessidade de múltiplos estudos de casos para a sua compreensão, principalmente em abordagens comparativas. Tal raciocínio pode perfeitamente ser estendido para o Brasil, onde a heterogeneidade das situações locais era tão ou mais manifesta do que em Portugal.

Apesar de perceber o imenso grau de variação entre os municípios, Vidigal aponta para certas características comuns. Para ele, os grupos foram bastantes estáveis até o fim do Antigo Regime, e podem ser definidos como “um tipo burocrático, que se articula no espaço entre o poder central e o poder local, sem a dependência, nem a total autonomia desse poder central⁵⁵. Amparados pelas Ordenações, esses grupos locais controlavam os trabalhos e os processos de eleições dos concelhos; consideravam-se nobreza local e eram reconhecidos como tal pela legislação. Essas elites desenvolviam estratégias de manutenção do poder que, em cada localidade, devido às suas inúmeras características, ganhavam definições próprias.

Nesse sentido, é de suma importância estabelecer, de modo seguro, como funcionava essa forma de poder local. Os concelhos portugueses eram dirigidos por uma câmara que tinha como estrutura básica dois juizes ordinários, um deles, o mais velho servia como presidente. Em muitos casos, principalmente nas localidades mais importantes, a coroa nomeava um juiz letrado, o juiz de fora, em substituição aos dois juizes leigos eleitos localmente.

Além desses magistrados, as câmaras eram compostas por dois, três ou quatro vereadores, dependendo do tamanho do concelho. Por último, existia um procurador, que acumulava a tesouraria municipal. Nos municípios maiores, este cargo era desdobrado e

⁵⁴ VIDIGAL. *op. cit.* p. 103.

⁵⁵ *Ididem*, 104.

encontramos em ação tanto um procurador, quanto um tesoureiro. Todos estes oficiais maiores eram eleitos pela elite local, excluído o juiz de fora e depois, confirmados, ou pela administração central da coroa ou pelo senhor da terra. Estes oficiais maiores tinham o poder de nomear todo um oficialato menor, muito variável de câmara para câmara.

Segundo as Ordenações, “antes que os Oficiais do derradeiro ano passado acabem de servir, na Oitava de Natal do mesmo ano sejam juntos em câmara com homens bons e povo chamado a concelho”⁵⁶, para fazerem a eleição dos juízes, vereadores e procuradores dos próximos anos. Nessas reuniões, seis homens bons da terra eram escolhidos para serem os eleitores. Alçavam a esta condição os que tinham mais votos entre os arrolados pelo corregedor junto “com 2 ou 3 pessoas das mais antigas e nobres”. Após prestarem juramento, recebiam a incumbência de eleger para os cargos do concelho as pessoas que “mais pertencentes lhes parecerem”⁵⁷. Segundo Vidigal, os eleitores tinham que corresponder às exigências previstas no Regimento de 1611, o qual determinava que fossem “naturais da terra, e dos mais velhos, e nobres dela, sem raça alguma (pureza de sangue), e que tenham zelo do bem comum, e experiência do governo da terra, e que não sejam parciais”⁵⁸.

Tais eleitores, separados dois a dois, observando-se que não houvesse parentesco até o quarto grau entre eles, apresentavam por escrito, especificando os indicados para cada função, os nomes daqueles que desejavam que ocupassem os cargos da câmara: juízes (se fosse o caso), vereadores e procurador. Deveriam tomar o cuidado de não elegerem mais pessoas que as necessárias para servirem durante três anos. Cada dupla organizava três róis, que eram entregues ao ouvidor, que apurava os mais votados e elaborava uma pauta com os nomes dos eleitos. Depois de assinar e selar a pauta, o juiz fazia pelouros para cada ofício, cuidando para que não existisse parentesco entre os

⁵⁶ ORDENAÇÕES. p. 360.

⁵⁷ Ibidem. p. 362

⁵⁸ VIDIGAL, Luis. No microcosmo social português: uma aproximação comparativa à anatomia das oligarquias camarárias no fim do Antigo Regime político (1750-1830) In: **O município no mundo português**. Funchal: Centro de Estudos Históricos do Atlântico, 1998. p. 124.

indicados. Esses pelouros eram colocados em um saco com repartições para cada ofício, para serem, depois, sorteados.

Antes de se proceder ao sorteio, as pautas eram enviadas ao Desembargo do Paço, para serem apuradas, ou seja, os desembargadores deveriam, verificar se entre os indicados alguém estava sendo processado criminalmente, se não existiam pessoas com vícios mecânicos (trabalhadores) ou de sangue (cristãos novos). As Ordenações indicavam que para o sorteio dos pelouros, “no tempo que houverem de tirar os pelouros, segundo seu foro e costume, mandarão apregoar que venham a concelho; e perante todos um moço de idade até 7 anos meterá a mão em cada repartimento, e os que saírem nos pelouros, serão oficiais cada ano, e não outros.”⁵⁹

Acompanhando a maneira como se realizava a escolha dos que iriam exercer os cargos nas câmaras municipais, percebe-se a importância que adquiriam aqueles identificados como eleitores: os seis indivíduos que, conforme as Ordenações, escolhiam os ocupantes dos cargos de juiz ordinário, vereador e procurador. Aparentemente, a coroa também, em seu tempo, detectou essa importância, de tal forma que, com os regimentos de 1611 e 1670, passou a intervir nessa fase do processo eleitoral, muito embora a feitura de um rol dos elegíveis também servisse para restringir o acesso aos cargos de governança local.

Nesse sentido, são justamente os róis enviados ao Desembargo do Paço, as principais fontes utilizadas pelos historiadores portugueses para estudarem a relação entre o processo eleitoral e a configuração das elites locais. Nestes documentos, os indivíduos listados eram qualificados e os corregedores chegavam a incluir todo um conjunto de apreciações, positivas ou negativas, sobre cada pessoa. Para o Brasil, até o momento, não se tem notícia da existência desse tipo de fonte.

Foi com base nesta documentação que Vidigal, entre outros, desenvolveu os suas pesquisas, analisando os Livros de Atas das Vereações e os Processos Eleitorais depositados no Desembargo do Paço, no período de 1750-1830, relativos à Vila Nova de

⁵⁹ ORDENAÇÕES. *op. cit.* p. 362.

Portimão. Sua análise mostra que em um período de oitenta anos, apenas cinquenta indivíduos chegaram a ser arrolados como eleitores. Muitos deles também acumularam cargos da governança, durante o período.

Tal concentração do poder também foi verificada por José Viriato Capela, ao estudar o município de Braga. Ali, a vereação era também monopólio de uma nobreza local, pois somente um pequeno número de famílias e candidatos participavam da governança. Capela, ao estudar os processos eleitorais do período 1750- 1810, mostra que dos 183 mandatos possíveis para a vereança em Braga, só sessenta indivíduos ocuparam os cargos de vereador, o que mostra a acumulação de cargos em anos seguidos⁶⁰.

De certa maneira essa acumulação de cargos, ou melhor, a concentração de cargos nas mãos de uns poucos indivíduos, acentuou-se sobremaneira após a alteração verificada no processo eleitoral municipal. Assim, é já a partir do século XVI que a coroa portuguesa passa a designar os vereadores com base nas pautas que são enviadas pelas câmaras do reino, alterando o antigo método de escolha pelos pelouros contido nas Ordenações. Essa é uma prática que vai se generalizando a partir de 1536, e que o Regimento de 1611 torna legal. Esse mesmo Regimento, para garantir uma eleição sem “subornos e desordens” e para impedir que cheguem ao “governo das terras pessoas incapazes e que não têm partes e qualidades para servirem”, determina que as eleições sejam presididas pelos corregedores e ouvidores⁶¹. Esses magistrados, segundo o Regimento, deveriam juntar-se das pessoas “das mais antigas e honradas da terra”, duas, no máximo três, as quais informariam ao corregedor sobre aqueles que tinham qualidades para participarem do governo. Após esse arrolamento, o corregedor convocava os homens bons para a escolha dos eleitores, cujos nomes deveriam constar da lista elaborada antecipadamente. Daí eram escolhidos os seis indivíduos que elegiam os integrantes do governo local para os próximos três anos, “os mais nobres e de governança da terra, ou

⁶⁰ CAPELA. *op. cit.* p. 175.

⁶¹Regimento de 12 de novembro de 1611.

que seus pais ou avós tenham sido, que sejam naturais da terra, de idade conveniente e sem raça alguma”.⁶²

Novas alterações no processo eleitoral municipal ocorrem com o Regimento de 8 de janeiro de 1670. Esse Regimento, que reiterava disposições contidas em um Alvará de 1640, obrigava o corregedor a elaborar um caderno onde estariam as informações referentes a cada um dos elegíveis. Esse caderno era enviado ao Desembargo do Paço junto com a Ata da Eleição e, com essas informações, eram escolhidos os futuros vereadores. Para a escolha dos eleitores, os corregedores, segundo o Regimento de 1670, já não convocam o povo, mas um grupo que a legislação classificava de “homens bons e de governança”. Os corregedores podiam interferir nas listas de eleitores, caso achassem que alguém indicado não correspondia às características exigidas. Esse conjunto de mudanças, como podemos observar, acabou por colocar nas mãos de três indivíduos e mais um corregedor o poder de escolher os que poderiam ser eleitos para o governo local. Antônio Pedro Manique chega a classificar os integrantes desse grupo como uma “dinastia de vereadores”⁶³, tamanha a restrição imposta aos elegíveis.

Capela, ao estudar as eleições do concelho de Amarante, entre os anos de 1758 e 1834, sistematizou tal processo da seguinte forma, observando a vigência do Regimento de 1670:

- 1- O corregedor convidava 2 ou 3 pessoas das mais antigas e nobres para a elaboração da lista dos elegíveis.
- 2-O corregedor manda ajuntar em câmara os homens nobres e de governança para escolherem os seis eleitores, a partir da lista previamente elaborada.
- 3-Os seis eleitores, reunidos dois a dois, procedem à eleição dos camaristas, considerando os indivíduos arrolados.
- 4-O corregedor verifica e faz a contagem dos indivíduos mais votados.

⁶² Ibidem.

⁶³ MANIQUE. *op. cit.* p. 112.

5-O corregedor procede ao apuramento das qualidades dos eleitos, com o auxílio de dois informantes.

6-O corregedor faz uma investigação para verificar se houve suborno.

7-O corregedor elabora a pauta e faz o envio dela ao Desembargo do Paço.

8-O Desembargo do Paço confirma a pauta e, todos os anos, elabora a lista dos camaristas, enviando-a à câmara para que os indivíduos sejam empossados.⁶⁴

O processo eleitoral, assim, estava dividido em três partes: convite aos que construiriam o rol dos elegíveis, o processo de eleição e a relação dos eleitos. Fica claro que esse modelo torna a participação no processo uma exclusividade dos nobres da terra e de seus descendentes. Vê-se, assim, que o sistema eleitoral servirá para garantir a concentração do poder local.

José Viriato Capela, em seu artigo **As elites do norte de Portugal**, afirma a importância do trabalho do corregedor em apurar a ocorrência de subornos ou pressões sobre os eleitores durante o processo ⁶⁵. Já em outro trabalho, Capela mostra que, na cidade de Braga, um grupo controlava as eleições municipais e exercia todo tipo de pressão para que as eleições transcorressem em seu favor. Essa situação só foi resolvida, não pela ação do corregedor, mas por queixas anônimas de moradores dirigidas ao próprio rei, em 1789 ⁶⁶.

Neste mesmo estudo sobre Braga, Capela, mostra que havia uma repetição de vereadores em vereações seguidas, o que, segundo a legislação, era proibido. Este fato mostra que a legislação para o funcionamento das câmaras não era o único critério adotado: interesses locais e interesses da coroa faziam parte das decisões sobre os processos eleitorais, confirmando assim a idéia de várias instâncias decisórias de poder .

⁶⁴ CAPELA. **op. cit.** p. 132

⁶⁵ CAPELA. **op.cit.** p. 99.

⁶⁶CAPELA, José Viriato. Braga, um município fidalgo: as lutas pelo controle da câmara entre 1750 e 1834. **Barcelos Revista**, v.1, n.2, 1984

Não obstante suas especificidades, os atuais estudos sobre os processos eleitorais municipais concordam com a existência de um processo de elitização dos poderes locais, bastante marcado na segunda metade do século XVIII, em Portugal. Esse processo decorria, se não exclusivamente, profundamente influenciado pelas alterações impostas pelos Regimentos de 12 de Novembro de 1611 e de 08 de Janeiro de 1670. Esses Regimentos propiciaram uma maior e mais presente intervenção da coroa portuguesa nas eleições municipais, interferindo diretamente nas possibilidades de escolha de indivíduos dela participantes.

2 – HOMENS-BONS E ELEIÇÕES MUNICIPAIS NA CURITIBA SETECENTISTA

Ao findar do século XVII, em terras do donatário marquês de Cascais, sucessor dos irmãos Martim Afonso e Pero Lopes de Souza, surgia a vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. A pequena povoação situava-se acima da serra do Mar, nos campos de Curitiba. Embora já houvessem alguns arraiais de mineradores e uns tantos currais de gado instalados por paulistas, apenas em 1668, Gabriel de Lara, procurador do donatário, tomou posse da povoação.⁶⁷

estando o capitão-mor Gabriel de Lara nesta vila, em presença de mim Tabelião fizeram os moradores desta vila requerimento perante ele dizendo todos a uma voz que estavam povoando estes campos de Curitiba em terras e limites da demarcação do Sr. Márquez de Cascais, e assim lhe requeriam como capitão-mor e Procurador bastante do dito Senhor mandasse levantar Pelourinho em seu nome, por convir assim o serviço D'el Rei e acrecentamento do donatário; e visto o requerimento dos moradores ser justo mandou logo levantar Pelourinho com todas as solenidades necessárias em paragem e lugar decente desta praça, de que mandou passar este termo por mim Tabelião, onde todos se assinaram comigo Antonio Gaspar Leme que o escrevi. Gabriel de Lara, Matheus Martins Leme, Gaspar Carrasco dos Reis, Amaro Pereira, Matheus Martins o moço, João Martins Leme, Francisco da Gama Pais, Thomaz de Castanheda, João da Gama, Manoel Cardoso, Domingos Rodrigues da Cunha, Domingos André, Manoel Martins Leme, Ângelo Nunes Camacho.⁶⁸

Conquanto o pelourinho tivesse sido erigido “com todas as solenidades necessárias”, os curitibanos, naquele momento, não chegaram a constituir sua câmara municipal. Tal ato só veio a ocorrer em 29 de março de 1693, quando o então capitão-mor Mateus Martins Leme reinstalou o pelourinho e, atendendo a requerimento do moradores que pediam a criação da justiça ordinária, mandou que se reunissem e fizessem a escolha dos seus eleitores.⁶⁹

Aos vinte e nove dias do mês de Março da era de 1693 anos, nesta Igreja de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais por despacho desta petição se ajuntou o povo todo desta vila

⁶⁷ PEREIRA, Magnus; SANTOS, Antonio C. **O poder local e a cidade**; a Câmara Municipal de Curitiba, séculos XVII a XX. Curitiba: Aos quatro ventos, 2000. p.22.

⁶⁸ Boletim do Archivo Municipal de Curitiba. V. 1, p.2.

⁶⁹ PEREIRA; SANTOS, p.24.

e pelo Capitão dela lhe foi perguntado o que todos lhe responderam à voz alta lhe queria-se justiça para com isso ver se evitavam os muitos desaforos que nela se faziam, o que vendo o dito Capitão era justo o que pediam-lhe respondeu que nomeassem seis homens de sã consciência para fazerem os oficiais que haviam de servir, o que logo nomearam para com o dito Capitão povoador fazerem eleição, e como assim houveram todos por bem se assinaram comigo Antônio Rodrigues Seixas em falta do escrivão, que o escrevi.⁷⁰

Na ata daquela eleição, seguem-se as assinaturas de 63 indivíduos. Esta relação seria, por assim dizer, o primeiro rol dos homens-bons de Curitiba. Estes homens acordaram em designar como eleitores da primeira câmara da vila, as seguintes pessoas: Agostinho de Figueiredo, Luís de Góis, Garcia Rodrigues Velho, João Leme da Silva, Gaspar Carrasco dos Reis, Paulo da Costa Leme.

Após o juramento que lhes foi dado pelo reverendo padre vigário desta vila, Antônio de Alvarenga, nomearam para juízes Antônio da Costa Veloso, Manuel Soares; vereadores Garcia Rodrigues Velho, o Capitão Joseph Pereira Quevedo, Antônio dos Reis Cavaleiro, e para procurador do conselho o Capitão Aleixo Leme Cabral, e para escrivão da câmara João Rodrigues Seixas; este é o nosso parecer, e como tal nos assinamos aqui. Agostinho de Figueiredo, Luís de Góis, Garcia Rodrigues Velho, João Leme da Silva, Gaspar Carrasco dos Reis, Paulo da Costa Leme.⁷¹

Com este ato, o capitão-mor Mateus Leme declarava instalada a vila e dava posse aos nomeados, para que eles exercessem suas funções. Tal solenidade estava sendo realizada sob a autoridade concedida ao donatário pelo rei. Nota-se que, salvo algumas imperfeições, o processo seguiu os trâmites prescritos nas Ordenações.

Durante cerca de 30 anos, os moradores de Curitiba prosseguiram realizando suas eleições, tal como a haviam feito da primeira vez. O processo só seria alterado quando da chegada a Curitiba do ouvidor da capitania de São Paulo, Rafael Pires Pardinho, em 1721. Os principais moradores da vila e os oficiais da câmara foram chamados pelo ouvidor e, reunidos, receberam das mãos dele as normas pelas quais deveriam se governar. Dentre elas, Pardinho destacou que, “no fazer das eleições dos oficiais que hão de servir no concelho, guardem o Título 67 do mesmo Livro (das

⁷⁰ Boletim do Archivo Municipal de Curityba. V. 1, p.3.

⁷¹ Ibidem. p.4.

Ordenações), fazendo eleições para 3 anos por pelouros, como ele, Desembargador-ouvidor geral lhes deixa feito, e não usem mais de eleição de um ano como até agora se fez, pois neste povo há pessoas bastante para a eleição trienal”.⁷²

Nesta ocasião, estiveram presentes 60 curitibanos, alguns dos quais haviam assinado a ata da eleição de 1693; outros eram ou descendentes daqueles pioneiros ou recém-instalados na vila. A passagem do ouvidor Rafael Pires Pardinho, é certo, provocou algumas mudanças. Contudo, no processo eleitoral, que é o que de perto nos interessa, ele apenas repôs a fórmula prevista nas Ordenações.

2.1. As eleições municipais em Curitiba (1776-1827)

Inicialmente, devemos recordar que, em relação a suas colônias, a coroa portuguesa empregou diferentes formas de organização político-administrativa, sujeitas às realidades de cada lugar. Essa situação, como vimos, propiciava espaço para conviverem diversos focos de poder. As câmaras municipais representavam um desses focos, e eram marcadas pela diversidade, tanto as do reino como as das colônias.

Em momento antecedente, acompanhamos a maneira pela qual a historiografia brasileira classificou as elites municipais: foram sempre tratadas como usurpadoras do poder régio ou como suas dependentes; sempre, no entanto, como defensoras de seus próprios interesses em detrimento do bem comum.

Por outro lado, acompanhando autores portugueses, como os anteriormente referenciados, pode-se perceber a importância dos processos eleitorais na formação, caracterização e manutenção dessas elites políticas municipais. Ou seja, a partir da identificação daqueles que participavam de tais processos definia-se o grupo (os grupos) que exercia o monopólio político local, por intermédio da indicação de indivíduos considerados aptos para ocuparem os cargos das câmaras municipais. Mesmo que para o Brasil, as modificações no processo eleitoral, introduzidas pelos regimentos de 1611 e

⁷²Provimento 19. cf. MONUMENTA, v.10 (Provimentos do ouvidor Pardinho para Curitiba e Paranaguá, 1721), 2000, p. 35.

1670, não tenham sido efetivadas, a maneira de se conduzir as eleições, como preconizado pelas Ordenações, também propicia informações que nos permitem identificar alguns indivíduos que, por sua preeminência política (poder pessoal), influíam decisivamente nas nomeações dos oficiais camarários.

Lamentavelmente, muito da documentação produzida pelas câmaras municipais do Brasil-colônia foi perdida. Poucas são as municipalidades que ainda mantêm os registros de suas eleições do período compreendido entre os séculos XVI e XVIII.⁷³ Curitiba é um dos municípios brasileiros que preservam um importante acervo de documentos produzidos por sua câmara municipal desde o momento de sua criação, em 1693.

No interior dessa documentação, encontramos as atas eleitorais, as quais registram dois tipos de eleições: a) as eleições de barrete e b) as eleições de pelouro. Nas eleições de barrete participavam, em geral, apenas os oficiais camarários: juízes, vereadores e procuradores. Nas eleições de pelouro, porém, podemos detectar o conjunto de todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, participavam de todo o processo, o qual, esquematicamente, ocorria da seguinte maneira:

- 1- Após convocação, os homens-bons e o “povo” reuniam-se no local em que seria realizada a eleição⁷⁴
- 2- Uma vez reunidos, o ouvidor, junto com o escrivão, vai caminhando entre os convocados e colhendo os votos para os indicados para o cargo de eleitor. (Aparentemente, todos os presentes concorriam).
- 3- Os seis mais votados eram escolhidos como eleitores. Estes prestavam juramento de manterem segredo de suas indicações para os cargos camarários.

⁷³ Segundo levantamento efetuado por Pereira, em 1822, o território brasileiro estava dividido entre cerca de 260 municípios, destes, quase uma centena foram criados até 1750; outra centena de município surgiu na segunda metade do Século XVIII. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **A forma e o poder...** *op. cit.*, p 64-80.

⁷⁴ Em geral, a convocação incluía a expressão “povo”; contudo, ela chega a desaparecer, conforme nos aproximamos do final do século XVIII.

- 4- Os seis eleitos eram separados em duplas. Cada dupla elaborava a indicação de uma câmara completa: dois juízes, três vereadores e um procurador para cada um dos próximos três anos.
- 5- O ouvidor, a partir desses róis, redigia três novos, com os nomes mais votados. Elaborava também uma pauta, contendo todos os nomes.
- 6- Cada rol era encerrado em um pelouro, e a pauta com os nomes era lacrada.
- 7- Os pelouros e a pauta eram guardados em um saco que era, por sua vez, trancado dentro de um cofre.
- 8- Depois, ao final de cada ano, os pelouros eram sorteados. A pauta, quando do terceiro sorteio era aberta e conferida, para certificar-se de que não havia ocorrido qualquer tipo de fraude.

Entre os anos de 1776 e 1827, foram realizadas em Curitiba, 17 eleições de pelouro. A primeira delas ocorreu em 03 de Março de 1776, e nela foram eleitos os oficiais que serviriam nos anos de 1777, 1778 e 1779.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil Setecentos Setenta e Seis aos tres dias do mez de Março do dito anno nesta Villa de Nossa Senhora da Luz dos Pinhaes de Curitiba em os Passoz do ConSelho, onde Se achava presente o Doutor Ouvidor geral, e Corregedor desta Comarca Antonio Barboza de Matos Coitinho com os Juizes ordinarios, e Officiaes da Camara, e Sendo ahy tambem presentes os Republicanos, e pessoas nobres, os homens bons, e da governança desta dita Villa, p.^a se ellegerem Seis pessoas para elleitorez, para se fazerem as tres Camaras que hão de Servir nos futuros annos de mil seteCentos setenta e Sete, mil setecentos Setenta e oito, e mil setecentos Setenta e nove (...)⁷⁵

Após estarem, então, reunidos, o ouvidor tomava os votos dos presentes, que elegiam os mais capazes para indicarem os juízes, vereadores e procurador que cumpririam suas funções nos próximos três anos. Na eleição de 1776, foram 13 os indivíduos que receberam votos dos demais participantes da eleição; ao todo, foram consignados 136 votos.⁷⁶ O mais votado, Sebastião Teixeira de Azevedo, recebeu 21

⁷⁵ Livro de Actas de Eleições Municipais, 1767-1827, fl. 31. Doravante identificado com LAEM.

⁷⁶ Não existe uma indicação segura de como eram apurados estes votos. Pela Ordenação, cada pessoa indicava seis nomes; porém, aqui pressupomos que cada um pronunciava apenas um voto. Nesse sentido, poderíamos pensar que,

votos; os outros eleitores tiveram entre 19 e 18 votos. Interessante notar que, entre os outros sete votados, mas não eleitos, um recebeu 16 votos e os seis restantes totalizaram apenas 08 votos, um com três votos e os demais com apenas um cada.

(...) e Sendo ahy forão nomeados a mais votos do Povo, e peLas peSsoas nobres, e Republicanos, para elLeitores as Seis pessoas seguintes o Capitam {Em Lugar do Cap.^m Miguel Ribr.^o Ribas se eLegeo a mais votos Ant.^o Jozé Txr.^a / *Coimbra*} Miguel Ribeiro Ribas = o Capitam Manoel GonSalves de Sam Payo = o Capitão Francisco Xavier Pinto = Antonio Martins Lisboa = o Tenente Domingos Lopes Cascaes = e Sebastiam Teixeira de Azevedo = aos quaes, sendo tambem presentes, defferio o dito Ministro o juramento dos Santos Evangelhos em hum Livro delles em que puzerão Suas mãos direitas, debaixo do qual lhes encarregou fizessem Cada dous elleitores tres Camaras, e hum Juis de Orfãoz para deSSes feitos se ellegerem tres Camaras para Servirem os tres futuros annos, e hum Juiz de Orfãos para o mesmo tempo comtanto que nas mesmas Camaras não entraSsem parentes dentro do quarto grao, e que fizeSsem tudo conforme determina Sua Magestade FideliSSima que Deos guarde nas Suas Leys, e Ordenações, e de tudo o que Se paSsaSse neste acto guardaSsem inviolavel Segredo para a todo o tempo o não poderem descobrir; e de como Se Obrigarão a Cumprir tudo o Recomendado neste termo aSSignarão com o d.^o Doutor Ouvidor geral, e Corregedor, e Officiaes da Camara atuaes, e eu Pedro Martins Coimbra escrivam da Ouvidoria geral, e Correição o escrevy *Barboza - Almd.^a - Barros - Cortes - Da [ilegível] - Fran.^{co} X.^{er} P.^{to} - Frr.^a - Manoel GLz.^o de Sampajo - D.^{os} Lopes cascais - An.^{to} Jozê Tejxr.^a - Sebastião Teixr.^a de Aze.^{do} - An.^{to} Miz L.^{xa}.*⁷⁷

Em seguida, após reunirem-se em segredo, cada dupla de eleitores entregava ao ouvidor uma relação contendo o nome de seus indicados para os cargos da câmara.

A distribuição de votos verificada nessa eleição de 1776 repetiu-se durante todo o período estudado. Assim, alguns indivíduos concentravam a grande maioria dos votos, enquanto outros recebiam alguns poucos. Acompanhando, então, essas eleições de pelouro, interessa-nos saber quem eram esses indivíduos que, em tese, mereciam a estrita confiança de seus pares. Entendemos, portanto, que ser escolhido como eleitor, ou, pelo menos, ser nomeado com tal, recebendo votos de outros indivíduos seria um indicativo de que tal indivíduo detinha alguma forma de influência na sociedade local: seriam eles pertencentes às famílias “das mais antigas e honradas” da terra? Seriam eles os “mais nobres da terra”?

na eleição de 1776, participaram 136 pessoas, entre “republicanos, pessoas nobres, homens-bons e de governança desta dita vila”. Nota-se aliás, que o total de votos não é divisível por 6, e o mesmo ocorre na maioria das outras eleições do período estudado (1776-1827).

⁷⁷ LAEM, fl. 32 e 32 v.

Entre os anos de 1776 e 1827, nas 17 eleições de pelouro ocorridas, a população votante variou bastante⁷⁸. Estamos supondo que, em Curitiba, cada indivíduo chamado a participar da eleição pronunciava apenas um voto, diferentemente do previsto nas Ordenações, que prescrevia que cada um escolhesse seis nomes⁷⁹. Entretanto, mesmo que não fosse assim, a quantidade total de votos pode ser tomada como um indicador seguro do número de curitibanos participantes da eleição. Assim, em 1827, observou-se o maior número de participantes, correspondendo a 197 votos dados ao conjunto dos eleitores. Em contrapartida, em 1794, foram contados apenas 30 votos. Esta foi, aliás, uma eleição atípica. O mais votado para a função de eleitor, José Antonio Mendes, com quatro votos, encontrava-se ausente. O escrivão também não apontou quais foram os seis eleitores escolhidos; ao contrário, relacionou todos os indicados, como se segue:

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil Setecentos noventa e quatro annos aos vinte e dous dias do mes de Fevereiro do dito anno nesta villa de Curitiba na Caza da Camara (...)E Logo em o dito mes e anno Retro deClarado em a mesma Camera, e Passos do Conçelho por elle Doutor Ouvidor geral, foi deferido o Juramento dos Santos Evangelhos em hum Livro delles, a elles eLeitores nomeados, a Saber João An.^{to} da Costa o Cap.^m M.^{el} Glz' Guim.^{es}, Jozé An.^{to} Mendes, o Ten.^{te} Estevão Jozé Ferr.^a O Sarg.^{to} mor Fran.^{co} X.^{er} Pinto Miguel Ribr.^o Ribas o Alferes Thomas Gonsalves de Almeida o Tenente Joze Bernardino de Souza Jozé Leme do Prado Francisco Pereira Camelo o Capitão Antonio Joze Ferreira o Alferes Antonio Xavier Ferreira: deClaro que por Se achar auzente Jozé Antonio Mendes, em Seu Lugar foi chamado por ordem do Menistro o Capitão Manoel gonsalves Guimarães os quais em votos [ilegível] proverão aos mais votos a Sua mão direita em obServação do qual Juramento lhes foi encarregado eLegeçem os Juizes e mais offeçiais que hão de Servir o Trienio futuro tudo na forma da Ley e Reçebido o Juramento por elles eLeitores aSim o Prometerão Comprir na forma por elle Ministro mandado de que de tudo aSim Constar mandou fazer o presente termo de Juramento em que aSignou Com o Juis e mais offeçiais e Eu Francisco da Silva Leiria Escrivão da camera que Escrevj - Br.^{co} - Joaq.^m Mar.^{no} Ribr.^o Rjbas - Fran.^{co} Roiz Seixas - Joze Antonio Vieira - Joaq.^m dos Anjos Per.^a - Estevão Joze Ferr.^a - M.^{el} Glz. Guim.^{es} - Mig.^{el} Ribri Rjbas - Fran.^{co} X. P.^{to} - Fran.^{co} Teyxr.^a Camello - Thomas Glz.^e d' Almd.^{a80}

Importante salientar que este não é o padrão geral das atas eleitorais analisadas.

⁷⁸ Em apenas duas eleições não pudemos levantar o número total de votos, visto não existir a relação de indicados para eleitores e seus respectivos votos.

⁷⁹ Veremos essa distribuição adiante

⁸⁰ LAEM, fls. 87-87 v.

Comumente, elas trazem a seguinte disposição: 1) um cabeçalho, que indica o tipo de eleição e para que se destina; 2) a parte inicial da ata propriamente dita e, a seguir, a relação dos nomes dos indivíduos que receberam os votos para a função de eleitores; 3) depois aparecia o registro do termo de juramento dos eleitores, encerrado pelas assinaturas deles e do presidente da eleição; 4) finalmente, o termo que atestava a conclusão da eleição, ou seja, o recebimento pelo presidente dos róis dos indicados para serem os futuros oficiais camarários, a redação dos novos róis, o fechamento deles nos pelouros, a feitura da pauta e o encerramento de todo o material no famoso “cofre das três chaves”.

Auto de ELEição e pelouroz que madou fazer o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor Antonio Barboza de Matoz Coitinho (...) para elegerem officiaiz da mesma Camera que han de Servir os annos futuros de 1783, 1784, 1785 nesta Villa de Curitiba (...)

Anno do Nascimento de NoSso Senhor JEZUS Christo de mil SeteCentos oitenta e dous aos Sinco dias do mes de Fevereiro do dito anno nesta Villa de Curitiba em Cazas de Apozentadoria do Doutor ouvidor Geral e Corregedor Antonio Barboza de Matos Coitinho donde fora vindo O Juis Ordinario O Sargento Mor, digo ten digo Paulo de chaves de Almeida e os Vereadorez Antonio Guedes de Carvalho; o Tenente Antonio Jozé Fereira e Thomas Joze de Almeida e proCurador o Capitão Antonio Jozé da Silva. E estando aSim todos juntos em Corpo de Camera mandarão convocar todos os homens da Republica e mais povo que Se achava para que todos e Cada hum delles deSse Seo Voto na forma da ley para estes fazerem trez Cameras para os annos vindouros de mil Setecentos oitenta e tres, oitenta e quatro oitenta e Sinco, Como tambem para Se fazer Juis de Orphaons para os tres referidos annos e de Como Se acharão todos juntos para Se fazerem os Referidos officiais mandou elle dito Menistro fazer este auto de pelouros Eu Antonio dos Santos Pinheyro escrivão da Ouvidoria Geral e CoreiSsão que o Escrevy

Para ELEytores

o Capitam Mor Lourenco Ribr.^o de Andr.^e #####

o Cao.^{am} Miguel Ribr.^o Ribas #####

o Sarg.^{to} Mor João Bp.^{ta} Dinis #####

Jozé Pedro da Costa #####

o Cap.^m Francisco Luis de OLiveyra ###

Sebastião Teyxeira de Azevedo #####(com quatro votos riscados)

o Capitão Jozé dos Santos #####

Antonio Ribr.^o do Valle #

Manoel Vas Torres ####

Antonio Miz' Lisboa /

Manoel da Silva #

O Ten.^{te} Jozé Bernanrdino /

Antonio Teyxr.^a Alvares #

Matheus Correa /

Francisco Teyxr.^a Camelo //

Tr.^o de Juramento que Se da aos Eleytores Aos Sinco dias do mes de Fevereiro de mil SeteCentos oitenta e dous annos nesta villa de Curitiba em Casas de apozentadoria do Doutor Ouvidor geral e Corregedor Antonio Barboza de Matos coitinho comigo escrivão de Seo Cargo aodiente nomeado Sendo ahý pelo dito Menistro foi deferido o Juramento dos Santos Evangelhos aos Eleitores Em prezença do Juis Ordinario e mais offeçiais da Camera, e Sendo ahý forão nomeados a mais Votos do Povo pelas PeSsoas, Republicanos e mais Nobres as Seis peSsoas Seguintes o Capitam Mor Lourenco Rebeyro de Andrade o Capitam Miguel Ribeyro Rebas, o Sargento Mor João Batista Dinis Jozé Pedro da Costa, Sebastião Teyxeyra de Azevedo, o Capitam Jozé dos Santos Roza os quais fizerão Suas Listas e a quem lhe deferio o dito Menistro o Juramento dos Santos Evangelhos em hum Livro delles e depois de terem Recebido o dito Juramento prometerão fazer Suas EleiSoins nas peSoas mais fededignas para Servirem de Juizes Vereadores e proCurador e Juis de Orphaons de que para Constar mandou elle dito Menistro fazer este termo em que aSegnou com os ditos ELEitores e eu Antonio dos Santos Pinheiro escrivão da ouvidoria Geral e CorreiSão que o escrevMig.^{el} Ribro' Rjbaz - João Bap.^{ia} Diniz - Lour.^{co} Ribr.^o de Andr.^e - Sebastitejxr.^a de Az.^o - Jozé dos Santos Rozatto - Joze Pedro da Costa- Barboza - Almd.^a - Guedes - Frr.^a - Almd.^a - da S.^a

E Logo Sendo Satisfeito pelos ditos Eleytores fazendo Suas Listas cada hum de pre ci nelles declarão os Juizes, Vereadores, e ProCurador do Conçelho estes entregandoos ao dito Menistro mandou ezte Se fizeSsem tres bollas de Sera da terra donde nellas mandou emSerar as tres Listas para os respetivos annos de que mandou elle dito Doutor Juis Com digo mandou elle Menistro meter em hum Saco e depoiz de estar emSerrado nelles Se meteo em hum cofre Com tres chaves, az quais forão entregues a Cada Vereador em que ficou tudo emSerrado no dito Cofre de que para Constar mandou elle Menistro fazer este termo em que aSignou Com o Juis e mais Vereadores e ProCurador do Conçelho e eu Antonio dos Santos Pinheiro Escrivão da Ouvidoria Geral e CorreiSão que o EscrevýBarboza - Almd.^a - Guedes - Frr.^a - Almd.^a - da S.^a⁸¹

Como já foi indicado, alguns indivíduos dividiam com outros a primazia do recebimento da maior parte dos votos de uma mesma eleição. Na eleição transcrita acima, ocorrida em 05 de Fevereiro de 1782, foi computado um total de 144 votos, que foram distribuídos entre 15 indicados para a função de eleitor. Os seis mais votados obtiveram entre 25 e 11 votos, perfazendo 121 votos.

Esses mais votados, durante um certo número de eleições, permaneciam sendo os preferidos. Antônio José Ferreira, por exemplo, participou das eleições de 1779, 1785, 1788, 1791, 1794, 1787, 1804 e 1808; ou melhor, seu nome constou na relação de indicados para eleitores. Desempenhou, de fato, essa função nas eleições de 1785 (19 votos de um total de 154), 1788 (12 votos entre 117), 1791 (11 votos entre 72), 1797 (06

⁸¹ LAEM, fls. 67-69 v.

votos entre 42) e 1808, quando recebeu 18 votos (numa eleição que, por não constar a relação dos indicados, não podemos determinar o número total de votos). O caso do tenente, depois capitão, Antônio José Ferreira é emblemático; mas, como ele, outros nomes poderiam ser apontados. É certo, porém, que a maioria dos indicados, ou seja, qualquer indivíduo que recebia ao menos um voto, jamais chegou a exercer a função de eleitor.

Durante o período estudado, 118 indivíduos tiveram os seus nomes relacionados na lista de indicados para a função de eleitor. Destes 118 indivíduos, apenas 41 foram escolhidos por seus pares como eleitores. E, como foi visto, sempre com grande diferença de votos. Dos 41 eleitores, 19 o foram apenas uma vez; com duas vezes, foram 04 indivíduos; 03 vezes, 07 indivíduos; quatro vezes, 06 indivíduos; cinco vezes, 01 indivíduo; seis vezes 03 indivíduos; e, um deles, João Antonio da Costa, desempenhou a função de eleitor por sete vezes (em 1791, 1797, 1811, 1814, 1818, 1820 e 1824).⁸²

Indivíduos que desempenharam função de eleitores nas eleições da Câmara Municipal de Curitiba (1776-1827)

| Nome dos Eleitores* | Anos em que foi escolhido como eleitor | Nº total de indicações |
|------------------------------|---|-------------------------------|
| Antônio Guedes de Carvalho | 1788 | 04 |
| Antônio José da Silva Carrão | 1814 1818 1820 1827 | 06 |
| Antônio José de Andrade | 1791 | 03 |
| Antônio José Ferreira | 1785 1788 1791 1797 1808 | 08 |
| Antônio Martins Lisboa | 1776 | 02 |
| Antônio Ribeiro de Andrade | 1804 1808 1811 1814 | 04 |
| Antônio Teixeira Camello | 1811 | 01 |

⁸² Alguns indivíduos com uma ou duas participações como eleitores, o foram nos anos iniciais ou finais do nosso período de estudo, o que pode significar participações anteriores a 1776, quando fosse o caso. Lembremo-nos que, em 1º de Outubro de 1828, foi editada a lei que, no período imperial brasileiro, “dá nova forma às câmaras municipais, marca suas atribuições e o processo para a sua eleição e dos juizes de paz”. Cf. CAMPANHOLE, A, CAMPANHOLE, H.L. (comp.). **Constituições do Brasil**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 1989, p. 785-796.

| Nome dos Eleitores* | Anos em que foi escolhido como eleitor | Nº total de indicações |
|-----------------------------|---|-------------------------------|
| Antônio Teixeira de Freitas | 1791 | 02 |
| Antônio Xavier Ferreira | 1797 1800 1804 | 04 |
| Brás Alvares Natal | 1800 | 02 |
| Domingos Lopes Cascaes | 1776 1791 | 03 |
| Estevão José Ferreira | 1788 1791 1794 1797 1800 1804 | 06 |
| Francisco de Paula X. Bueno | 1827 | 01 |
| Francisco Teixeira Camello | 1814 | 04 |
| Francisco Xavier Pinto | 1776 1788 1791 1794 1797 1800 | 06 |
| Henrique Ferreira de Barros | 1779 | 01 |
| Inácio de Sá Sottomaior | 1811 1820 1824 1827 | 07 |
| Inácio Lustosa de Andrade | 1804 1824 1827 | 03 |
| João Antônio da Costa | 1791 1797 1811 1814 1818 1820 1824 | 09 |
| João Batista de Dinis | 1779 1782 1785 | 03 |
| João da Silva Pereira | 1820 1824 1827 | 05 |
| Joaquim dos Anjos Pereira | 1818 | 04 |
| Joaquim M. Ribeiro Ribas | 1797 1808 1820 1824 | 06 |
| José da Costa Pinto | 1824 | 02 |
| José dos Santos | 1782 | 01 |
| José Pedro da Costa | 1779 1782 | 02 |
| José Antônio Mendes Vieira | 1794 1808 | 02 |
| José Bernardino | 1791 | 04 |
| Lourenço Ribeiro de Andrade | 1779 1782 1785 | 04 |
| Lourenço de Sá Pinto Ribas | 1814 1818 1820 1827 | 04 |
| Luís Ribeiro da Silva | 1788 1800 1804 1808 1811 1818 | 08 |
| Manoel de Andrade Pereira | 1800 | 02 |
| Manoel G. de Sampaio | 1776 1779 | 02 |
| Manoel Gonçalves Guimarães | 1811 | 03 |
| Manoel José de França | 1818 | 02 |
| Miguel Ribeiro Ribas | 1782 1788 1794 | 05 |
| Nicolau Pinto Rebelo | 1827 | 02 |
| Paulo de Chaves | 1785 | 01 |
| Sebastião T. de Azevedo | 1776 1779 1782 1785 | 04 |
| Simão Gonçalves de Andrade | 1814 | 02 |
| Tomas Gonçalves de Almeida | 1794 1804 1808 | 05 |

*Visto a grafia dos nomes variar conforme o escrivão, nesta listagem modernizamos a ortografia.

2.2 Eleições e eleitores em Curitiba

Antes de prosseguir na discussão acerca da relação entre processos eleitorais e a formação de elites políticas na vila de Curitiba, entende-se interessante e necessário apresentar uma relação das eleições de pelouros para os cargos da Câmara Municipal de Curitiba, no período 1776-1827.

A relação apresentada a seguir foi construída a partir das informações constantes no **Livro de Actas de Eleições de Curityba (1767 a 1827)**. Para cada eleição, indicamos a data de sua realização, o número total dos votos conferidos aos indicados para eleitores, os nomes e os votos conferidos aos eleitores escolhidos. A leitura dessas informações ainda irá colaborar na discussão que será feita a seguir, sobre a existência de disputas entre grupos locais.

RELAÇÃO DE ELEITORES E DE ELEITOS PARA AS ELEIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA NO PERÍODO DE 1776 A 1827

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1777, 1778 e 1779 (03 de Março de 1776) - (folhas 31 a 33).

Número total de votos: 136

Relação de indicados para eleitores

O Cap.^m Miguel Ribr.^o Ribas 16 - votos

o cap.^m Miguel Glz' S. Payo 18 - votos

o cap.^m Fran.^{co} X.^{er} Pinto 18 - votos

o Ajud.^c Luiz Ribr.^o 1 - voto

Fran.^{co} Teixr.^a Camello 1 - voto

Ant.^o Miz' Lx.^a 19 - votos

Ant.^o Teixr.^a Alz' 3 - votos

Jozé Baptista Diniz 1 - voto

Fran.^{co} de Linhares 1 - voto

o Ten.^{te} Dom.^{os} Lopes Cascaes 18 - votos

o Cap.^m Jozé de Andr.^c 1 - voto

Sebastião Teixr.^a 21 - votos

Antonio Jozé Teixr.^a 18 - votos

Relação dos eleitores escolhidos

Cap. Manoel Gonçalves de Sam Payo – 18 votos

Cap. Francisco Xavier Pinto – 18 votos

Antônio Martins Lisboa – 19 votos

Tenente Domingos Lopes Cascaes 18 votos

Antonio Jozé Teixr.^a 18 - votos

Sebastiam Teixeira de Azevedo – 21 votos

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1780, 1781 e 1782 (31 de Janeiro de 1779) - (folhas 38 a 40)

Número total de votos: 101

Relação de indicados para eleitores

o Sargento mor João Baptista Dinis 16 - votos

o Cap.^{am} Mor Lourenco Ribr.^o de Ard.^c 16 - votos

o Capitam M.^{cl} Glz.['] de S. Payo 15 - votos

o Alferes Henriques Ferr.^a de Barros 13 - votos

Sebastiam Texr.^a 12 - votos

Manoel Soares do valle – 1 - voto

Jozé Pedro da Costa 12 - votos

Francisco de Linhares 3 - votos

Antonio Jozé Ferr.^a 3 - votos

Jozé Francisco Correa 7 - votos

Antonio Guedes de Carv.^o 1 - voto

Antonio Texr.^a Alz' 1 - voto

Manoel da Sylva – 1 - voto

Relação dos eleitores escolhidos

Capitam mor Lourenco Ribeiro de Andrade – 16 votos

Sargento mor João Baptista Dinis – 16 votos

Capitam Manoel Gonçalves de Sam Payo – 15 votos

Alferes Henriques Ferreira de Barros – 13 votos

Sebastiam Teixeira – 12 votos

Joze Pedro da Costa – 12 votos

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1783, 1784 e 1785 (05 de Fevereiro de 1782) - (folhas 47 a 49)

Número total de votos: 144

Relação de indicados para eleitores

o Capitam Mor Lourenco Ribr.^o de Andr.^e 25 - votos

o Cao.^{am} Miguel Ribr.^o Ribas 25 - votos

o Sarg.^{to} Mor João Bp.^{ta} Dinis 24 - votos

Jozé Pedro da Costa 19 - votos

o Cap.^m Francisco Luis de OLiveyra 5 - votos

Sebastião Teyxeira de Azevedo 17 votos

o Capitão Jozé dos Santos 11 - votos

Antonio Ribr.^o do Valle 2 - votos

Manoel Vas Torres 7 - votos

Antonio Miz' Lisboa 1 - voto

Manoel da Silva 2 - votos

O Ten.^{te} Jozé Bernanrdino 1 voto
 Antonio Teyxr.^a Alvares 2 - votos
 Matheus Correa 1 voto
 Francisco Teyxr.^a Camelo 2 - votos

Relação dos eleitores escolhidos

Capitam Mor Lorenço Ribeiro de Andrade – 25 votos
 Capitam Miguel Ribeiro Ribas – 25 votos
 Sargento Mor João Baptista Dinis – 24 votos
 José Pedro da Costa – 19 votos
 Sebastião Teixeira de Azevedo - 17 votos
 Capitão José dos Santos – 11 votos

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1786, 1787 e 1788 (11 de Dezembro de 1785) - (folhas 56 a 58)

Número total de votos: 154

Relação de indicados para eleitores

O Sargento mor João Bp.^{ta} Denis 22 - votos
 o Cap.^{am} Ant.^o Joze da Silva 20 - votos
 o Ten.^{te} Ant.^o Jozê Frr.^a 19 - votos
 Sebastião Teyxr.^a 15 - votos
 Paulo de xavez 20 - votos
 o Cap.^m Joze de Andr.^e 11 - votos
 o Cap.^m Meg.^{el} Rebr.^o Ribas 15 - votos
 o Cap.^m Lour.^{co} Ribr.^o de Andr.^e 24 - votos
 Antonio Jozé de Andr.^e 4 - votos
 o Ten.^{te} Jozé Bernardino 1 voto
 Francisco Teýxr.^a 1 voto

João Fran.^{co} Correa 1 voto

Manoel Vas Torres 1 voto

Relação dos eleitores escolhidos

Capitão Mor Lourenço Ribeiro de Andrade – 24 votos

Sargento Mor João Baptista de Dinis – 22 votos

Capitão Antonio Jozé da Silva – 20 votos

Tenente Antonio Joze Ferreira – 19 votos

Paulo de Xaves – 20 votos

Sebastião Teixeira de Azevedo – 15 voto

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1789, 1790 e 1791 (07 de Fevereiro de 1788) - (folhas 62 a 64)

Número total de votos: 117

Relação de indicados para eleitores

O cap.^{am} Miguel Ribr.^o Rybas 12 - votos

O cap.^{am} Manoel glz de S Pajo 7 – votos

O Ten.^{te} Antonio Joze Ferr.^a 12 - votos

Antonio gudes de Carv.^o 7 - votos

O Sarg.^{to} mor Franc.^o Xavier P.^{to} 10 - votos

o Ten.^{te} Estevao Joze Ferr.^a 13 - votos

O cap.^{am} Luis Ribr.^o da S.^a 14 - votos

Antonio Teixr.^a de Freytas 4 - votos

Francisco Teixr.^a camelo 5 - votos

o Ten.^{te} Joze Bernardino de S.^a 5 - votos

Bento De Nis S. Paýo 2 - votos

Antonio Joze de Andr.^e 6 - votos
 Antonio Teixe.^a ALz. 2 - votos
 João Francisco Corr.^a 5 - votos
 Bras ALz' NateL 3 - votos
 Joze Leme do Prado 1 voto
 Domingos Lopes Cascaes 2 - votos
 João Antonio Pinto 1 voto
 João Antonio da Costa 1 voto
 Ignacio de Sa 2 - votos
 Manoel Joze Barboza 1 voto
 Manoel glz' 1 voto
 Joze de Freytas Saldanha 1 voto

Relação dos eleitores escolhidos

Capitam Miguel Ribeiro Ribas – 12 votos
 Tenente Antonio Joze Ferreira – 12 votos
 Antonio Guedes – 7 votos
 Sargento Mor Francisco Xavier Pinto – 10 votos
 Tenente Estevão Joze Ferreira – 13 votos
 Capitam Luis Ribeiro da Silva – 14 votos

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1792, 1793 e 1794 (07 de Maio de 1791) - (folhas 77 a 79)

Número total de votos: 72

Relação de indicados para eleitores

O C. An.^{to} Joze Ferreira 11 - votos
 o Sarg.^{to} mor Fran.^{co} x.^{er} P.^{to} 11 - votos

o then.^{te} Estevam Joze Ferr.^a 9 - votos
 O G.^{mor} João Antonio da Costa 5 - votos
 o Alf.^{es} Thoams Glz da Alm.^{da} 1 voto
 o Alf.^{es} Antonio Teixr.^a de Freytas 5 - votos
 o then.^{te} Jozé Bernardino 5 - votos
 o C. Ign.^{co} de Sa Souto major 4 - votos
 Domingos Lopes CasCais 6 - votos
 An.^{to} Joze de Andr.^e 7 - votos
 Domingos Frz' Cortes 3 - votos
 o Ca. Mor Lour.^{co} Ribr.^o de Andr.^e 1 voto
 o Cap.^{am} Luis Ribr.^o da S.^a 2 - votos
 Antonio Gedes de Carv.^o 1 voto
 Joam Fran.^{co} Correya 1 voto

Relação dos eleitores escolhidos: Não existe relação de eleitos

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1795, 1796 e 1797 (22 de Fevereiro de 1794) - (folhas 86v. a 88)

Número total de votos: 30

Relação de indicados para eleitores

João Antonio da Costa 1 voto
 O Cap.^m M.^{el} An.^o Guim.^{es} 2 - votos
 Jozé Ant.^o Mendes 4 votos Auz.^{te}
 Estevão Jozé Ferr.^a 4 - votos
 O Sarg.^{to} mor Fran.^{co} X.^{er} P.^{to} 4 - votos
 O Cap.^m Mig.^{el} Ribr.^o Ribas 4 - votos
 O Alf.^{es} Thomas glz de Almd.^a 3 - votos

o Ten.^{te} Jozé Bernardino e Souza 1 - voto

Jozé Leme do Prado 1 - voto

Fran.^{co} Teixr.^a Camelo 2 - votos

O Cap.^m An.^{to} Jozé Ferr.^a 2 - votos

O ALf.^{es} An.^{to} X.^{er} Ferr.^a 2 - votos

Relação dos eleitores escolhidos: não existe relação de eleitos

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1798, 1799 e 1800 (13 de Maio de 1797) - (folhas 97 a 98)

Número total de votos: 42

Relação de indicados para eleitores

O Sargento Mor Francisco X.^{er} Pinto 6 - votos

o Capitão Antonio Joze Frr.^a 6 - votos

o Thenente Estevão Joze Frr.^a 6 - votos

o Thenente Joze Bernardino 2 - votos

o Guarda mor João Ant.^o 6 - votos

Joze Antonio Mendes Vier.^a 1 voto

o Alferes Thomas Glz' 4 - votos

o Alferez Antonio X.^{er} 6 - votos

Joaquim Mariano 4 - votos

Antonio Guedes de Carvalho 1 voto

Relação dos eleitores escolhidos

Sargento Mor Francisco Xavier Pinto – 6 votos

Capitão Antonio Joze Ferreira – 6 votos

Tenente Estevão Joze Ferreira – 6 votos

Guarda Mor João Antonio – 6 votos

Alferes Antonio Xavier Ferreira – 6 votos

Guarda Mor Joaquim Mariano Ribeiro – 4 votos

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1801, 1802 E 1803 (12 de Março de 1800) - (folhas 104 a 105v)

Relação de indicados para eleitores : não consta o nome dos indicados para eleitores, por isso não é possível saber o número total de votos, só consta os escolhidos e seus votos.

Relação dos eleitores escolhidos

Alferes Antonio Xavier Ferreira – 20 votos

Capitão Luiz Ribeiro da Silva – 19 votos

Sargento Mor Francisco Xavier Pinto – 18 votos

Capitão Manoel de Andrade Pereira – 18 votos

Tenente Braz Alves Natal – 16 votos

Tenente Estevão Jose Ferreira – 15 votos

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1805, 1806 e 1807 (21 de Maio de 1804) - (folhas 115v a 117v)

Número total de votos: 152

Relação de indicados para eleitores

Antonio Ribr.^o de Andr.^e Cap.^{am} Mor 19 - votos

Ignacio Lustoza de Andr.^e Cap.^{am} 11 - votos

Joaq.^m Mariano Ribr.^o Ribas G.^{da} Mor 10 - votos

Antonio Jozé Ferr.^a Cap.^{am} 11 - votos

Thomas Glz.' de Almeida Alferes 11 - votos
 Estevão Jozé Ferreira Tenente 13 - votos
 Antonio X.^{er} Ferr.^a Alf.^{es} 15 - votos
 Ign.^{co} de Sá Souto Maior Cap.^m 10 - votos
 Fran.^{co} Teixeira Camello 11 - votos
 Jozé Fran.^{co} Card.^o de Menezes Cap.^{am} 1 - voto
 Manoel Glz.' Guim.^{es} Cap.^{am} 8 - votos
 Luis Ribeiro da S.^a Cap.^{am} 16 - votos
 Fran.^{co} de Paula Ten.^{te} Coronel 6 - votos
 Manoel de Andr.^e Per.^a 4 - votos
 Jozé Bernardino de Sz.^a 2 - votos
 Jozé Leme do Prado 2 - votos
 Antonio Jozé da S.^a 1 - voto
 João An.^{to} Ferr.^a 1 - voto

Relação dos eleitores escolhidos

Antonio Ribeiro de Andrade Cap. Mor – 19 votos
 Ignacio Lustosa de Andrade Capitam – 11 votos
 Thomas Gonçalves de Almeida Alferes – 11 votos
 Estevão José Ferreira Tenente – 13 votos
 Antonio Xavier ferreira Alferes – 15 votos
 Luis Ribeiro Da Silva Capitam – 16 votos

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1809, 1810 e 1811 (27 de Abril de 1808) - (folhas 126 a 127v)

Relação de indicados para eleitores: não consta o nome dos indicados para eleitores, por isso não é possível saber o número total de votos, só consta os escolhidos e seus votos.

Relação dos eleitores escolhidos

Capitão Luis Ribeiro – 22 votos

Capitão Joze Mendes Vieira – 13 votos

Sargento Mor Antonio Joze Ferreira – 18 votos

Cap. m Joaquim Mariano Ribas – 23 votos

Capitão Thomas Gonçalves – 24 votos

Cap. mor Antonio Ribeiro de Andrade – 12 votos

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1812, 1813 e 1814 (30 de Junho de 1811) - (folhas 136 a 137)

Número total de votos: 90

Relação de indicados para eleitores

Cap.^m Mor Ant.^o Ribr.^o de Andrade - 14 votos

o Ten.^e João Ant.^o da Costa - 12 votos

Joaquim dos Anjos - 4 votos

o Ten.^e Ant.^o Joze da S.^a Carrão - 5 votos

Francisco Joze – 5 votos

Francisco Joze - 5 votos

Antonio Alz' - 1 voto

o Cap.^m Luis Ribr.^o da S.^a - 10 votos

Ant.^o Teixr.^a Camello - 10 votos

o Coronel Manoel Glz' Guim' - 11 votos

João Ant.^o Pinto – 1 voto
 o Sarg.^{to} Mor Ign.^{co} de Sá - 10 votos
 Miguel de Almeida – 1 voto
 Luis Gomes da S.^a - 1 voto
 Joze dos Santos - 2 votos
 Lourenço de As – 2 votos
 Ant.^o Francisco 1 voto

Relação dos eleitores escolhidos

Coronel Manoel Gonçalves Guimarães – 11 votos
 Sargento Mor Ignacio de Sa Souto Maior – 10 votos
 Tenente João Antonio da Costa – 12 votos
 Antonio Teixeira Camello – 10 votos
 Cap. Mor Antonio Ribeiro de Andrade – 14 votos
 Cap. Luis Ribeiro da Silva – 10 votos

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1815, 1816 e 1817 (16 de Outubro de 1814) (folhas 143v a 146)

Número total de votos: 82

Relação de indicados para eleitores

O Ten.^{te} João An.^{to} da Costa 12 - votos
 O Cap.^m Mor An.^{to} Rib.^o de And.^{re} 13 - votos
 Ten.^{te} An.^{to} Joze da S.^a Carram 1 voto
 Cap.^m Rodrigo Fran.^{co} 1 voto
 Lourenço de Sá 13 - votos
 Alf.^s Joze Martins França 4 - votos
 Alf.^s Manoel Joze de França 4 - votos
 Simão Gonçalves de And.^{re} 6 - votos

Fran.^{co} Teixr.^a Camelo 8 - votos

Alf.^s João da S.^a 5 - votos

Dom.^s Joze da Motta - 4- votos

Fran.^{co} Mont.^o 1 voto

Ajud.^{te} An.^{tes} 5 - votos

Manoel Joze de Faria 2 - votos

Joze dos S.^{tos} 2 - votos

An.^{to} Alvz' 1 voto

Relação dos eleitores escolhidos

Tenente João Antonio da Costa – 12 votos

Tenente Antonio Joze da Silva Carram – 1 voto

Capitão mor Antonio Ribeiro de Andrade – 13 votos

Lourenço de As Pinto Ribas – 13 votos

Francisco Teixeira Camello – 8 votos

Simão Gonçalves de Andrade – 6 votos

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1818, 1819 e 1820 (15 de Fevereiro de 1818) - (folhas 151 a 153)

Número total de votos: 91

Relação de indicados para eleitores

Cap.^m João Antonio da Costa 12 - votos

Cap.^m Luis Ribeiro da S.^a 11 - votos

Lour.^{co} P.^{to} de Sa Ribas 9 - votos

Cap.^m Manoel Joze de França 11 - votos

Joaq.^m dos Anjos Per.^a 11 - votos

O Ten.^{te} An.^{to} Joze da S.^a Carram 10 - votos

Luis Gomes da S.^a 8 - votos

Cap.^m Rodrigo Fran.^{co} xavier 4 - votos

Ajud.^e An.^{to} Antunes Roiz' 5 - votos

Alf.^s João da S.^a Per.^a 6 -votos

Manoel Fran.^{co} Ferr.^a 1 voto

An.^{to} Alvz.' de Ar.^o 2 - votos

Joze doz S.^{tos} Lima 1 voto

Relação dos eleitores escolhidos

Capitão João Antonio da Costa – 12 votos

Tenente Antonio Joze da Silva Caram – 10 votos

Capitão Luis Ribeiro da Silva – 11 votos

Lourenço Pinto de Sa Ribas – 9 votos

Capitão Manoel Joze de França – 11 votos

Joaquim dos Anjos Pereira – 11 votos

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1821, 1822 e 1823 (08 de Novembro de 1820) -

(folhas 167 a 169)

Número total de votos: 79

Relação de indicados para eleitores

O Sargento Mor Joaq.^m Marianno Ribr.^o 10 - votos

O Cap.^m M.^{el} Joze de Franca 8 - votos

O Cap.^m João Antonio da Costa 9 - votos

O Alf.^{es} João da Silva Per.^a 11 - votos

O Ten.^{te} An.^{to} Joze da S.^a Carram 10 - votos

Manoel Joze de Faria 1 voto

Lourenço P.^{to} de Sá 8 - votos

Cap.^m Dom' Joze da Motta 6 - votos

Cor.^{el} Inacio de Sá Sotto Maior 8 - votos

Joaq.^m dos Anjos Per.^a 2 - votos

Joze dos S.^{tos} Lima 3 - votos

Roberto Miz' Coimbra 1 voto

Cor.^{el} Jacinto Joze de Castro 2 - votos

Relação dos eleitores escolhidos

Sargento Mor Joaquim Mariano Ribeiro Ribas – 10 votos

Capitam João Antonio da Costa – 9 votos

Alferes João da Silva Pereira – 11 votos

Tenente Antonio Joze de S. Carram – 10 votos

Lourenço Peixoto de Sá – 8 votos

Coronel Ignácio de Sá Sotto Maior – 8 votos

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1825, 1826 e 1827 (30 de Julho de 1824) - (folhas 183 v. a 185 v.)

Número total de votos: 145

Relação de indicados para eleitores

O Sargento Mór Joaquim Mariano Ribeiro Ribas 19 - votos

O Sargento Mór Ignacio Lustoza de Andrade 15 - votos

O Coronél Ignacio de Sá Sotto Maior 14 - votos

O Capitão João Antonio da Costa 14 - votos

O Alferes João da Silva Pereira 12 - votos

O Sargento Mór José da Costa Pinto 11 - votos

O Cap.^m Antonio José da Silva Carrão 9 - votos

O Tenente Coronél Ignacio Pereira Bastos -7 - votos

O Ajudante Antonio Antunes Rodrigues 7 - votos

Joaquim dos Anjos Pereira 6 - votos
 O Capitão José Antonio Vieira 5 - votos
 Antonio José de Freitas Saldanha 5 - votos
 João Gonçalves Franco 4 - votos
 Capitão Simão José Gonçalves de Andrade 4 - votos
 O Tenente João de Santa Anna Pinto 3 - votos
 João de Andrade 2 - votos
 O Tenente José de Sá 2 - votos
 Antonio Alves de Araujo 2 - votos
 Antonio José de Souza 1 voto
 O Alferes Ricardo Lustoza de Andr.^e 1 voto
 João Baptista Texeira 1 voto
 Fidelles Jozé da Silva Carrão 1 voto

Relação dos eleitores escolhidos

O Sargento Mór Joaquim Mariano Ribeiro Ribas –19 votos
 O Coronél Ignacio de Sá Sotto Maior -14 votos
 O Capitão João Antonio da Costa - 14 votos
 O Alferes João da Silva Pereira - 12 votos
 O Sargento Mór José da Costa Pinto -11 votos

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1828,1829 e 1830 (05 de Junho de 1827) - (folhas 192 a 193)

Número total de votos: 197

Relação de indicados para eleitores

O Cap.^m Nicolao Pinto Rebello – 19 - votos
 O Alf.^{es} João da S.^a Pereira – 20 - votos

O Alf.^{es} Joze P.^{to} Ribr.^o Nunes – 5 - votos
 O Sarg.^{mor} Joze da Costa Pinto – 11 - votos
 O Sarg.^{mor} Fran.^{co} de Paula X.^{er} Buenno 20 - votos
 O Cor.^{el} Ignacio de Sá Sotto maior 15 - votos
 O Sarg.^{mor} Ignacio Lustoza de Andr.^e 8 - votos
 O Cap.^m Antonio Joze da S.^a Carrão 14 - votos
 O Sarg.^{mor} Joaq.^m Marianno – 12 - votos
 o Cap.^m Joaq.^m Glz' Guim.^{es} – 13 - votos
 Antonio Alves de Araujo – 3 - votos
 Lourenço Pinto de Sá – 18 - votos
 O Cap.^m João Mendes Maxado – 7 - votos
 O Cap.^m Simão Joze Glz' de Andr.^e – 8 - votos
 O Cap.^m Joze de Andr.^e Pereira – 1 voto
 O Cap.^m Dom.^{os} Joze da Motta – 2 - votos
 O Alf.^{es} Joze Borges de Macedo – 2 - votos
 João Bap.^{la} de Olivr.^a – 1 voto
 O Cap.^m Joze Miz' de Ar.^o França 5 - votos
 Antonio Joze Pereira Tinoco – 1 voto
 P Ajud.^{te} João Glz' Franco – 7 - votos
 Antonio Joze de Freitas Saldanha 3 - votos
 O Cap.^m Mathias Glz' Guim.^{es} – 1 voto
 O Alf.^{es} Fran.^{co} de Paula X.^{er} – 1 voto

Relação dos eleitores escolhidos

Cap.^m Nicolao Pinto Rebello – 19 votos
 Alf.^{es} João da S.^a Pereira – 20 votos
 Sarg.^{mor} Fran.^{co} de Paula X.^{er} Buenno - 20 votos
 Cor.^{el} Ignacio de Sá Sotto Maior - 15votos

Cap.^m Antonio Joze da S.^a Carrão - 14 votos

Lourenço Pinto de Sá – 18 votos

Cap.^m Joaq.^m Glz' Guim.^{es} – 13 votos

2.3 – Disputas políticas e elites locais

Levando-se em conta os nomes que aparecem nas listas de eleitores dos processos eleitorais da Câmara Municipal de Curitiba, no período 1776-1827, é possível apontar para a existência de um conjunto de indivíduos que concentram essa função. Cruzando esses nomes com verbetes constantes da **Genealogia Paranaense**, de Francisco Negrão⁸³, constata-se que vários indivíduos participantes do processo eleitoral mereceram a atenção do genealogista.

Tomemos, como exemplo, o capitão Lourenço Ribeiro de Andrade, que foi escolhido para eleitor nas eleições de 1779, 1782 e 1785. Seu filho, o capitão Miguel Ribeiro Ribas, também participou como eleitor nas eleições de 1776, 1782, 1788 e 1794. Seu neto, o capitão Joaquim Mariano Ribas, por sua vez também participou como eleitor nas eleições de 1808, 1820 e 1824. O mesmo ocorreu com seu genro, o capitão João Antônio da Costa, eleitor nas eleições de 1791, 1797, 1811, 1814, 1818, 1820 e 1824. Essa ocorrência, em que diferentes indivíduos de uma mesma família ocupam, quase que concomitantemente, a função de eleitor não é uma exclusividade curitibana.

Esse monopólio de cargos e funções nas municipalidades por parte de algumas famílias, foi constante. O trabalho de Elizabeth Anne Kusnesof, **A família na sociedade brasileira**, mostra justamente a importância da família brasileira nas instituições que moldaram os padrões colonizadores em São Paulo⁸⁴. Essa situação também ocorria em Portugal como demonstram os trabalhos de Capela e Vidigal, anteriormente mencionados.

Como apontado, os processos eleitorais da Câmara Municipal de Curitiba indicam a existência de grupos que, organizados por laços de parentesco, buscavam controlar essa

⁸³ NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Curitiba. Impressora Paranaense. 1830.

⁸⁴ KUZNESOF, Elizabeth Anne. **A família na sociedade brasileira**: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, v. 9, nº 17, set 1988 - fev. 1989. P. 37-63.

instância de poder local. Evidentemente, a construção dessa posição hegemônica não era pacífica. De fato, para o período estudado, pode-se identificar o embate entre dois destes grupos: de um lado, estava situado o grupo familiar do acima mencionado capitão Lourenço Ribeiro de Andrade; de outro, o grupo organizado em torno do *pater-familias* sargento-mor Simão Gonçalves de Andrade.

O próprio genealogista Francisco Negrão fez uma série de alusões ao conflito que existia entre indivíduos de ambos os grupos.⁸⁵ E indica em um trecho que,

Perante o Concelho da Câmara, reunido em Sessão de 1º de Janeiro de 1762, compareceu o licenciado Lourenço Ribeiro de Andrade e requereu ao Ouvidor da comarca que suspendesse e impedisse ao juiz eleito Manoel de Souza Castro, por ter sido sua eleição feita por “afetação do juiz presidente” que era o sargento-mor Simão Gonçalves de Andrade.⁸⁶

O capitão Lourenço Ribeiro de Andrade acusava de parcialidade o então presidente da câmara, sargento-mor Simão Gonçalves de Andrade. O episódio refere-se a uma eleição de barrete, na qual só participavam os oficiais da câmara, possibilitando, por isso, que fossem feitos arranjos em benefício deste ou daquele indivíduo ou grupo. É importante mencionar que essa briga ocorreu em 1762, antes, portanto, do período focalizado nessa dissertação. No entanto, ela pode ser vista como o fato desencadeador das disputas entre os grupos formados em torno daqueles dois homens.

Na ocasião, em função dos desdobramentos da petição de Lourenço Ribeiro de Andrade,

o sargento-mor Simão Gonçalves de Andrade, opiniático e tão poderoso quanto seu rancoroso inimigo, abandonou o cargo de juiz presidente da câmara e tratou de transferir a sua residência para Paranaguá, com toda sua família, depois de ter disposto de todos os seus bens, como nos dá notícia o Termo de vereança de 15 de Janeiro de 1763.⁸⁷

Conforme informa Francisco Negrão, Lourenço Ribeiro de Andrade era nascido em Curitiba, em 24 de Setembro de 1724, onde faleceu em 1799. Casado com Maria Rodrigues de Andrade, foi eleito capitão-mor de Curitiba e participou das expedições aos sertões de Tibagy e Guarapuava, de 1769, como tesoureiro. Suas disputas políticas foram partilhadas e continuadas por seus descendentes, os quais, ainda segundo Negrão, foram

⁸⁵ Ver NEGRÃO, *op. cit.* v.2, p.444, 524 e 538; v.6, p.31.

⁸⁶ Ibidem p. 444.

peças de “respeito e valor”, porém “soberbos, imperiais e mal intencionados”, chegando ao ponto de “obrigar os curitybanos ao cultivo de determinada área de terras nos seus sítios e quintais, e que a ele se deve o cultivo do trigo que impôs com severas ordens e ameaças”. Por ter participado da expedição a Guarapuava, sua família foi protegida por D. Luiz Antônio de Souza, Governador de São Paulo.⁸⁸

O poder político de que se revestiu a família de Lourenço Ribeiro de Andrade pode ser também vista no episódio que envolveu seu filho Antônio Ribeiro de Andrade. Este, após enviudar-se de Francisca de Paula Andrade, solicitou e obteve uma dispensa de casamento, por bula papal, para celebrar bodas com Francisca de Paula Carneiro, em 1797. Nenhum estranhamento haveria, não fosse a noiva ser identificada como sua irmã. Segundo Negrão, a dispensa permitia que “os dois irmãos se casassem morganaticamente”, e que o assento desse matrimônio foi feito em um livro em desuso da Matriz de Curitiba, celebrado a altas horas da noite e de portas fechadas.

Aos desenove diaz do mez de Julho deste presente ano de mil sete sentos e noventa e sete em casas de morada do guarda-mor João Antonio da Costa nesta villa de Cur^a. Pelas nove oras de noite e partes o ajudante Antonio Ribeiro de Andrade e a D. Francisca de Paula Carneiro tudo por ordem do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Matheus de Abreu Pereira por este terem contraído nata mente e depois de os ter apartados aos ditos, logo lhe fiz as perguntas nescecaria e como se quizerão receber, eu os dispensei do impedimento do grão de afinidade e os recebi e elles se cazarão com palavras de presentes sendo testemunhas o guarda-mor João Antonio da Costa⁸⁹ e alferes João Baptista Vieira Ramalho pessoas conhecidas e moradoras nesta villa e logo lhes dei as benções conforme o rito e seriminias praticadas na Santa Madre Igreja e para constar fiz este asento no mesmo dia era V. supra e tão bem se asinarão as ditas testemunhas. Tudo isso obrei respeito a dispensa por ordem do Exm^o. Snr. Bispo que me incubiu fezese tudo e dispensaça que para isso me concedia toda ajurisdicção episcopal.(assignados) o vr^o. José Barbosa de Britto, João Antonio da Costa, João Baptista V^a. Ramalho.⁹⁰

Outro filho de Lourenço Ribeiro de Andrade, o capitão Manoel José de Borba Ribas, conhecido como capitão Nano, continuou a disputa do pai, só que com o capitão Simão José Gonçalves de Andrade, neto do sargento-mor Simão Gonçalves de Andrade.

⁸⁷ Ibidem. p.445.

⁸⁸ Ibidem, p. 539.

⁸⁹ João Antonio da Costa, como já apontado, era genro do capitão Lourenço Ribeiro de Andrade e foi escolhido como eleitor diversas vezes.

⁹⁰ Assento do casamento do Livro II de casamentos da Catedral de Curitiba, p.94. Apud NEGRÃO, **op. cit** p. 524

O capitão Nano, grande proprietário de terras e fazendas nas freguesias do Iguaçu e Tatuquara, foi assassinado em 1831, em uma emboscada, pelo próprio compadre e vizinho, por questões de família, onde “ambos se achavam rodeados de escravos e bem montados”⁹¹. O capitão Manoel José de Borba Ribas que, por corruptela passou a se chamar Taborda, foi casado com Maria Rita de Lima, em cerimônia celebrada em Curitiba, em 17 de Julho de 1786.

A família do capitão Lourenço Ribeiro de Andrade participou, praticamente, de toda a vida política de Curitiba no período por nós estudado. Havia sempre alguém da família participando dos processos eleitorais. No diagrama abaixo, mostramos alguns dos indivíduos pertencentes a esse grupo familiar e que, durante 1776 e 1827, foram indicados como eleitores nas eleições de pelouro do período. Note-se, entretanto, que eles estiveram participando do processo em outras ocasiões, nas quais, mesmo não sendo eleitos, devem ter colaborado para a eleição de alguém do grupo.

| ELEIÇÕES - DATAS | INDIVÍDUOS E PARENTESCO COM O CAPITÃO LOURENÇO RIBEIRO DE ANDRADE |
|---------------------------------------|---|
| 1776-1782-1788-1794 | capitão Miguel Ribeiro Ribas , irmão. |
| 1791 | Antônio José de Andrade , irmão |
| 1804-1808-1811-1814 | Capitão Antônio Ribeiro de Andrade , filho |
| 1797-1808-1820-1824 | Capitão Joaquim Marianno , sobrinho |
| 1814-1818-1820-1827 | Lourenço de Sá Pinto Ribas , neto |
| 1794-1808 | José Antônio Mendes Vieira , genro, casado com Maria Angela Euphrosina Ribas |
| 1791-1797-1811-1814 1818-1820-1824 | Capitão João Antônio da Costa , genro, casou-se com Francisca de Paula Ribas. Foi também padrinho de casamento de um filho do capitão Lourenço Ribeiro de Andrade, Antônio Ribeiro de Andrade. |

⁹¹ NEGRÃO. V.2, p. 524.

| | |
|-------------------------------|---|
| 1779-1782-1785 | Sargento-mor João Baptista Diniz , cuja filha casou-se com Antônio José de Andrade, irmão do capitão. |
| 1811-1820-1824-1827 | Coronel Ignácio de Sá Sotto Maior , cujo filho, o capitão José de Sá Sotto Maior, casou-se com uma sobrinha do capitão Lourenço Ribeiro de Andrade. |
| 1776-1788-1791-1794-1797-1800 | Capitão Francisco Xavier Pinto , um de seus netos casou-se com uma sobrinha de segunda geração do capitão Lourenço Ribeiro de Andrade. |
| 1811 | Coronel Manoel Gonçalves Guimaraes . Seu filho, o capitão Mathias Gonçalves Guimaraes, casou-se com a filha do capitão João Antônio da Costa. |
| 1776-1779 | Capitão Manoel Gonçalves de Sampaio , sua nora, Anna Marques da Silva, casou-se em segundas núpcias com o filho do sargento-mor João Baptista Diniz. |
| 1794-1804-1808 | Alferes Thomas Gonçalves de Almeida , filho do capitão Manoel Gonçalves de Sampaio. |

Fonte: Francisco Negrão **Genealogia Paranaense**

Volte-se, agora, para o grupo formado em torno da família do sargento-mor Simão Gonçalves de Andrade. Este, ao contrário de Lourenço Ribeiro de Andrade, nasceu na Ilha da Madeira. Após fixar residência em Curitiba, Simão Gonçalves de Andrade contraiu matrimônio com Escolástica Soares do Valle, descendente de antiga família local, Carrasco dos Reis. Não deixou descendentes masculinos, e suas filhas ligaram-se a indivíduos de influentes famílias locais. Simão de Andrade faleceu em 1771, e, segundo Francisco Negrão, “foi homem de grande valor moral e exerceu cargos de governança na villa de Curitiba”⁹².

Mesmo depois de sua retirada para Paranaguá, os descendentes de Simão de Andrade continuaram a inimizade com o grupo familiar do capitão Lourenço Ribeiro de Andrade. Conforme Francisco Negrão,

o commandante dos milicianos Francisco de Paula Ribas, irmão do capitão-mor desta villa e do capitão Manoel José da Borda, cunhado do juiz João Antônio Pinto e sobrinho do outro juiz Antônio José de Andrade, nunca foram seus afeiçoados (do capitão Simão José Gonçalves de Andrade, neto do sargento-mor Simão Gonçalves de Andrade), por serem soberbos, imperiais e mal intencionados, pelo que estando servindo de juiz almotacé, foi o justificante prezo na enchovia da cadeia por motivos fúteis.⁹³

⁹² Ibidem. p.358.

⁹³ Ibidem. p. 361.

Dessa prisão, ocorrida em 1805, restou um interessante relato. Trata-se da justificativa apresentada por Simão José Gonçalves de Andrade ao ouvidor geral da comarca, solicitando a reparação do que qualificava como flagrante injustiça. Assim, após apresentar-se como homem de moral ilibada e que jamais houvera estabelecido rixa com familiares do já falecido Lourenço Ribeiro de Andrade, acusa seus detratores de mal intencionados, apontando:

que o atual commandante dos milicianos Francisco de Paula Ribas he irmão do capitão mor desta villa e do capitão Manoel José Taborda, cunhado do juiz João Antonio Pinto e sobrinho do outro juiz Antonio José da Andrade; que o capitão Manoel José Taborda, nunca foi afeito a casa do sup^o. E he homem soberbo, imperial e mal intencionado; pois estando este fazendo vezes de commandante e estando o justificante servindo de juiz almotacé foi o dito capitão o auctor de que viesse a ser preso o justificante na enchovia da cadeia desta villa como assim aconteceu; que a dita prisão do justificante foi também determinada pello sargento mor Diogo Pinto de Azevedo, e este pouco afeiçoado ao justificante, pois vindo o justificante prezo e estando com a insigna de almotacé, o mandou parar na sua porta, e o dasauthorizou com palavras imperiosas e he o dito sargento mor homem imperial e da más intenções; que o dito sargento mor custuma a não ter atenção com os seus súbditos quando servem na governança desta villa que não só assim aconteceu com a prisão do justificante como também em outro tempo com a alferes Rafael Ribeiro Ribas e o alferes José Maria que estando estes ocupando o lugar de juiz almotacé os mandou prender sem atenção alguma ao cargo que ocupavão.⁹⁴

Vê-se, nesta transcrição, que integrantes da família do capitão Lourenço Ribeiro de Andrade ocupavam importantes cargos da administração civil e militar local. Aparentemente a descendência do sargento-mor Simão Gonçalves de Andrade estava em posição de inferioridade. Levando em conta as informações precedentes, pode-se apontar que os processos eleitorais curitibanos, da segunda metade do século XVIII, mostram justamente o momento de ascensão dos Ribeiro de Andrade. Ao compararmos a presença de integrantes de ambos os grupos nos processos eleitorais do período estudado, fica patente a disparidade das forças em disputa. O quadro seguinte, relaciona as datas das eleições em que parentes do sargento-mor Simão Gonçalves de Andrade exerceram a função de eleitores.

⁹⁴ NEGRÃO, V.1, P.552.

| ELEIÇÕES-DATAS | INDIVÍDUO E PARENTESCO COM O SARGENTO-MOR SIMÃO G. DE ANDRADE |
|--------------------------|--|
| 1818 | Alferes Manoel José de França , neto. |
| 1785-1788-1791-1797-1808 | Sargento-mór Antonio José Ferreira , era casado com a neta de Simão Gonçalves, D. Maria Caetana de Jesus |
| 1827 | Tenente Francisco de Paula Xavier Bueno , a bisneta do sargento Simão, casou-se com o bisneto do tenente Francisco. |

Fonte: Francisco Negrão **Genealogia Paranaense**

Na última eleição do período que estamos estudando, ocorrida em 05 de junho de 1827, o neto do sargento-mor, Simão José Gonçalves de Andrade foi indicado para eleitor e recebeu 08 votos, não fazendo parte dos seis escolhidos. Foi a única menção de seu nome nos processos eleitorais analisados.

Essa última eleição, do período estudado foi também a que teve o maior número de participantes. Foram contados 197 votos no total, os quais foram distribuídos entre 24 indicados para a função de eleitor. Os seis eleitores obtiveram um total de 119 votos, a saber: alferes João da Silva Pereira, 20 votos; sargento-mór Francisco de Paula Xavier Bueno, 20 voto; capitão Nicolau Pinto Rebelo, 19 votos; Lourenço Pinto de Sá, 18 votos; coronel Inácio de Sá Sotto Maior, 15 votos; capitão Antonio José da Silva Carrão, 14 votos; capitão Joaquim Gonçalves Guimarães, 13 votos. Comprovadamente, dois dos eleitores são do partido dos Ribeiro de Andrade, e um, dos Gonçalves.

E logo no mesmo dia mes, e anno Retro declarado pelos ditos Eleitores forão entregues as suas Listas ao Doutor Ouvidor Geral e Corregedor interino Joaquim Teixeira Peixoto para as alimpar, e feixar o que com effeito o dito Ministro fez escrevendo de sua letra e punho os nomes dos Juizes e Officiais que hao de servir os annos futuros na Camara desta Villa, e devidindo cada Camara em seu papel destinto e com a Mesma distinção cada hua em bolla de Sera em que ficarão Cubertas para cada Anno se tirar hua, e os que se acharem descriptos no dito papel servirem aquelle anno em Camara, e todas as trez bollas forão metidas em hum Saco lacrado, e este dentro de hum Cofre lacrado digo de hum Cofre com tres xaves cujas se entregarão aos tres Vereadores com obrigação de darem Conta dellas, e entregarem aos Vereadores futuros e tão bem darem Conta quando lhes forem pedidas para se abrir algum pelouro, e de como assim se fez fiz este termo que assignou elle Ministro com os Officiaes. E eu Joze Antonio Ferreira Escrivão da Camara que o escrevi. Peixoto - Nicoláo Pinto

Rebello - An.^{to} J.^e da S.^a Carram - Fran.^{co} Teixr.^a Alz' - Joze Pinto Ribr.^o Nunes - João Bap.^{ta} de Andr.^e - João Baptista Teixeira.⁹⁵

Certamente, o embate político na municipalidade curitibana não se resumia a uma simples disputa eleitoral entre duas famílias. Aliás, os Ribeiro de Andrade e os Gonçalves de Andrade não eram os únicos grupos familiares do local. Nesse sentido, além dos indivíduos que podemos relacionar às famílias mencionadas, ainda constam das relações de eleitores nomes de pessoas bastante influentes na vida política local. É o caso do capitão Luís Ribeiro da Silva, eleito nas eleições de 1788, 1800, 1804, 1808, 1811 e 1818, e que não tinha parentesco com aquelas famílias e também não deixou descendência política. Outro que não deixou nenhuma descendência no rol dos homens-bons foi Sebastião Teixeira de Azevedo, eleito nas quatro primeiras eleições do período estudado, (1776, 1779, 1782, 1785). O que torna intrigante esses dois casos é o número de participações nos processos eleitorais; como vimos, a maioria dos indicados para eleitores participou de uma ou duas eleições, no máximo (dos 40 indivíduos, 23 tiveram uma ou duas participações). O caso de Sebastião Teixeira de Azevedo é, aliás, sintomático: se ele não tivesse falecido em 1786,⁹⁶ continuaria a ser indicado por seus pares? Por outro lado, também existem aqueles que, como o alferes João da Silva Pereira (eleitor em 1820, 1824 e 1827), só apareceu no final do período em estudo, não nos permitindo saber se houve continuidade de sua atuação ou de alguém ligado a ele.

Assim, muitos dos indivíduos relacionados como eleitores e que exerciam influência política local mesmo não estando ligado à poderosa família Ribeiro de Andrade, por diferentes motivos deixam de participar desse ambiente, abrindo espaço para outros indivíduos.

⁹⁵ LAEM. P. 192-193 v.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho, como inicialmente indicado, foi o de procurar perceber, a partir dos processos eleitorais ocorridos na Câmara Municipal de Curitiba, no período de 1776 a 1827, a existência de elementos que nos permitissem identificar a formação de uma elite política local. Para tanto, consideramos que a função de eleitor definiria os indivíduos pertencentes aos grupos dominantes locais, na medida em que eram esses eleitores que indicavam as pessoas que iriam ocupar os principais cargos da câmara municipal. E, talvez mais importante, eram esses indivíduos que recebiam os votos de seus pares (lembre-mo-nos, à propósito, a grande diferença entre a quantidade total de votos atribuídos ao conjunto dos eleitores e os votos restantes). Pudemos também perceber a presença de nomes ligados a famílias que, sabemos, exerciam considerável influência na sociedade local, como, por exemplo, a descendência de Lourenço Ribeiro de Andrade, que gozou dos favores do então governador da capitania de São Paulo, Dom Luiz Antonio de Souza (1765-1775).

Enfim, acompanhando as eleições de pelouro ocorridas em Curitiba, durante um período de cinquenta anos, podemos afirmar que, mesmo não tendo sido adotadas as modificações propostas pelos Regimentos de 1611 e 1670, o processo eleitoral em uso permitia que determinados grupos, estabelecendo diferentes formas de alianças, lograssem atingir uma posição hegemônica na política local.

⁹⁶ LEÃO, Ermelindo de. **Dicionário histórico e geográfico do Paraná**, v.5. Curitiba: HIGEP, 1994. p. 2161. Sebastião Teixeira de Azevedo era de família influente em Curitiba, tendo sido um dos povoadores de Lages (LEÃO, v.3, p. 1071).

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes manuscritas

CURITIBA. Câmara Municipal Curitiba. **Livro de Actas de Eleições de Curityba - 1767 à 1827.** (Manuscrito)

Fontes impressas

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. (fac-símile da edição comentada de Cândido Mendes de Almeida. CODIGO PHILIPINO. Rio de Janeiro: Typografia do Instituto Philomático, 1870).

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense.** Curitiba . Impressora Paranaense. 1930.

Referências Bibliográficas

BALHANA, A.; MACHADO, B.P. ; WESTPHALEN, C.M. **História do Paraná.** Curitiba: Grafipar, 1969, vol.1.

CAPELA, José Viriato. A câmara, a nobreza e o povo do concelho; a administração do município nos fins do antigo regime. **Barcelos Revista**, v.3 n.1, p.7-324.1986.

_____. Braga, um município fidalgo: as lutas pelo controle da câmara entre 1750 e 1834. **Barcelos Revista**, v.1, n.2, Lisboa.1984.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder.** Formação do patronato político brasileiro.4 ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

HESPANHA, Antônio Manoel (Org.). **História de Portugal.** O antigo regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1992.

_____. A constituição do império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda.; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 18 ed. Rio e Janeiro: J. Olympio, 1986.

KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). **Revista Brasileira de História**, v. 9, nº 17, set 1988 - fev. 1989, p. 37-63.

MANIQUE, Antônio Pedro. **Processos eleitorais e oligarquias municipais nos fins do Antigo Regime**.Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém. 1988.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poderes municipais e elites locais (século XVII-XIX): estudo de uma questão. In: **O município no mundo português**. Centro de estudos de História do Atlântico, 1998.

_____. Os concelhos e as comunidades. IN: HESPANHA Antônio Manoel, (Org..) **História de Portugal**, Lisboa: Estampa, 1992. V.4, p.305-308.

PEREIRA, Magnus R.; SANTOS, Antônio C. de A. **A Câmara municipal de Curitiba: trezentos anos**. Curitiba: Câmara Municipal, 1993.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **A forma e o podre**; duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna. Curitiba: UFPR, 1998. (Tese de doutorado) Cursos de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. p 64-80.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SAINT-HILARE. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

SALGADO, G. (Org.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SCHIERA, Pierangelo. Sociedade de estados, de ordens ou corporativas. IN: HESPANHA, António Manuel (Org). **Poder e instituição na Europa do Antigo Regime**. Lisboa: Fundação Colouste Gulbenkian, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 9ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

VIDIGAL, Luís. **Câmara, nobreza e povo; poder e sociedade em Vila Nova de Portimão, 1755-1834**. Portimão: Câmara Municipal, 1993.

_____. No microcosmo social português: uma aproximação comparativa à anatomia das oligarquias camarárias no fim do Antigo Regime político (1750-1830) IN: **O município no mundo português**. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, p.117-146. 1988.

ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil**. São Paulo: Progresso. 1948.

ANEXO 1 – Relação dos indivíduos indicados para eleitores.

| NOMES | 1776 | 1779 | 1782 | 1785 | 1788 | 1791 | 1794 | 1797 | 1800 | 1804 | 1808 | 1811 | 1814 | 1818 | 1820 | 1824 | 1827 |
|-----------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| João Mendes Machado | | | | | | | | | | | | | | | | | X |
| Joaquim dos Anjos Pereira | | | | | | | | | | | | X | | X | X | X | |
| Joaquim Gonçalves Guimarães | | | | | | | | | | | | | | | | | X |
| Joaquim Mariano Ribeiro Ribas | | | | | | | | X | | X | X | | | | X | X | X |
| Jose Antônio Mendes | | | | | | | X | | | | | | | | | | |
| Jose Antônio Vieira | | | | | | | | | | | | | | | | X | |
| Jose da Costa Pinto | | | | | | | | | | | | | | | | X | X |
| Jose de Sá | | | | | | | | | | | | | | | | X | |
| Jose dos Santos | | | X | | | | | | | | | X | | | | | |
| Jose Francisco Cardoso de Menezes | | | | | | | | | | X | | | | | | | |
| Jose Francisco Correa | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| Jose Leme do Prado | | | | | | | | | X | X | | | | | | | |
| José Pedro da Costa | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| Jose Baptista Dinis | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Jose Bernardino | | | X | X | X | X | X | | | X | | | | | | | |
| Jose Borges de Macedo | | | | | | | | | | | | | | | | | X |
| Jose de Andrade | X | | | X | | | | | | | | | | | | | |
| Jose de Andrade Pereira | | | | | | | | | | | | | | | | | X |
| Jose de Freitas Saldanha | | | | | X | | | | | | | | | | | | |
| Jose dos Santos Lima | | | | | | | | | | | | X | X | X | X | | |

| NOMES | 1776 | 1779 | 1782 | 1785 | 1788 | 1791 | 1794 | 1797 | 1800 | 1804 | 1808 | 1811 | 1814 | 1818 | 1820 | 1824 | 1827 |
|------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Jose Leme do Prado | | | | | X | | X | | | | | | | | | | |
| Jose Maria Ribas | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Jose Martins França | | | | | | | | | | | | | X | | | | X |
| Jose Mendes Vieira | | | | | | | | | | | X | | | | | | |
| Jose Pedro da Costa | | | X | | | | | | | | | | | | | | |
| Jose Pinto Ribeiro Nunes | | | | | | | | | | | | | | | | | X |
| Lourenço Peixoto de Sa Ribas | | | | | | | | | | | | X | X | X | X | | X |
| Lourenço Ribeiro de Andrade | | X | X | X | | X | | | | | | | | | | | |
| Luis Gomes da Silva | | | | | | | | | | | | X | | X | | | |
| Luis Ribeiro | X | | | | X | X | | | X | X | X | X | | | | | |
| Manoel Antonio Guimarães | | | | | | | X | | | | | | | | | | |
| Manoel da Silva | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| Manoel de Andrade Pereira | | | | | | | | | X | X | | | | | | | |
| Manoel Francisco Ferreira | | | | | | | | | | | | | | X | | | |
| Manoel Gonçalves de Sampaio | | X | | | X | | | | | | | | | | | | |
| Manoel Gonçalves Guimarães | | | | | | | | | | X | | X | | | | | |
| Manoel Soares do Vale | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| Manoel Jose Barbosa | | | | | X | | | | | | | | | | | | |
| Manoel Jose de Faria | | | | | | | | | | | | | X | | X | | |
| Manoel Jose de França | | | | | | | | | | | | | | X | X | | |

| NOMES | 1776 | 1779 | 1782 | 1785 | 1788 | 1791 | 1794 | 1797 | 1800 | 1804 | 1808 | 1811 | 1814 | 1818 | 1820 | 1824 | 1827 |
|-------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Manoel Vaz Torres | | | X | X | | | | | | | | | | | | | |
| Mathias Gonçalves Guimarães | | | | | | | | | | | | | | | | | X |
| Miguel de Almeida | | | | | | | | | | | | X | | | | | |
| Miguel Gonçalves Sampaio | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Miguel Ribeiro Ribas | X | | X | X | X | | X | | | | | | | | | | |
| Nicolau Pinto Ribeiro | | | | | | | | | | | | | | | | | X |
| Paulo de Chaves | | | | X | | | | | | | | | | | | | |
| Ricardo Lustosa de Andrade | | | | | | | | | | | | | | | | X | |
| Rodrigo Francisco Xavier | | | | | | | | | | | | | X | X | | | |
| Ruberto Marins Coimbra | | | | | | | | | | | | | | | X | | |
| Sebastião Teixeira de Azevedo | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | | |
| Simão Gonçalves de Andrade | | | | | | | | | | | | | X | | | X | X |
| Tomas Gonçalves de Almeida | | | | | | X | X | X | | X | X | | | | | | |

ANEXO 2 – Transcrições de atas de eleições de pelouro (1776 – 1828)

Auto de elleição de Pelouros, que manda fazer o Doutor Ouv.^{or} geral, e Correg.^{or} desta Com.^{ca} Antonio Barboza de Matoz Coit.^o estando em Camr.^a nos Passos do ConSelho; com Os Juizes, Vereadores, e Procurador para se ellegerem Officiaes que Sirvão Os tres futuros annos de 1777, 1778, e 1779 nesta V.^a de Curitiba e Juiz de Orfãoz p.^a o d.^o tempo

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil Setecentos Setenta e Seis aos tres dias do mez de Março do dito anno nesta Villa de Nossa Senhora da Luz dos Pinhaes de Curitiba em os Passoz do ConSelho, onde Se achava presente o Doutor Ouvidor geral, e Corregedor desta Comarca Antonio Barboza de Matos Coitinho com os Juizes ordinarios, e Officiaes da Camara, e Sendo ahy tambem presentes os Republicanos, e pessoas nobres, os homens bons, e da governança desta dita Villa, p.^a se ellegerem Seis pessoas para elleitorez, para se fazerem as tres Camaras que hão de Servir nos futuros annos de mil seteCentos setenta e Sete, mil setecentos Setenta e oito, e mil setecentos Setenta e nove Como tambem para Se fazer Juis de Orfãos trienal, que ha de ter principio no primeiro de Janeiro do futuro anno de mil Setecentos Setenta e Sete em diante; e de Como Se achão todos juntos na forma expreSsada, para Se fazerem os ditos Pelouros, e darem Seus Votos para a feitura dos elleitores, fiz este auto eu Pedro Martins Coimbra Escrivam da Ouvidoria geral, e Correição o Escrevy

Para Elleitores.

O Cap.^m Miguel Ribr.^o Ribas ##### 16
 o cap.^m Miguel Glz' S. Payo ##### 18
 o cap.^m Fran.^{co} X.^{er} Pinto ##### 18
 o Ajud.^e Luiz Ribr.^o /
 Fran.^{co} Teixr.^a Camello /
 Ant.^o Miz' Lx.^a ##### 19
 Ant.^o Teixr.^a Alz' ##
 Jozé Baptista Diniz /
 Fran.^{co} de Linhares /
 o Ten.^{te} Dom.^{os} Lopes Cascaes ##### 18

o Cap.^m Jozé de Andr.^e /

Sebastião Teixr.^a ##### 21

Antonio Jozé Teixr.^a ##### 18

Tr.^o de juram.^{to} que Se dá aos Eleytores abayxo nomeados

Aos tres dias do mes de Março de mil Setecentos Setenta e Seis annos nes nesta Villa de Nossa Senhora da Lus dos Pinhaes de Curitiba em os Passos do ConSelho onde Se acha presente o Doutor Ouvidor Geral, e Corregedor desta Comarca Antonio Barboza de Matos Coitinho, comigo Escrivam de Seu Cargo aodiante nomeadoz, em prezença dos Juizes Ordinarios, e mais officiaes da Camara, e Sendo ahy forão nomeados a mais votos do Povo, e peLas peSsoas nobres, e Republicanos, para elLeitores as Seis pessoas seguintes o Capitam {Em Lugar do Cap.^m Miguel Ribr.^o Ribas se eLegeo a mais votos Ant.^o Jozé Txr.^a / *Coimbra*} Miguel Ribeiro Ribas = o Capitam Manoel GonSalves de Sam Payo = o Capitão Francisco Xavier Pinto = Antonio Martins Lisboa = o Tenente Domingos Lopes Cascaes = e Sebastiam Teixeira de Azevedo = aos quaes, sendo tambem presentes, defferio o dito Ministro o juramento dos Santos Evangelhos em hum Livro delles em que puzerão Suas mãos direitas, debaixo do qual lhes encarregou fizessem Cada dous elleitores tres Camaras, e hum Juis de Orfãoz para deSSes feitos se ellegerem tres Camaras para Servirem os tres futuros annos, e hum Juiz de Orfãos para o mesmo tempo comtanto que nas mesmas Camaras não entraSsem parentes dentro do quarto grao, e que fizeSsem tudo conforme determina Sua Magestade FideliSsima que Deos guarde nas Suas Leys, e Ordenações, e de e de tudo o que Se paSsaSse neste acto guardaSsem inviolavel Segredo para a todo o tempo o não poderem descobrir; e de como Se Obrigarão a Cumprir tudo o Recomendado neste termo aSsignarão com o d.^o Doutor Ouvidor geral, e Corregedor, e Officiaes da Camara atuaes, e eu Pedro Martins Coimbra escrevam da Ouvidoria geral, e Correição o escrevy *Barboza - Almd.^a - Barros - Cortes - Da [ilegível] - Fran.^{co} X.^{er} P.^{to} - Frr.^a - Manoel GLz.' de Sampaio - D.^{os} Lopes cascais - An.^{to} Jozê Teÿxr.^a - Sebastião Teixr.^a de Aze.^{do} - An.^{to} Miz L.^{xa}*

E Logo pelo ditos Eleytores forão entregues as Suas Listas ao Doutor Ouvidor geral, e Corregedor desta dita Comarca Antonio Barboza de Matos Coitinho para áz Limpar, e fechar, o que Com effeito o dito Ministro fes, escrevendo de Seu proprio punhos os nomes dos Juizes e Officiaes que hão de Servir os ditos tres futuros annos na Camara desta Villa, e devidida Cada Camara em Seu destinto papel, com a mesma destinação os enSerrou em bollas de Cera de Cera da terra, com que ficarão cubertos, para em cada anno Se tirar húa bolla, e os que sairem nomeados no papel que dentro della Se achar, Servirem na Camara eSse anno, e todas as ditas tres bollas forão metidas dentro de hum Saco, e este metido em hum Cofre de tres chaves, que todas, { Dis a emenda = que todas depois de fechado, o d.^o cofre, Se derão aos tres Vereadores, e não como costumavão ao Escr.^o da Camara V.^a / *Coimbra*} depois de fechado o dito Cofre, Se derão aos tres Vereadores, e não Como coztumavão, ao Escrivam da Camara, para que Se não poSsa abrir o mencionado Cofre, que fica na Caza da Camara, Sem ser em acto de Camara presentes todos os Vereadores; e de Como deo o dito Ministro por Concluida esta Elleição de Pelouroz, de que tudo para constar fiz este termo de EnSerramento eu Pedro Martins Coimbra Escrivam da Ouvidoria geral, e Correição o escrevy *Barboza - Almd.^a - Barros - Cortes - Da Costa[?] - Frr.^a*

[...]

Auto de ELEicão de Pelouros que manda fazer o Doutor ouvidor geral e Corregedor desta Comarca Antonio Barboza de Mattos Coit.^o estando em Camara nos Passos do Concelho Com os Juizes, Vereadores e Procurador p.^a Se elejerem officiaes que Sirvão os tres futuros annos de 1780, 1781 e 1782 nesta villa de Curitiba, e Juis de orffaons Trienal p.^a o dito tempo

Anno do Nascimento de NoSso Senhor Jezus Christo de mil SetteCentos Setenta e nove annos aos trinta e hum dias do mes de Janeiro do dito anno nesta villa de Curitiba em oz PaSsos do Comcelho onde foy vindo o Doutor ouvidor geral e Corregedor desta Comarca Antonio Barboza de Mattos Coittinho, Com os Juizes Ordinarios e officiaes da Camara e

Sendo ahy taobem presentes os Republicanos, e peSsoas Nobres e homens bons e da Governança desta dita Villa para Se eLegerem Seis peSsoas para elleitores para Se fazerem as tres Camaras que han de Servir nos fucturos annos de mil Setecentos e oitenta, mil Setecentos e oitenta e hum e o de mil Setecentos e oitenta e dous Como taobem para Se fazer Juis de orfaons Trienal que taobem a de entrar a Sirvir no A Servir e ter principio no primeiro de Janeiro do futuro anno de mil SeteCentos e oitenta té oitenta e dous, e de Como se achão todos para na forma expreSsada para Se fazerem os ditos Pellouros e darem Seos Vottos para a factura dos Eleitores de que para Constar mandou o dito Menistro fazer este auto de Pellouros e Eu Jozé Joaquim da Costa escrivão da ouvidoria geral e Correyção que o Escrevý.

Para eLleitores

o Sargento mor João Baptista Dinis #####
 o Cap.^{am} Mor Lourenco Ribr.^o de Ard.^e #####
 o Capitam M.^{el} Glz.' de S. Payo #####
 o Alferes Henriques Ferr.^a de Barros #####
 Sebastiam Texr.^a #####
 Manoel Soares do valle -
 Jozé Pedro da Costa #####
 Francisco de Linhares ##
 Antonio Jozé Ferr.^a ##
 Jozé Francisco Correa #####
 Antonio Guedes de Carv.^o
 Antonio Texr.^a Alz' /
 Manoel da Sylva -

Tr.^o de Juram.^{lo} que Se dá aos elleitores abaixo nomeadoz

Aos trinta e hum dias do mes de Janeiro de mil Setecentos Setenta e nove annos nesta villa de Curitiba em os PaSsos do Comcelho onde Se achava presente o doutor Ouvidor

geral e Corregedor desta Comarca Antonio Barboza de Mattos Coittinho Commigo
 escrivão de Seu Cargo aodiante nomeado em prezenSsa dos Juizes ordinarios e mais
 officiaes da Camara e Sendo ahy forão nomeados a mais vottos do Povo e pellas peSsoas
 Nobres e Republicanas para eLeitores as Seis peSsoas Seguintes - o Capitam Mor
 Lourenco Ribeyro de Andrade, o Sargento Mor João Baptista Dinis, o Capitam Manoel
 Goncalves de Sam Payo, o Alferes Henrriques Ferrejra de Barros, Sebastiam Texeyra, e
 Joze Pedro da Costa; os quaes Sendo taobem presentes lhe deferio o dito Ministro o
 juramento dos Santos evangelhos em hum Livro delles Sob Cargo do qual lhes
 enCarregou que bem e Verdadejramente que fizeSsem Cada dous eLeitores tres Camaras
 para Servirem os tres fucturos annos, e hum Juis de orfãos para o mesmo tempo Comtanto
 que nas mesmas Camaras não emtraSsem parentes dentro do quarto grao o que fizeSsem
 tudo conforme detremina a ley de Sua Magestade FideleSsima que Deos goarde nas Suas
 Leys e ordenaSsoins, em tudo o que Se paSsaSse goardaSsem emvioLavel Segredo para a
 todo o tempo o não poderem descobrir e de Como Se obrigarão a todo referido neste
 termo aSignarão Com o dito Ministro e mais officiaes da Camera e eu Jozé Joaquim da
 Costa escrivão da ouvidoria geral e Correycão que o Escrevý. *Barboza - Ribaz - Rybr.^o -*
oLivr.^a - Diniz - Lour.^{co} Rebr.^o de Andr.^e - Galvao - João Bap.^{ia} Diniz - Manoel Glz.^o de
Sampayó - Sebastião Teyxr.^a de Az.^{do} - Joze Pedro da Cozta

E Logo pelos ditos elleitores forão entregues as Suas Listas ao Doutor Ouvidor geral e
 Corregedor desta dita Comarca Antonio Barboza de Mattos Coitinho, para as Limpar e
 fechar o que Com effeito o dito Ministro fes escrevendo de Seu proprio punho os nomes
 dos Juizes e officeaes da Camera em Seu destinto papel Com a mesma destinação dos que
 ham de Servir os ditos tres fucturos annos e os encerrou em bolças de Sera da terra Com
 que ficarão Cobertos para em Cada anno Se tirar Huma bolla e os que Sahirem nomeados
 no papel que dentro della Se achar Servirem na Camara eSse anno e todas as ditas tres
 bollas forão metidas dentro de hum Saco este metido em hum Cofre de tres Chaves que
 todas depois de fechado o dito Cofre Se derão aos tres Vereadores e não Como
 Custumavão ao Escrivão da Camara Sem Ser em acto de Camara presentes todos os
 Vereadores e de Como deu o dito Ministro por Concluida esta elleycão de Pellouros de
 que de tudo para Constar mandou fazer este termo de encerramento em que aSignou Com
 os ditos officiaes da Camara e eu Joze Joaquim da Costa escrivão da ouvidoria geral e
 Correycão que o escrevi *Barboza - Rybaz - Estevão Jozé Frr.^a - Ribr.^o - Olivr.^a - Diniz -*
Galvao

[...]

Auto de ELeção e pelouroz que madou fazer o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor Antonio Barboza de Matoz Coitinho em Cazas de Sua apozentadoria onde Se achavão presentes o Juis ordinario e mais Vereadoresz, e proCurador da Camera para elegerem offeciaiz da mesma Camera que han de Servir os annos futuros de 1783, 1784, 1785 nesta Villa de Curitiba, e juntamente para Se fazer Juis de Orphaons para os referidos tres annos.

Anno do Nascimento de NoSso Senhor JEZUS Christo de mil SeteCentos oitenta e dous aos Sinco dias do mes de Fevereiro do dito anno nesta Villa de Curitiba em Cazas de Apozentadoria do Doutor ouvidor Geral e Corregedor Antonio Barboza de Matos Coitinho donde fora vindo O Juis Ordinario O Sargento Mor, digo ten digo Paulo de chaves de Almeida e os Vereadorez Antonio Guedes de Carvalho; o Tenente Antonio Jozé Fereira e Thomas Joze de Almeida e proCurador o Capitão Antonio Jozé da Silva E estando aSim todos juntos em Corpo de Camera mandarão convocar todos os homens da Republica e mais povo que Se achava para que todos e Cada hum delles deSse Seo Voto na forma da ley para estes fazerem trez Cameras para os annos vindouros de mil Setecentos oitenta e tres, oitenta e quatro oitenta e Sinco, Como tambem para Se fazer Juis de Orphaons para os tres referidos annos e de Como Se acharão todos juntos para Se fazerem os Referidos offeciais mandou elle dito Menistro fazer este auto de pelouros Eu Antonio dos Santos Pinheyro escrivão da Ouvidoria Geral e CoreiSsão que o Escrevy

Para ELeýtorez

o Capitam Mor Lourenco Ribr.^o de Andr.^e #####

o Cao.^{am} Miguel Ribr.^o Ribas #####

o Sarg.^{to} Mor João Bp.^{ta} Dinis #####

Jozé Pedro da Costa #####

o Cap.^m Francisco Luis de OLiveyra ###

Sebastião Teyxeira de Azevedo #####

o Capitão Jozé dos Santos #####

Antonio Ribr.^o do Valle #

Manoel Vas Torres #####

Antonio Miz' Lisboa /

Manoel da Silva #

O Ten.^{te} Jozé Bernanrdino /

Antonio Teyxr.^a Alvares #

Matheus Correa /

Francisco Teyxr.^a Camelo #

Tr.^o de Juramento que Se da aos Eleytores

Aos Sinco dias do mes de Fevereiro de mil SeteCentos oitenta e dous annos nesta villa de Curitiba em Cazas de apozentadoria do Doutor Ouvidor geral e Corregedor Antonio Barboza de Matos coitinho comigo escrivão de Seo Cargo aodiente nomeado Sendo ahý pelo dito Menistro foi deferido o Juramento dos Santos Evangelhos aos Eleitores Em prezença do Juis Ordinario e mais offeçiais da Camera, e Sendo ahý forão nomeados a mais Votos do Povo pelas PeSsoas, Republicanos e mais Nobres as Seis peSsoas Seguintes o Capitam Mor Lourenco Rebeyro de Andrade o Capitam Miguel Ribeyro Rebas, o Sargento Mor João Batista Dinis Jozé Pedro da Costa, Sebastião Teyxeyra de Azevedo, o Capitam Jozé dos Santos Roza os quais fizerão Suas Listas e a quem lhe deferio o dito Menistro o Juramento dos Santos Evangelhos em hum Livro delles e depois de terem Recebido o dito Juramento prometerão fazer Suas EleiSoins nas peSoas mais fededignas para Servirem de Juizes Vereadores e proCurador e Juis de Orphaons de que para Constar mandou elle dito Menistro fazer este termo em que aSegnou com os ditos ELeitores e eu Antonio dos Santos Pinheiro escrivão da ouvidoria Geral e CorreiSão que o escrevý Mig.^{el} Ribro' Rjbaz - João Bap.^{ta} Diniz - Lour.^{co} Ribr.^o de Andr.^e - Sebastião Tejxr.^a de Az.^o - Jozé dos Santos Rozatto - Joze Pedro da Costa - Barboza - Almd.^a - Guedes - Frr.^a Almd.^a - da S.^a

E Logo Sendo Satisfeito pelos ditos Eleytores fazendo Suas Listas cada hum de pre ci nelles declarão os Juizes, Vereadores, e ProCurador do Conçelho estes entregandoos ao dito Menistro mandou ezte Se fizeSsem tres bollas de Sera da terra donde nellas mandou emSerar as tres Listas para os respetivos annos de que mandou elle dito Doutor Juis Com digo mandou elle Menistro meter em hum Saco e depoiz de estar emSerrado nellas Se meteo em hum cofre Com tres chaves, az quais forão entregues a Cada Vereador em que ficou tudo emSerrado no dito Cofre de que para Constar mandou elle Menistro fazer este termo em que aSignou Com o Juis e mais Vereadores e ProCurador do Conçelho e eu Antonio dos Santos Pinheyro Escrivão da Ouvidoria Geral e Correição que o Escrevý

Barboza - Almd.^a - Guedes - Frr.^a - Almd.^a - da S.^a

[...]

Auto de Eleição de Pelouroz que mandou fazer O D.^{or} Francisco Leandro de Toledo Rendon Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de Parnagua estando em Camera desta Villa de Curitiba donde Se achavão presentes o Juis ordenario e mais offeciais para egerem a fatura dos novos offeciais que ham de Servir nesta Villa os annos futuros de 1786 e 1787, e de 1788

Anno do Nascimento de NoSso Senhor JEZUS Christo de mil Setecentos oitenta e Sinco aoz honze dias do mes de Dezembro do dito anno nesta villa de NoSsa Senhora da Lus dos Pinhais de Curitiba na Caza da Camera della onde Se achava presente O Doutor Francisco Leandro de Toledo Rendon Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, Com o Juis Ordinario e mais offeciais da mesma Camera, e Sendo ahy pelo dito Menistro foi mandado Convocar aoz homens bons e Republicanos para estes nomearem Seis homens de melhor intiligencia e Conhecimento desta Republica para que estes fizecem Nove Cameras, a Saber dous farião tres Cameras para os trez annos vindouroz de mil SeteCentos oitenta e Seis e de oitenta e Sete, e de mil SeteCentos oitenta e oito, de que para Constar mandou fazer este auto em que aSsinou Com o Juiz ordinario Vereadores e Procurador do Concelho e Eu Antonio dos Santos Pi Antonio dos Santos Pinheyro Escrivão da Ouvidoria geral e Correição que o escrevý

P.^a Eleitores

O Sargento mor João Bp.^{ta} Denis ##### 22

o Cap.^{am} Ant.^o Joze da Silva #####

o Ten.^{te} Ant.^o Jozê Frr.^a #####

Sebastião Teyxr.^a #####

Paulo de xavez #####

o Cap.^m Joze de Andr.^e #####

o Cap.^m Meg.^{el} Rebr.^o Ribas #####

o Cap.^m Lour.^{co} Ribr.^o de Andr.^e #####

Antonio Jozé de Andr.^e ///

o Ten.^{te} Jozé Bernardino /

Francisco Teýxr.^a /

João Fran.^{co} Correa /

Manoel Vas Torres /

Termo de Juramento dado aoz lovadoz

Aos honze dias do mes de Dezembro de mil SeteCentoz oitenta e Sinco annoz annoz nesta Villa de Curitiba em a Caza do Senado da Camera onde Se achava presente o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca Francisco Leandro de Toledo Rendon Com o Juis ordinarios e mais offeciais da Camera Sendo ahý pelo dito Menistro foi deferido o Juramento doz Santos Evangelhoz em hum Livro dellez aos Eleitores o Capitão mor Lourenco Ribeiro de Andrade o Sargento mor João Batista Dinis o Capitão Antonio Jozê da Silva, o Tenente Antonio Jozê Ferreira Paulo de xaves e a Sebastião Teixeira de Azevedo, aos quais imCarregou que bem e verdadeiramente fizecem Suas EleiSsoins para as Cameras que ham de Servir os annos Vindouros de mil SeteCentos oitenta e Seis, oitenta e Sete e de mil SeteCentos oitenta e oito, e juntamente para fazerem Juis de Orphans para os Referidoz trez annos; o que elles depois de terem tomado Seo Juramento aSsim o prometerão fazer do que para constar mandou elle Menistro fazer este

termo em que aSinou o ditto Menistro com os offeciais da Camera Seo juramento e eu Antonio doz Santoz Pinheyro Escrivão da CorreiSsão que o escrevi *Rendon - Lour.^{co} Ribr.^o de Andr.^e - João Bap.^{ta} Denis - Antonio Jozé Ferreyra - Sebastião Teyxr.^a de Azd.^o - Paulo de chaves de Alm.^{da} - An.^{to} Joze da S.^a*

E por esta forma foi Satisfeito hoverão por Comprido os ditos Eleitores o que lhe foi emcarregado fazendo Suas eleiSoins cada hum de per ci, declarando nelles os Juizes Vereadores, e Procuradores do Conselho, e ultimamente nomeando tres homens para Juis de Orphams entregando Suas Listas ao dito Menistro para fazer Sua aprovaSsão, e depois de aprovado emSerrou em tres bolas de Sera Separadamente, as quais mandou Recolher em hum Cofre fe3xado Com tres Xaves entregando estas aos vereadores ficando Cada hum Com a Sua de que para Constar mandou fazer este termo de inSerramento em que aSsinou Com os vereado e Juis ordinario e eu Antonio dos Santos Pinheyro Escrivão da CorreiSsão o escrevi *Rendon - Guedes - P.^{to} - oLivr.^a - de freitas - Almeyda - Cortez*

[...]

Auto de ELeyção de Pelouros que mandou fazer o D.^{or} Francisco Leandro de Tolledo Rendom Ouvidor g.^{al} e Corregedor da Comarca de Parnagua estando em Camr.^a desta Villa de Cor.^a honde Se achavão presentes o Juis ordinario E mais off.^{es} para eLegerem a factura dos novos off.^{es} que hão de Servir nesta V.^a os annos futuros de 1789 e o 1790, e o de 1791

Anno do Nascimento de NoSso senhor Jezus christo de mil Setecentos oitenta e oito annos aoz Sete dias do mes de Febr.^o do d.^o anno nesta V.^a de Coritiba na Caza da Camr.^a deLa honde Se achava presente o D.^{or} Francisco Leandro de Toledo Rendom ouvidor geral e Corregedor da Comarca; com o Juis ordinario e mais Officiaes da mesma Camera e Sendo ahý pelo dito Ministro foi mandado Comvocar aos homens, bons e Republicanos para estes nomearem Seis homes de melhor enteLigencia e Conhecim.^{to} desta Republica para que estes fizeSem nove Camaras a Saber digo tres cameras, a Saber para os annos

vindouros de mil Setecentos oitenta e nove e do mil Setecentos e noventa, e de mil Setecentos noventa e hum, Como tambem para Se fazer Juis de orfaons para os tres Referidos annos, e de Como Se acharão todos juntos para fazerem os sobred.^{os} off.^{es} mandou elle d.^o Ministro fazer este auto de PeLouros E eu Joze Pedro da Costa escrivão da Camr.^a o fis e esCrevý

P.^a ELeytores

O cap.^{am} Miguel Ribr.^o Rybas ##### 12

O cap.^{am} Manoel glz de S Pajo ##### 7

O Ten.^{te} Antonio Joze Ferr.^a ##### 12

Antonio guedes de Carv.^o ##### 7

O Sarg.^{to} mor Franc.^o Xavier P.^{to} ##### 10

o Ten.^{te} Estevao Joze Ferr.^a ##### 13

O cap.^{am} Luis Ribr.^o da S.^a ##### 14

Antonio Teixr.^a de Freytas ##

Francisco Teixr.^a camelo ###

o Ten.^{te} Joze Bernardino de S.^a ###

Bento De Nis S. Paýo #

Antonio Joze de Andr.^e ###

Antonio Teixr.^a ALz. #

João Francisco Corr.^a ###

Bras ALz' NateL ##

Joze Leme do Prado /

Domingos Lopes Cascaes #

João Antonio Pinto /

João Antonio da Costa /

Ignacio de Sa #

Manoel Joze Barboza /

Manoel glz' /

Joze de Freytas Saldanha /

E Logo em o mesmo dia mes e Anno Retro declarado em a mesma Camr.^a e paSsos do Concelho por elle D.^{or} ouvidor geral foi deferido o juramento dos Santos evangelhos a hum Livro delles a elles ELeytores nomeados a Saber o cap.^{am} Miguel Ribr.^o Rybas o Tenente Antonio Joze Ferr.^a Antonio guedes o Sarg.^{to} mor Francisco Xavier Pinto, o Tenente Estevão Joze Ferr.^a e o capitam Luis Ribr.^o da Silva os quais em votos proferirão aos mais Vottos e a Sua mão direyta em obServancia do qual juram.^{to} Ihe foi emCarregado que elegeSem os Juizes e mais off.^{es} que hao de Servir o triano futuro tudo na forma da ley de que dado e Recebido o juramento por elles ELeytores aSim o prometerão cumprir na forma por elle Menistro mandado e detreminado de que de tudo mandou elle D.^{or} Corregedor fazer o presente tr.^o de juram.^{to} em o qual Se aSignou Com os Juizes e mais off.^{es} e Eu Joze Pedro da Costa esCrivão o esCrevy *Rendon - Fran.^{co} X.^{er} P.^{to} - Antonio Joze Frr.^a - Mig.^{el} Ribro' Rjbas - Luis Ribr.^o da S.^a - Estevão Jozé Frr.^a - Antonio Guedes de Carv.^o*

E por esta forma e maneira foi Sastisfeito houverão por Comprido os ditos eLeytores o que lhe foi enCarregado fazendo Suas ELeycoins cada hum de per Si declarando neles os Juizes Vereadores e Procuradores do ConSelho e uLtimamente nomeando tres homens p.^a Juis de orfaons entregando Suas Listas ao dito ministro para fazer Sua aprovação e depois de aprovado emSerrou, com tres boLas de Sera Separadamente as quais mandou Recolher em hum Cofre fechado con tres Com tres xaves fazendo emtregar aos Vereadores ficando Cada hum Com a Sua de que para Constar mandou fazer este termo de enSerram.^{to} em o qual Se aSignou Com o Juis Prezidente e mais off.^{es} eu Joze Pedro da Costa esCrivão da Camr.^a o escrevi *Rendon - P.^{to} - Lopes - Diniz - Ferreira - Cortez*

[...]

Auto de Eleição de Pelouros que mandou fazer o Doutor Manoel Lopes BranCo e Silva ouvidor g.^l e Corregedor da Comarca de Parangua estando em Camera desta Villa de Curitiba honde Se achavão presentes o Juis ordinario e mais off.^{es} para eLegerem a factura

dos novos off.^{es} q' ham de Servir nésta Villa os annos futuros de 1792 e p.^a o de 1793 e o de 1794

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus christo de mil Setecentos e noventa e hum annos aos Sete Dias do Mes de Majo do dito Anno nesta Villa de Curitiba na Casa da Camera honde Se achava prezente o Doutor Manoel Lopes Branco e Silva ouvidor geral e Corregedor da Comarca Com o Juis ordinario e mais officiais da mesma Camera e Sendo ahj pelo dito Menistro foi Mandado convoCar aos homeis bons e Republicanos para estes nomearem Seis homens de Melhor inteligencia e Conhecimento desta Republica para que estes fizésem tres Camaras, a Saber para os anos Vindouros de mil Setecentos e noventa e dous e no de mil SeteSentos e noventa e tres, e o de mil Seteçentos e noventa e quatro Como tambem p.^a Se fazer Juis de orfaons para os tres Referidos annos e de Como Se acharam todos juntos para faserem os Sobreditos off.^{es} mandou elle dito Ministro fazer este auto de Pelouros e Eu Antonio Ferreira dos Santos EsCrivam da Camera o fis e EsCrevj

P.^a eLeitores

O C. An.^{to} Joze Ferreira ##### 11

o Sarg.^{to} mor Fran.^{co} x.^{er} P.^{to} ##### 11

o then.^{te} Estevam Joze Ferr.^a ##### 9

O G.^{mor} João Antonio da Costa ### 5

o Alf.^{es} Thoams Glz da Alm.^{da} / 1

o Alf.^{es} Antonio Teixr.^a de Freytas ### 5

o then.^{te} Jozé Bernardino ### 5

o C. Ign.^{co} de Sa Souto major ### 4

Domingos Lopes CasCais ### 6

An.^{to} Joze de Andr.^e ##### 7

Domingos Frz' Cortes ## 3

o Ca. Mor Lour.^{co} Ribr.^o de Andr.^e / 1

o Cap.^{am} Luis Ribr.^o da S.^a # 2

Antonio Gedes de Carv.^o / 1

Joam Fran.^{co} Correya / 1

E Logo em o dito dia mes e Anno Retro deClarado em a mesma Camera e paços do conselho p.^r elle D.^{or} ouVidor geral foi diferido o Juramento dos Santos evangelhos a hum Livro delles a elles eLeitores nomeados a Saber o Cap.^{am} An.^{to} Joze Ferreira, o Sarg.^{to} mor Fran.^{co} x.^{er} Pinto o Then.^{te} Estevão Joze Ferr.^a o G.^{mor} Joam Antonio da Costa o Alfr.^{es} Thomas Joze de Alm.^{da} o Alf.^{es} An.^{to} Teixr.^a de Freitas o thenente Joze Bernardino o Cap.^{am} Ign.^{co} de Sa Souto major Domingos Lopes CasCais Antonio Joze de Andr.^e Dom.^{os} Frz Cortes o Cap.^{am} mor Lour.^{co} Ribr.^o de Andr.^e o Cap.^{am} Luis Ribr.^o da Silva Antonio Gedes de Carvalho Joam Fran.^{co} Correa os quais em votos proferiram aos mais Votos a Sua Mão direita em obcervança do q.^{al} Juram.^{to} lhe foi InCarregado que eLegessem os Juizes e mais off.^{es} que ham de Servir o trienio futuro tudo na forma da ley de que dado e defirido digo Recebido o Juram.^{to} p.^r estes eLeitores aSim o prometeram Comprir na forma p.^r elle Min.^o mandado e determinado de que de tudo mandou elle Min.^o Corregedor fazer o prez.^{te} tr.^o de Juram.^{to} em o q.^{al} Se aSinaram Com os Juizes e mais off.^{es} e Eu Antonio Ferreira dos Santos EsCrivam da Camera que o EsCrevj *Domingos Lopes cascaes - João Fran.^{co} Corr.^a - Cot.^a - Thomas Glz. De Almd.^a -An.^{to} Teyxr.^a de freitas - Joaq.^m dos Anjos Per.^a - Antonio Joze Ferreira - Franc.^{co} X.^{er} P.^{to} - Estevão Joze Ferr.^a - Antonio Jozé de Andr.^e*

E por esta forma e maneira foi Saptisfeito e o houveram por Comprido os ditos eLeitores o que foi emCarregados fazendo Suas Eleicons Cada hum de per Sj e deCLarou neles os Juizes Vereadores e Procuradores do Concelho e ultimamente nomeados tres homens para Juis de Orfaons e Intregando Suas Listas e o dito Min.^o p.^a fazer Sua aProvaçam e depois de aprovado emSerrou Com tres Bolas de Sera Separadamente as quais mandou Recolher em hum Cofre fechado Com tres chaves fazendo entregar aos Viriadores ficando Cada hum com a Sua; de que para Constar mandou fazer este termo de emSerramento e mais off.^{es} e eu Antonio Ferr.^a dos Santos EsCrivam que o EsCrevj *Br.^{co} - Antonio Joze Ferreira - Domingos Lopes Cascais - Fran.^{co} X.^{er} P.^o - Estevão Joze Ferr.^a - Antonio Joze*

de Andr.^e - João Fran.^{co} corr.^a - Thomaz Glz. De almd.^a - An.^{to} Teyxr.^a de freitas
[...]

Autto de ELeição de PeLouros que mandou fazer o Doutor Manoel Lopes Branco e Silva Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de Parnagoa estando em Camara desta Villa de Curitiba honde Se achavão Presentes o Juis Ordinario e mais offeçiais para eLegerem a factura dos Novos offeçiais que hão de Servir nesta villa os annos futuros de 1795 e de 1796 e de 1797

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil Setecentos noventa e quatro annos aos vinte e dous dias do mes de Fevereiro do dito anno nesta villa de Curitiba na Caza da Camara a honde Se achava Presente O Doutor Manoel Lopes Branco e Silva ouvidor Geral e Corregedor da Comarca Com o Juis ordinario e mais offiçiais da mesma Camara e Sendo ahj pelo dito Ministro foi Mandado Convocar os Homens bons e Republicanos para Estes nomearem Seis Homens de Melhor inteLigência e Conhecimento desta Republica para que estes fizeçem tres Cameras, a Saber para os annos vindouros de mil SeteCentos e noventa e Sinco e noventa e Seis e de mil SeteCentos e noventa e Sete Como tambem para Se fazer Juis de orfaons para os tres Referidos annos, e de Como Se achavão todos juntos para fazerem os Sobreditos offeçiais mandou elle Menistro fazer este auto de peLouros. Eu Francisco da Silva Leiria Escrivão da Camara que o fis e Escrevj

P.^a eLeitores

João Antonio da Costa /

O Cap.^m M.^{el} An.^o Guim.^{es} #

Jozé Ant.^o Mendes ### Auz.^{te}

Estevão Jozé Ferr.^a ###

O Sarg.^{to} mor Fran.^{co} X.^{er} P.^{to} ###

O Cap.^m Mig.^{el} Ribr.^o Ribas ###

O ALf.^{es} Thomas glz de Almd.^a ##

o Ten.^{te} Jozé Bernardino e Souza /

Jozé Leme do Prado /

Fran.^{co} Teixr.^a Camelo #

O Cap.^m An.^{to} Jozé Ferr.^a #

O ALf.^{es} An.^{to} X.^{er} Ferr.^a #

E Logo em o dito mes e anno Retro deClarado em a mesma Camera, e Passos do Conçelho por elle Doutor Ouvidor geral, foi deferido o Juramento dos Santos Evangelhos em hum Livro delles, a elles eLeitores nomeados, a Saber João An.^{to} da Costa o Cap.^m M.^{el} Glz' Guim.^{es}, Jozé An.^{to} Mendes, o Ten.^{te} Estevão Jozé Ferr.^a O Sarg.^{to} mor Fran.^{co} X.^{er} Pinto Miguel Ribr.^o Ribas o Alferes Thomas Gonsalves de Almeida o Tenente Joze Bernardino de Souza Jozé Leme do Prado Francisco Pereira Camelo o Capitão Antonio Joze Ferreira o Alferes Antonio Xavier Ferreira: deClaro que por Se achar auzente Jozé Antonio Mendes, em Seu Lugar foi chamado por ordem do Menistro o Capitão Manoel gonsalves Guimarains os quais em votos [ilegível] proverão aos mais votos a Sua mão direita em obServasão do qual Juramento lhes foi encarregado eLegeçem os Juizes e mais offeçiais que hão de Servir o Trienio futuro tudo na forma da Ley e Reçebido o Juramento por elles eLeitores aSim o Prometerão Comprir na forma por elle Ministro mandado de que de tudo aSim Constar mandou fazer o presente termo de Juramento em que aSignou Com o Juis e mais offeçiais e Eu Francisco da Silva Leiria Escrivão da camera que Escrevj *Br.^{co} - Joaq.^m Mar.^{no} Ribr.^o Rjbas - Fran.^{co} Roiz Seixas - Joze Antonio Vieira - Joaq.^m dos Anjos Per.^a - Estevão Joze Ferr.^a - M.^{el} Glz. Guim.^{es} - Mig.^{el} Ribri Rjbas - Fran.^{co} X. P.^{to} - Fran.^{co} Teyxr.^a Camello - Thomas Glz.^e d' Almd.^a*

E por esta forma e maneira foi Satisfeito e ouverão por Comprido os dittos eLeitores e que foi Encarregado fazerSe Suas eLeiçoins Cada hum de per çí e declararão neles, o Juizes, Vereadores, e Procuradores do concelho e ultimamente nomeado tres Homens para Juis de orfãons, E entregando Suas Listas ao dito Menistro para fazer Sua provação, e depois de Aprovado emSerrou Com tres bolas de Çera Separadamente as quais mandou Recolher a hum Cofre fexado Com tres Xaves, fazendo entregar aos Vereadores ficando

Cada hum Com a Sua Xave de que para de tudo aSim Constar mandou elle Ministro fazer este termo de emSerramento que aSignou Com os ditos offeçiais e Eu Francisco da Silva Leiria Escrivão da Camera que Escrevj *Br.^{co} - Joaq.^m Mar.^{no} Ribr.^o Rjbas - Fran.^{co} Roiz Seixas - Joze Antonio Vieira - Joaq.^m dos Anjos Per.^a - Estevão Joze Ferr.^a - Manoel Glz' Guim.^{ez} - Mig.^l Ribr.^o Rjbas - Fran.^{co} X.^{er} P.^{to} - Fran.^{co} Teyxr.^a Camello - Thomaz Glz' da Almd.^a*

[...]

Auto de Eleição de Pelouros que mandou fazer o Doutor ouvidor Geral e Corregedor da Comarca Manoel Lopes Branco e Silva, estando em Camara desta vila de Coritiba, onde se achavão presentes o Juis ordinario emais off.^{es} da camara para a fatura dos novos off.^{es} que hão de Servir nesta referida vila em Camara, os annos de 1798 e 1799 e 1800

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus cristo de mil e setecentos e noventa e sete annos, aos treze dias do mes de Maio do dito anno nesta vila de Nossa Senhora da lus dos Pinhais de Coritiba Comarca de Parnagoa, na Caza da camera onde Se achava presente o Doutor ouvidor Geral e Corregedor da comarca Manoel lopes Branco e Sulva Commigo Escrivão do Seu cargo aodiente nomeado por em empedimento do Escrivão da camara e Sendo tambem ahÿ presentes o Juis ordinario e mais ofiçiais da Camera, e Sendo ahÿ pello dito Ministro foi mandado Comvocar os homens bons e Republicanos, para estes nomearem Seiz homens da melhor intelligencia, e conheSimento desta Republica, para que estes fizeSem tres cameras para Servirem nela os annos de mil e seteçentos e noventa e oito, e de mil e seteçentos e noventa e nove, e de mil e sete digo e de mil e oitoçentos. E para Juis de orfaoens para os tres Referidos annos, e de como se acharão todos juntos para fazerem os Sobreditos ofiçiais mandou elle Ministro fazer este auto de Pelouros, e eu Joze Morato do Canto Escrivão da ouvidoria Geral e Corr.^{am} e Correição da Comarca que por impedimento do atual da Camera que o escrevÿ

Para Eleitores

O Sargento Mor Francisco X.^{er} Pinto #### 6

o Capitão Antonio Joze Frr.^a #### 6

o Thenente Estevão Joze Frr.^a #### 6

o Thenente Joze Bernardino # 2

o Guarda mor João Ant.^o #### 6

Joze Antonio Mendes Vier.^a / 1

o Alferes Thomas Glz' ## 4

o Alferez Antonio X.^{er} #### 6

Joaquim Mariano ## 4

Antonio Guedes de Carvalho / 1

E logo no mesmo dia mes e anno Retro declarado e na mesma Camera, e paSsos do Conçelho della pelo Doutor ouvidor Geral e Corregedor doi deferido o Juramento dos Satos Evangelhos em hum livro deles, a eles Eleitores nomeados a Saber aos Seis homens de mais votos o Sargento Mor Francisco xavier Pinto: o Capitão Antonio Jozé Ferreira: o Tenente Estevão Joze Ferreira: o Guarda mor João Antonio: o Alferes Antonio Xavier Ferreira: o Guarda mor Joaquim Mariano Ribeiro, aos quais digo os quais puzerão as Suas mahons Direitas, debaixo do qual pelo dito Ministro lhes foi emCarregado que elegiSsem os Juizes e mais oficiais da camera que hao de Servir em Camera os annos futuros de 1798 e de 1799 e de 1800, tudo na forma da ley. E ReSebido por eles eleitores o dito Juramento aSim o prometerão Comprir, e para de tudo aSim constar mandou elle Min.^o fazer o presente termo que aSignou com os Seis Eleitores e outros mais e eu Joze Morado do Canto Escrivão da ouvidoria geral e Correição da comarca que por empedimento do Escr.^{am} da camara o escrevy *Br.^{co} - João Antonio da Costa - Fran.^{co} X.^{er} P.^{to} - Antonio X.^{er} Ferreira - Antonio J.^e Ferreira - An.^{to} Guedes d'Carv.^o - Joaq.^m Mar.^{no} Ribr.^o Ribas - Niculao P.^{to} Rib.^o - Estevão Joze Ferr.^a - Manoel de Andr.^e*

E por esta forma e maneira foi Satisfeito, e ouverão por Compridos os ditos Eleitores, e que foi emcarregado fazendo Suas Eleiçoins cada hum de per ci e declarão neles os Juizes vereadores, e Procuradores do ConSelho, e ultimamente nomeado tambem Juis de orfaons

para os tres annos, e entregando Suas listas a elle Ministro para fazer Sua aprovação, depois de aprovado em Serrou Com tres Bolas de Sera, Separadamente as quais mandou se colher a hum Cofre fezado Com tres chaves fazendo entregar aos vereadores, ficando ca hum com a sua chave e para de tudo aSim constar, mandou elle Ministro fazer este em Serramento em que aSignou com os Eleitores, e oficaes da camera, e eu Joze Morato do Canto Escrivão da ouvidoria Geral e correição da comarca que por empedimento do atual da Camera que escrevi *Br.^{co} - João Antonio da Costa - Fran.^{co} X.^{er} P.^{to} - Antonio X.^{er} Ferreira - Antonio J.^e Ferreira - Joaq.^m Mar.^{no} Ribr.^o Ribas - Estevão Joze Ferr.^a - Manoel de Andr.^e Per.^a - An.^{to} Guedes d'Carv.^o - Nicolau Pinto Ribr.^o*

[...]

Auto de Eleição de Pelouros que mandou fazer o Doutor Ouvidor geral e Corregedor da Comarca João Baptista Dos guimarains Peixoto estando em Camara desta Villa de Coretiba onde Se achavão prezentes o Juiz Ordinario e mais officiais da Camera para a factura dos novos offeciais que ham de Servir nesta referida Villa em Camara Dos annos de 1801, 1802, 1803

Anno do Nascimento de NoSso Senhor JESUS christo de mil e oitocentos aos doze dias do mes de Março do dito anno nesta Villa de NoSsa Senhora da Luz dos Pinhaes de Coretiba Comarca de Parnagua em Cazas da Camera onde Se achava presente o Doutor Ouvidor geral e Corregedor da Comarca João Baptista Dos guimaraens Peixoto Com o Juiz Prezidente e mais officiaes e Procurador da Camera e eu Escrivão enterino da mesma Sendo ahy pello dito Ministro tendo mandado convocar os homens bons e Republicanos para estes nomearem Seis homens de melhor entelegenCia e Conhecimento desta [rasurado] {da Villa e Seu Termo} para que estes [rasurado] tres Camera para Servirem {ElegeSsem} nella os annos de mil oitocentos e hum o de mil oitocentos e dous e de mil oitocentos e trez para Juiz de orphaons para os trez riferidos annos e de Como Se acharão juntos para fazerem os Sobreditos officiaes mandou elle Menistro fazer este auto de Pelouros e eu Antonio Antunes Rodrigues Escrivão da Camera enterino que o escrevy e

Risquey as palavras que mandey [ilegível] que da minha [ilegível] Sobredito Escrivão
Escrivão da Camera enterino que o escrevy

P.^a Eleitores

o Capitão Luiz Ribeiro da Silva ##### 19

o Sarg.^{to} mor Fran.^{co} X.^{er} Pinto ##### 18

o Cap.^m M.^{el} de Andr.^e Per.^a ##### 18

o Alf.^{es} An.^{to} X.^{er} Ferr.^a ##### 20

o Then.^{te} Estevão J.^e Ferr.^a ##### 15

o Then.^{te} Bras Alz.['] Natel ##### 16

E logo no mesmo dia mes e anno acima no auto declarado na mesma Camera e PaSsos do
Concelho pello mesmo Doutor Ouvidor geral e Corregedor foy deferido o juramento dos
Santos Evangelhos em hum Livro delles aos ditos Eleitores nomeados a Saber aos Seis
homens de mais vottos o Capitão Luiz Ribeiro da Silva o Sargento mor Francisco xavier
Pinto o Capitão Manoel de Andrade Pereira o Alferes Antonio Xavier Ferreira o Thenente
Estevão Joze Ferreira e o Thenente Braz Alves Natel os quaes puzerão Suas maons
dereitas debaixo do qual pello dito Ministro lhe foy encarregado que elegeSsem os Juizes
e mais ofeciaes da Camera que ham de Servir na mesma os annos futuros de mil
oitocentos e hum de mil oitocentos e dous e de mil oitocentos e trez tudo na forma da Ley
e Recebido por elles Eleitores os ditos juramentos aSsim o prometerão Cum e para
Constar mandou elle Menistro fazer o presente Termo em que aSsignou Com os Eleitores
e outros mais e eu Antonio Antunes Rodrigues Escrivão enterino da Camera o escrevy

*Peixoto - An.^{to} dos S.^{tos} Teyxr.^a - Joze Cardozo Pazes - Joaq.^m ALz.['] de Ar.^o - Joaq.^m
Mar.^{no} Ribr.^o Ribas - Jozê Leme do Prado - Luis Gomes da Silva - A.^{to} X.^{er} Ferr.^a - João
Pereira - Luis Ribr.^o da S.^a - M.^{el} Glz.['] Guim.^{ez} - Fran.^{co} X.^{er} P.^{to} - João Baptista Vir.^a
Ramalho - Manoel de Andr.^e per.^a - Estevão Joze Ferr.^a - Miguel Caethano[?] - Ign.^{co} de
Sa Sotto Maior - Bras Alves Natel - Ign.^{co} Lust.^a de Andr.^e - Joze Maria Ribas - An.^{to}
Teyxr.^a Alz.['] - Nicolau Pinto Rebello - Fran.^{co} da S.^a Leirâ - An.^{to} Alz.['] de Ar.^o*

E nesta forma foy Saptisfeito pellos dittos eleitores Eleitores [ilegível + - 4 palavras] fazendo Suas Eleicoens que derão por escriptas depois de Se haverem unido dous a dous em tres Lugares Separados e Sem que Se juntaSem Companheiros que foSsem parentes dentro do quarto grao Contados Segundo Dereito Canonico e declararão nellas Juizes Vereadores Procuradores do Concelho e Juiz de orphaos para os referidos annos e intregando a elle Menistro para aprovar dos que lhe pareceSsem digo para Limpalas conforme a ley e depois de Limpas Senou Com tres bolas de Sera Separadamente e as madou Recolher a hum cofre fexado com trez bolas digo Com tres Chaves e para Constar mandou Lavrar este encerramento em que aSignou com os ditos Eleitores e eu Atonio Antunes Rodrigues Escrivão da Camera interino que o escrevy *Peixoto - Luis Ribr.^o da S.^a - Estevão Joze Ferr.^a - Antonio X.^{er} Ferreira - Manoel de Andr.^e Per.^a - Bras Alves Natel - Fran.^{co} X.^{er} P.^{to}*

[...]

Auto de ELeição de Pelouros que mandou fazer o Doutor Corregedor da Capitania de Parnagua Antonio de Carvalho Fontes Henrriques Pereira, estando em Camera desta Villa de Coritiba e Se achavão presentes Os Juizes Ordinarios e maiz Officiais da Camera para a factura dos novos Officiais que ham de Servir nesta referida Villa em Camera os annos de 1805, 1806, 1807.

Anno do Nascimento de NoSso Senhor JESUS Christo de mil oitocentos e quatro aos vinte e hum dias do mes de Maio do dito anno nesta Villa de NoSsa Senhora da Luz dos Pinhais de Coritiba Capitania de Parnagua em Cazas da Camera onde Se achava presente o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Capitania Antonio de Carvalho Fontes Henrriques Pereira , e maiz Officiaiz e o Procurador da Camera e Eu Francisco digo e eu Escrivão da mesma Sendo ahy pello dito Ministro tendo mandado Comvocar os homesn bonz e Republicanos para estes nomearem Seiz homesn de melhor intelligência e Conhecimento desta mesma Villa e Seu Termo para que estes tres fizeçem tres Camera para Servirem nella os annos de mil oitocentos e Sinco de mil oitocentos e Seis de mil

oitocentos e Sete e para Juis de Orphãos para os tres referidos annos e de Como Se acharão juntos para fazerem Os Sobreditos officiais mandou elle Menistro fazer este autto de Pelouros eu Francisco da Silva Leirãa Escrivão da Camera que o escrevÿ.

P.^a ELeitores

Antonio Ribr.^o de Andr.^e Cap.^{am} Mor ##### 19

11 Ignacio Lustoza de Andr.^e Cap.^{am} ##### 11

Joaq.^m Mariano Ribr.^o Ribas G.^{da} Mor ##### 10

Antonio Jozé Ferr.^a Cap.^{am} ##### 11

Thomas Glz.' de Almeida Alferes ##### 11

[f. 116] Estevão Jozé Ferreira Tenente ##### 13

Antonio X.^{er} Ferr.^a Alf.^{es} ##### 15

Ign.^{co} de Sá Souto Maior Cap.^m ##### 10

Fran.^{co} Teixeira Camello ##### 11

Jozé Fran.^{co} Card.^o de Menezes Cap.^{am} / 1

Manoel Glz.' Guim.^{es} Cap.^{am} ##### 8

Luis Ribeiro da S.^a Cap.^{am} ##### 16

Fran.^{co} de Paula Ten.^{te} Coronel #### 6

Manoel de Andr.^e Per.^a ### 4

Jozé Bernardino de Sz.^a #

Jozé Leme do Prado # 2

Antonio Jozé da S.^a / 1

João An.^{to} Ferr.^a / 1

E Logo no mesmo dia mes e Anno acima no auto declarado na mesma Camera e PaSsos do Conçelho pello mesmo Doutor Ouvidor Geral e Corregedor foÿ deferido o juramento dos Santos Evangelhos em hum Livro delles aos ditos ELeitores nomeados a Saber aos Seis homens de mais votos Antonio Ribeiro de Andrade Capitão Mor, Ignacio Lustoza de Andrade, Capitão e os mais todos aCima nomeados aos quais digo Capitão Luis Ribeiro da Silva Capitão Antonio Xavier Ferreira Alferes, Estevão Jozé Ferreira Thenente

Thomas Gonçalves de Almeida, aos quais puzerão Suas mãos direitas debaixo do qual pello dito Ministro lhe foy imcarrecado que ELegeçem os Juizes e mais officiaes da Camera que ham de Servir na Mesma os annos fucturos de mil oitocentos e Sinco de mil oitocentos e Seis de mil oitocentos e Sete tudo na forma da Leÿ e Recebidos por elles ELeitos os ditos juramentos aSim o prometerão Cumprir de que de tudo dou fé e para Constar mandou elle Ministro fazer o pre o prezente Termo em que aSsignou Com os ELeitores e officiaes da Camera e outros e eu Francisco da Silva Leiria Escrivão da Camera que o escrevÿ. *Antonio de Carv.^o F.^{tes} H.^{es} P.^{ra} - Antonio Jozé de Andr.^e - Joao Antonio Pinto - Jozé da Costa Pinto - João Pereira - Fran.^{co} Alz.['] Pinhr.^o - Luis Gomes da Silva - Antonio Ribr.^o de Andr.^e - Luis Ribr.^o da S.^a - Estevão Joze Ferr.^a - Thomás Glz.['] de Almd.^a - Antonio D.^{es} Ferreira - Ign.^{co} Lustoza de Andr.^e*

E por esta forma houve elle Ministro por bem mandar Lançar as Pautas dos novos Officiaes que ham de Servir os Annos fucturos de mil oitocentos e Sinco, de mil oitocentos e Seis, de mil oitocentos e Sete de que para Constar mandou fazer este EnSerramento que aSignou e eu Francisco da Silva Leiria Escrivão da Camera que o escrevÿ. *Antonio de Carv.^o F.^{tes} H.^s P.^o*

[...]

Auto de Eleição de Pelouros a que mandou proSseder o Doutor ouvidor Geral e Corregedor da Comarca Antonio Ribeiro de Carvalho estando em Camera desta villa de Coritiba, e Se achavão presentes o Juis ordinario, o Capitão Antonio de Andrade, e mais officiaes da Camera Francisco Joze de Almeida, e mais officiaes da Camera Francisco Joze de Almeida, o Alferes manoeel Mendes Leitão o Alferes Antonio Joze da Silva carrão para a fatura dos novos officiaes que hão de Servir nesta Referida villa em Camera os annos de 1809 de 1810 e de 1811

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus cristo de mil oitocentos e oito annos, aos vinte e Sete dias do mes de Abril do dito anno, nesta villa de Nossa Senhora da Lus dos

Pinhais de Coritiba Comarca de Parnagoa em Cazas da Camera onde Se achava presente o Doutor ouvidor Geral e Corregedor da Comarca Antonio Ribeiro de Carvalho, e mais officiais e Procurador da Camera, Commigo Escrivão da Ouvidoria Geral aodiente nomeado, Sendo aÿ pello dito Ministro tendo mandado Comvocar os homens bons, e Republicanos para estes nomearem Seis homens de melhor intiligiência, e ConheSsimento desta villa e Seu termo para que estes tres fizeSsem tres Cameras para Servirem nesta os annos de mil oitocentos e nove, de mil oitocentos e des, e de mil oitocentos e honze, e para Juis de orfaons para os tres Referidos annos, e de Como Se acharão juntos para fazerem os Sobreditos offiçiais mandou elle Ministro fazer este Auto de Pelouros que aSignou no fim do Seo InSerramento, e eu Joze Morato do Canto Escrivão da Ouvidoria Geral e Correição da Comarca que o escrevÿ

Para Eleitores

Capitão Luis Ribeiro ##### 22

o Capitão Joze Antonio Ant.^o M.^{des} Vier.^a ##### 13

Sarg.^{to} Mor An.^{to} Joze Ferr.^a ##### 18

cap.^m Joaq.^m Mariano Ribr.^o Ribas ##### 23

o Cap.^m Thomas Glz' ##### 24

o cap.^m Mor Ant.^o Ribr.^o de Andr.^e ##### 12

E logo no mesmo dia mes e anno aSima no Auto declarado na mesma Camera, e paSsos do ConSelho della, pello mesmo Doutor ouvidor Geral e Corregedor da comarca, foi deferido o Juramento dos Santos Evangelhos em hum livro deles aos ditos Eleitores nomeados a Saber aos Seis homens de mais votos, o Capitão Luis Ribeiro da Silva, o Capitão Joze Antonio Mendes vieira, o Sargento Mor Antonio Joze Ferreira Capitão Joaquim Mariano Ribeiro Ribas, Capitão Thomas Goncalves de Almeida, capitão Mor Antonio Ribeiro de Andrade, os quais puzerão Suas mahons direitas debaixo do qual pello dito Ministro lhes foi emCarregado que elegeSsem os Juizes e mais offiçiais da Camera que hão de Servir na mesma os mais foturos annos de mil oitocentos e nove, de mil oitocentos e des, e de mil oitocentos e honze, e igualmente hum Juis de orfaons para os

mesmos anos: e ReSsevido por eles eleitores os ditos Juramentos, aSim o prometerão Cumprir, e para Constar mandou elle Ministro fazer o prezente termo em que aSignou com os off.^{es} digo com os Eleitores, e mais peSsoas, e eu Joze Morato do Canto Escrivão da Ouvidoria Geral e Correição da Camara que o escrevy *Carvalho - Antonio Ribr.^o de Andr.^e - Fran.^{co} Joze de Alm.^{da} - Manoel Mendes Leitão - Antonio J.^e da S.^a Carram - Luis Gomes da Silva - Fran.^{co} da costa Pinto - Ignacio Lust.^a de Andr.^e*

E nesta forma doi Satisfeito pelos ditos Eleitores, o que lhes foi emcaregado fazendo Suas Eleicoins que derão por escrita depois de Se verem unidos dous a dous em tres lugares Separados Sem que Se juntaSem companheiros parentes dentro do quarto grão em todos Segundo direito Canonico, e declararão nellas os Juizes, vereadores, Procuradores do ConSelho, e Juis de orfaons Trienal para os Referidos annos, emtregando a elle Miniustro para a provar os que lhe pareSeSem digo para limpala Conforme a lei e depois de limpas Serrou Com tres bolas de sera Separadamente, e mandou Recolher a hum Cofre fexado Com tres xaves, e para Constar mandou elle Ministro lavrar este enSerramento que aSignou Com os ditos Eleitores, e eu Joze Morato do Canto Escrivão da Ouvidoria Geral o escrevi *Carvalho - Antonio Ribr.^o de Andr.^e - Thomaz Glz.['] de Almd.^a - Antonio Joze Ferr.^a - Joaq.^m Mar.^{no} Ribr.^o Ribas - Luis Ribr.^o da S.^a - Jozé Antonio Mendez Vr.^a*

[...]

Auto de Eleição de Pelouros que mandou fazer o Doutor ouvidor Geral e Corregedor da Comarca João de Medeiros Gomes estando em os Paços do comselho com os Juizes, Vereadores, e Procurador, para se elegirem os offiçiais que servão os tres foturos annos de 1812, e de 1813, e de 1814, e hum Juis de orfaons Trienal para os Refeidos annos nesta villa de Coritiba

Anno do Naçimeto de Nosso Senhor Jezus cristo de mil oitocentos e onze anos aos Trinta dias do mes de Junho do dito anno, nesta villa de Nossa Senhora da lus dos Pinhais de Coritiba Comarca de Parnagoa, em os Paços do Conselho da mesma onde foi vindo o

Doutor ouvidor Geral e Corregedor da Comarca João de Medeiros Gomes, commigo
Escrivão do Seu Cargo aodiente nomeado, e os Juizes ordinarios e mais offiçiais da
Camera, e Sendo ahi tambem presentes os Republicanos e peSsoas nobres homens bons
da Governança desta villa para elegerem Seis peSsoas para Eleitores, e estas fazerem as
tres Cameras que ao de Servir os tres annos futuros a Saber de mil oitocentos e doze, de
mil oitocentos e treze, e de mil oitocentos e quatorze, Como tambem fazer hum Juis de
orfaons para os mesmos annos, os quais ao de ter principio em Janeiro de mil oitocentos e
doze e de como Se achavão todos juntos, na forma expreSsada para fazerem os ditos
Eleitores, e darem Seos votos para a factura dos Eleitores, mandou o dito Ministro fazer
este Auto Com o mais que aodiente Se Segue em qual aSignou, e eu Joze orato do Canto
Escrivão da Ouvidoria Geral e Correição da Comarca que o escrevy *Medr.*^{os}

Para Eleitorez

Cap.^m Mor Ant.^o Ribr.^o de Andrade ##### 14

o Ten.^e João Ant.^o da Costa ##### 12

Joaquim dos Anjos ## 4

o Ten.^e Ant.^o Joze da S.^a Carrão ### 5

Francisco Joze ### 5

Francisco Joze ### 5

Antonio Alz' / 1

o Cap.^m Luis Ribr.^o da S.^a ##### 10

Ant.^o Teixr.^a Camello ##### 10

o Coronel Manoel Glz' Guim' ##### 11

João Ant.^o Pinto / 1

o Sarg.^{to} Mor Ign.^{co} de Sá ##### 10

Miguel de Almeida / 1

Luis Gomes da S.^a / 1

Joze dos Santos # 2

Lourenço de Sa # 2

Ant.^o Francisco / 1

Termo de Juramento aos Eleitores a mais votos abaixo nomeados

Aos trinta dias do mes de Junho de mil oitocentos e onze annos nesta villa de Nossa Senhora da lus dos Pinhais de Coritiba Comarca de Parnagoa, em os PaSsos em os paSsos do ConSelho onde Se achava prezente o Doutor ouvidor Geral e Corregedor da Comarca João de Medeiros Gomes, e bem aSim o Juis ordinario e mais officiais da Camera, Commigo Escrivão aodiente nomeado, e Sendo ahj forão nomeados a votos do Povo pellas peSsoas Republicanas para Eleitores as peSsoas Seguintes = o Coronel Manoel Gonçalves Guimarains, Com o Sargento Mor Ignacio de Sa Souto Major: o Thenente João Antonio da Costa, Com Antonio Teixeira Camello: o Capitão Mor Antonio Ribeiro de Andrade, Com o Capitão Luis Ribeiro da Silva, os quais estando presentes lhes foi por elle Ministro deferido o Juramento dos Santos Evangelhos em hum livro delles, em que puzerão Suas mahons direitas Sob cargo do qual lhes emcarregou fizeSse Cada dous Eleitores tres Cameras, e hum Juis de orfaons para Servir os tres foturos annos, Comtato que não entrem parentes dentro do quarto grau, e que fizeSsem tudo Conforme as Leis e ordenaSsoins de Sus Alteza Real e que goarde aSim hum Segredo emviolavel ao que Se paSsaSse neste Acto, o que tudo os ditos Eleitores aSim o prometerão Cumprir debaixo do Juramento que ReSsebido tinham, e para Constar mandou elle Ministro lavrar este termo de Juramento em que aSignou Com os Eleitores, e eu Joze Morato do Canto Escrivão da Ouvidoria Geral e Correição da Comarca que o escrevj *Medr.^{os} - Manoel Glz.^e Guim.^{ez} - Antonio Ribr.^o de Andr.^e - Ign.^{co} de Sa Sotto mayor - João Antonio da Costa - Fran.^{co} Teyxr.^a Camello - Luis Ribr.^o da S.^a*

E logo no mesmo dia mes e anno Retro declarado pelos ditos Eleitores, forão entregues as Suas listas ao Doutor ouvidor Geral e Corregedor oão de Medeiros Gomes para as alimpar e fexar, o que Com efeito o dito Ministro fes, escrevendo de Sua Letra e punho os nomes de Juis e officiais que ao de Servir os annos foturos na Camera desta villa e dividida cada Camera em Seo destinto papel, Com a mesma distinção os emSerrou em Bolas de Sera da Terra, Com que ficarão Cubertas para Cada anno Se tirar huma Bolla, e

os que Sahirem nomeados no papel que dentro dellas Se achar Servirem na Camera eSse anno, todas as tres BOLLAS forão metidas em hum Saco, e este metido em hum Cofre de tres chaves as quais depois de fexado o dito Cofre Se derão aos tres vereadores Com a obrigação de as goardarem, e entregarem aos vereadores que no anno Seguinte entrarem a Servir, e por que tudo na verdade aSim Se fes Lavrei o prezente termo em que aSignou o dito Ministro e oficiais da Camera, e eu Joze Morato do Canto Escrivão da Ouvidoria Geral e Correição da Comarca o escrevj *Medr.^{os} - Luis Ribr.^o da S.^a - Manoel Afonço Enes - Joaq.^m Lopes de S.^{ta} anna - Luis Gomes da Silva*

[...]

Auto de Eleição de Pelouros que mandou fazer o D.^{or} Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca João de Medeiros Gomes Estando em os Pasos do Concelho Com o Juis Vereadores e Procurador para Se eleger os Officiais que Sirvão os tres futuros Annos de 1815 = 1816 = E 1817 e hum Juis de Orfaons Trienal nesta Villa de Coretiba.

Anno de NaSsimento de NoSso Senhor Jezus Cristo de mil oitocentos e Catorze aos dezaceis dias do mes de octubro do mesmo Anno nesta Villa de NoSsa Senhora da Lus dos Pinhais de Curitiba Cabeça de Comarca em os PaSsos do Concelho Onde foi vindo o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor João de Medeiros Gomes Comigo Escrivão aodiante nomeado e Os Juizes Ordinarios e mais Officiais da Camera e Sendo ahÿ tambem prezente os Republicanos e PeSsoas Nobres homens bons da Governança desta Villa para Elegerem Seis peSsoas para Eleitores e estas fazerem as tres Camaras para os tres annos futuros de mil oitocentos e quinze e de mil oitocentos e dezaceis e de mil oitocentos e dezacete Como tambem farão hum Juis de orffaons para os mesmos Annos os quais hão de ter principio em Janeiro de mil oitocentos e quinze e de Como Se acharão todos juntos na forma Expreçada para fazerem os ditos Pelouros e darem Seos votos para fatura dos Eleitores mandou o dito Ministro fazer este Auto Com o mais que aodiante Se Segue em o qual aSinou e Eu Joaquim Joze Pinto Bandeira Escrivão da Camara o Escrevy *Medr.^{os}*

P.^a Eleitores

O Ten.^{te} João An.^{to} da Costa ##### 12

O Cap.^m Mor An.^{to} Ribr.^o de And.^{re} ##### 13

Ten.^{te} An.^{to} Joze da S.^a Carram Cap.^m Rodrigo Fran.^{co} / 1

Lourenço de Sá ##### 13

Alf.^s Joze Martins França ## 4

Alf.^s Manoel Joze de França ## 4

Simão Gonçalves de And.^{re} #### 6

Fran.^{co} Teixr.^a Camelo ##### 8

Alf.^s João da S.^a ### 5

Dom.^s Joze da Motta ## 4

Fran.^{co} Mont.^o / 1

Ajud.^{te} An.^{tes} ### 5

Manoel Joze de Faria # 2

Joze dos S.^{tos} # 2

An.^{to} Alvz' / 1

Termo de Juramento aos Eleitores a mais votos abaixo nomeados

Aos dezaceis dias do mes de Outubro de mil Oitocentos e Catorze annos nesta Villa de NoSsa Senhora da Lus dos Pinhais de Curitiba em Cazas que Servem de PaSsos do Concelho onde foi vindo e Se achava o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca João de Medeiros Gomes e mais o Juis Ordinario e Officiais da Camra Comigo Escrivão aodiante nomeado e Sendo ahÿ forão nomeados a mais votos do povo pelas peSoas Republicanas para Eleitores as peSsoas Seguintes o Tenente João Antonio da Costa com o Tenente Antonio Joze da Silva Carram o Capitão Mor Antonio Ribeiro de Andrade Com Lourenço de Sá Pinto Ribas = Francisco Teixeira Camello com Simão Gonçalves de Andrade os quais Sendo presentes por Ele Ministro lhes foi deferido O Juramento dos Santos Evangelhos em hum Livro deles em os quais puzerão Sua mão direita Subcargos do qual lhes incaregou que fizece cada dous Ileitores tres Camaras e hum Juis de Orfaons

para Servirem os tres futuros Annos Comtanto que não [ilegível] parentes dentro do quarto grao e que fizecem tudo conforme as Leis e Ordenaçoins e ordenaçoins de Sua Alteza Real e que guardacem hem Segredo inviolavel o que tudo assim o prometerão cumprir e de que para Constar fis este termo em que aSinarão com ele Ministro e Eu Joaquim Joze Pinto Bandeira Escrivão da Camera o Escrevi *Medr.^{os} - Antonio Ribr.^o de Andr.^e - Simão Jozé Glz.['] de Andr.^e - João Antonio da Costa - Lour.^{co} Pinto de Saz - Fran.^{co} Tejxr.^a Camelo - Antonio J.^e da S.^a Carram*

E Logo no mesmo dia mes e Anno Retro declarado pelos ditos Eleitores forão entregues as Suas Listas pelos ditos Eleitores ao Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca João de Medeiros Gomes para as alimpar e fexar o que Com efeito o dito Ministro fes E escrevendo de Sua Letra e punho os nomes de Juis e Officiais que ão de Servir os Annos futuros na Camara desta Vila e dividida cada huma em Seu papel destinto e Com a mesma distinção os Encerrou em hum papel cada huma em bolas de Sera Com que ficarão Cubertas para Cada Anno Se tirar huma Bola e os que Se acharem no papel que desta estiver Servirem na Camara eSse Anno todas estas Bolas forão metidas em hum Saco e este metido em hum Cofre de tres chaves o qual depois de fexado Se derão aos dous vereadores cada hum Sua e outra ao Procurador para este entregar ao Vereador que Serve Joze Cardozo Pazes Com Obrigação de as guardarem emtregarem aos vereadores que no anno Seguinte entrarem a Servir para apresentarem quando lhes for pedida para abrir o dito cofre e porque tudo mandase aSim Se fes Lavrei o presente ter [f. 146] termo em que aSinou o dito Ministro e officiais da Camara e Eu Joaquim Joze Pinto Bandeira Escrivão de orfaons Camera o Escrevy *Medr.^{os} - João da S.^a - Ar.^o - Fran.^{co} Montr.^o - Francisco Vidrio de Almeida - Antonio Alz.['] de Ar.^o*

[...]

Auto de Eleição de Pelouros que Se mandou fazer o Doutor Dezembargador ouvidor Geral e Corregedor da Comarca João de Medeiros Gomes para Se eleger os officiais que hão de Servir os Annos futuros de 1818 = 1819 = 1820 = e hum Juis de orfaons Trienal

Anno do NaScimento de nosso Senhor Jezus cristo de mil oitocentos e dezoito annos aos quinze dias do mes de Fevereiro do dito Anno nesta Villa de NoSsa Senhora da Lus dos Pinhais de Curitiba em cazas que Servem de PaSsos do Concelho onde foi vindo o Doutor Dezembargador Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca João de Medeiros Gomes e os Juizes ordinarios e mais officiais da camera comigo Escrivão aodiante nomeado e Sendo ahi tambem presentes os Republicanos e PeSsoas nobres da Governança desta Villa para elegerem Seis peSsoas para eleitores e estas fazerem tres Cameras para os Annos futuros de mil oitocentos e dezoito mil oitocentos e dezanove e mil oitocentos e vinte e tambem fazerem hum Juis de orfaons para os mesmos Annos e de Como Se acharão todos na forma espreçada para darem Seos votos e fazerem os pelouros mandou ele Ministro fazer este Auto como mais que aodiante Se Segue em que aSinou eu Joaquim Joze Pinto Bandeira Escrivão da Camera o Escrevy

Para Eleitores

Cap.^m João Antonio da Costa ##### 12

Cap.^m Luis Ribeiro da S.^a ##### 11

Lour.^{co} P.^{to} de Sa Ribas ##### 9

Cap.^m Manoel Joze de França ##### 11

Joaq.^m dos Anjos Per.^a ##### 11

O Ten.^{te} An.^{to} Joze da S.^a Carram ##### 10

Luis Gomes da S.^a ##### 8

Cap.^m Rodrigo Fran.^{co} xavier ### 4

Ajud.^e An.^{to} Antunes Roiz' [?] ### 5

Alf.^s João da S.^a Per.^a ### 6

Manoel Fran.^{co} Ferr.^a / 1

An.^{to} Alvz.' de Ar.^o # 2

Joze doz S.^{tos} Lima / 1

Tr.^o de Juramento aos Eleitores a mais votos do Povo abaixo nomeados

Aos dezaceis dias do mes digo Aos quinze dias do mes de Fevereiro de mil oitocentos e dezacete annos nesta Villa de NoSa Senhora da lus dos Pinhais de Curitiba em Cazas que Servem de PaSos do Conçelho onde foi vindo o Doutor Dezembargador ouvidor Geral e Corregedor da Comarca João de Medeiros Gomes e os Juizes ordinarios e mais officiaes abaixo aSinados Comigo Escrivão aodiante nomeado e Sendo ahÿ forão nomeados a mais votos do Povo as peSoas Republicanas aodiante nomeadas para eleitores o Capitão João Antonio da Costa com o Tenente Antonio Joze da Silva Carram = o Capitão Luis Ribeiro da Silva com Lourenço Pinto de Sá Ribas = o Capitão Manoel Joze de França com Joaquim dos Anjos Pereira = os quais Sendo presentes por ele Menistro lhe foi deferido o Juramento dos Santos Evangelhos em hum Livro deles em que pozerão Suas maons direitas Sobcarga do qual lhes encarregou que bem e fielmente Sem dolo nem malicia fizecem cada dois Eleitores tres Camaras e hum Juis de orfaons para Servirem os tres Annos futuros Comtanto que não entrem parentes dentro do quarto grão e que fizecem tudo na Conformidade das Leis e ordenaçoes de Sua Magestade e que guardacem hum Segredo inviolavel o que tudo assim o prometerão Cumprir de que fis este termo em que aSinarão Com ele Ministro eu Joaquim Joze Pinto Bandeira Escrivão da Camara o Escrevy *João Ant.^o da Cozta - Medr.^{os} - An.^{to} J.^e da S.^a Carram - Lourenço Pinto de Sa - Luis Ribr.^o da S.^a - Manoel Joze de França - Joaquim dos Anjos Per.^a*

E Logo no mesmo dia mes e Anno pelos ditos Eleitores forão entregues Suas Listas ao Doutor Ouvidor Geral e Corregedor João de Medeiros Gomes para as alimpar e fexar o que Com efeito ele Ministro fez escrevendo de Sua Letra e punho os nomes dos offeciaes que hão de Servir os Annos futuros nesta Villa e dividida cada huma em Seo papel destinto e Com a mesmadistenção os enSerrou em hum papel e Cada hum em huma bola de Sera com que ficarão cubertas para cada Anno Se tirar huma bola e os que Se acharem no papel que dentro estiverem Servirem na Camera eSse Anno as taes bolas forão metidas em hum Saco Lacrado e este em hum Cofre de tres chaves e este depois de fexado Se derão a cada vereador Sua xave e outra ao Procurador digo xave com obrigação de as guardarem e entregarem aos vereadores que no Anno Seguinte entrarem a Servir para

presentarem quando lhes for pedida para abrir o dito Cofre e porque tudo na verdade assim Se fez Lavrei o presente termo em que aSinarão os oficiais Com ele Ministro eu Joaquim Joze Pinto Bandeira Escrivão da Camera o Escrevy *Medr.^{os}* - *Luis Gomes da Silva.^r* - *Roberto Miz' Coinbra* - *Francisco Vidrio de Alm.^{da}* - *Antonio Alz' de Ar.^o* - *Fran.^{co} Montr.^o*

[...]

Auto de Eleição de Pelouros que mandou fazer o Doutor ouvidor Geral e Corregedor da Comarca Joze Carlos Ferrera de Almeida Torris para Se elegerem os offeciais que hão de Servir os cargos da Republica nos Annos de 1821 = 1822 = e 1823 =

Anno do NaScimento de NoSso Senhor Jezus Cristo de mil oitocentos e vinte annos aos oito dias do mes de Novembro do dito Anno nesta villa de NoSsa Senhora da Lus dos Pinhais de Curitiba em Cazas que Servem de PaSsos do Concelho onde forão vindos o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca Joze Carlos Pereira de Almeida Torres para efeito de Se proceder na Eleição de Pelouros para as peSsoas que hão de Servir os Cargos da Rpublica nesta villa os annos futuros de mil oitocentos e vinte e hum mil oitocentos e vinte e dois, e mil oitocentos e vinte e tres e Sendo para iSso Convocadas as PeSsoas da Governança desta villa Se procedeo na Eleição de Eleitores e Sahirão Eleitos os Seguintes

Para Eleitores

O Sargento Mor Joaq.^m Marianno Ribr.^o ##### 10

O Cap.^m M.^{el} Joze de Franca #####

O Cap.^m João Antonio da Costa ##### 9

O Alf.^{es} João da Silva Per.^a ##### 11

O Ten.^{te} An.^{to} Joze da S.^a Carram ##### 10

Manoel Joze de Faria / 1

Lourenço P.^{to} de Sá ##### 8

Cap.^m Dom' Joze da Motta #### 6

Cor.^{el} Inacio de Sá Sotto Maior ##### 8

Joaq.^m dos Anjos Per.^a # 2

Joze dos S.^{tos} Lima ## 3

Roberto Miz' Coimbra # 1

Cor.^{el} Jacinto Joze de Castro # 2

Termo de Juramento aos Eleitores a mais votos abaixo declarados

Aos Oito dias do mes de Novembro de mil oitocentos e vinte annos nesta villa de NoSsa Senhora da Lus dos Pinhais de Curitiba em Cazas que Servem de PaSsos do Concelho onde foi vindo o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor Joze Carlos Pereira de Almeida Torres para efeito de proceder na Eleição de Pelouros tendo procedido na dita Eleição Sahirão a mais votos do Povo para Eleitores o Tenente Antonio Joze da Silva Carram o Alferes João da Silva Pereira o Coronel Inácio de Sá Sotto Maior Lourenço Pinto de Sá Ribas o Capitão João Antonio da Costa os quais digo e o Sargento Mor Joaquim Marianno Ribeiro Ribas os quais Sendo presentes por elle Ministro lhes foi deferido o Juramento dos Santos Evangelhos em hum Livro delles em que pozerão Suas mayns digo maons direitas Sob Cargo do qual por elle Ministro lhes foi encarregado que bem e fielmente Sem dolo nem malicia cada dois Eleitores fizecem tres Camaras e hum Juis de orfaons para os tres annos futuros Comtanto que não entracem parentes dentro do quarto gráo e que em tudo guardacem o que lhes he Recomendado pela Ley os qual tendo Recebido aSim o juramento o prometerão Cumprir de que fis este termo de juramento que aSinarão Os depoentes Com elle Ministro eu Joaquim Joze Pinto Bandeira Escrivão da Camera o Orfaons e anexos que o Escrevj *Pereira - Ignacio de Sá Sotto maior - Lourenço Pinto de Sa Ribas - João da S.^a Pr.^a - Antonio Joze S.^a Carram - João Antonio da Costa - Joaq.^m Mar.^{no} Ribr.^o Ribas*

E logo no mesmo dia mes e Anno Retro declarado pelos ditos Eleitores forão entregues as Suas Listas ao Doutor Ouvidor Geral e Corregedor Joze Carlos Pereira de Almeida Torres para os alimpar e fexar o que Com efeito o dito Ministro fes e escrevendo de Sua Letra e punho os nomes de Juizes e officiais que hão de Servir os annos futuros na Camera desta

villa e dividida Cada huma em Seo papel distinto e Com a mesma distinção Cada huma em bola de Sera em que ficarão Cubertas para Cada Anno Se tirar huma e os que Se acharem descritos no dito papel Servirem aquelle Anno em Camera e todas as tres bolas forão metidas em hum [f. 169] em hum Saco Lacrado e este dentro de hum Cofre fexado com tres xaves cujas Se intregarão aos tres vereadores Com a obrigação de darem Conta dellas e intregarem aos vereadores futuros e tambem darem conta quando lhe forem pedidas para Se abrir algum pelouro e de Como aSim Se fes tudo na vierdade fis este termo em que aSinou elle Ministro com os officiais e eu Joaquim Joze Pinto Bandeira Escrivão da Camera o Escrevi *Pereira - Jose Antonio Vieira - João Glz' Franco - Manoel Borges de [ilegível] Leite - Francisco Vidrio de Alm.^{da} Ribaz - Manoel Joze de Bitancourt - Francisco de Paulla Magalhais*

[...]

Auto de Elleição de Pellouros que mandou fazer o Doutor Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca José Xerenque Ribeiro de Aguillar para se ellegerem os offeciais que hão de servir os cargos da Republica nos annos de 1825 = 1826 = 1827 =

Anno do Nascimento de NoSso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e vinte quatro aos trinta de Julho nesta Villa de NoSsa Senhora da Luz dos Pinhais de Coretiba em casas que servem da Camara e Paços do Concelho onde forão vindos o Doutor Dezembargador Ouvidor Geral e Coregedor, com o Juiz Vereadores e Procurador da Camara commigo Escrivão para efeito de se proceder na Elleição de Pelouros das Pessoas que hão de servir os cargos da Republica [f. 184] Republica nesta Villa os annos futuros de mil oitocentos e vinte, cinco, mil oitocentos vinte seis, e mil oitocentos e vinte sette, e sendo para iSso convocadas as PeSsoas da Governança desta villa se procedeu na Elleição de Elleitores, e sahirão elleitos os seguintes

O Sargento Mór Joaquim Mariano Ribeiro Ribas ##### 19

O Sargento Mór Ignacio Lustoza de Andrade ##### 15

O Coronél Ignacio de Sá Sotto Maior ##### 14

O Capitão João Antonio da Costa ##### 14

O Alferes João da Silva Pereira ##### 12

O Sargento Mór José da Costa Pinto ##### 11
 O Cap.^m Antonio José da Silva Carrão ##### 9
 O Tenente Coronél Ignacio Pereira Bastos ##### 7
 O Ajudante Antonio Antunes Rodrigues ##### 7
 Joaquim dos Anjos Pereira ##### 6
 O Capitão José Antonio Vieira ### 5
 Antonio José de Freitas Saldanha 5
 João Gonçalves Franco ### 4
 Capitão Simão José Gonçalves de Andrade ### 4
 O Tenente João de Santa Anna Pinto ## 3
 João de Andrade # 2
 O Tenente José de Sá # 2
 Antonio Alves de Araujo # 2
 Antonio José de Souza / 1
 O Alferes Ricardo Lustoza de Andr.^e / 1
 João Baptista Texeira / 1
 Fidelles Jozé da Silva Carrão / 1

Tr.º de Juramento aos Elleitores acima[?] declarados

Aos trinta de Dezembro de mil oitocentos e vinte quatro nesta villa de NoSsa Senhora da Luz dos Pinhais de Coretiba em Casas que servem da Camara e Passos do Concelho onde foi vindo o Doutor Desembargador, Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca José Verneque Ribeiro de Aguillar para efeito de proceder na Elleição de Pellouros, e tendo procedido na dita Elleição, sahirão a mais vótos do Povo, o Coronel Ignacio de Sá Sotto Maior, o Sargento Mór Joaquim Mariano Ribeiro Ribas, o Sargento Mór José da Costa Pinto, o Alferes João da Silva Pereira, e o Capitão João Antonio da Costa os quais sendo presentes pelo dito Ministro lhes foi deferido o Juramento dos Santos Evangelhos em hum Livro delles em que cada hum em particular poz sua mão direita sobcarga do qual lhes foi encarregado que bem e fielmente sem dollo nem mallicia cada dois Elleitores fisessem

trez Camaras, e hum Juiz de Orphaons para os trez annos futuros, não entrando Parentes dentro do quarto gráo, e que em tudo guardaSsem o que lhes he recomendado pela Lei, os quaes tendo recebido o Juramento aSsim o prometerão cumprir de que para constar fis este termo em que aSsignarão com o Ministro e eu Francisco de Paula e Silva Escrivão que o escrevi *Verneque - Ignacio de Sá Sotto maior - Joaq.^m Mar.^{no} Ribr.^o Ribas - João Antonio da Costa - Ignacio Lustoza de Andr.^e - Jozé da costa Pinto - João da S.^a Per.^a*

E logo na mesma ocasião pelos ditos Elleitores foi intregues sua listas ao Doutor Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca José Verneque Ribeiro de Aguillar para as apurar e fexar, o que com efeito o dito Ministro foi escrever os nomes dos Juizes e offeciais de sua propria letra e punho, cujos officiais devem servir nesta Villa em Camara dos trez annos futuros, divida cada lista em seu papel distincto, e com a mesma destinsão em trez bóllas de sera em cujas ficarão cobertas para cada anno se tirar huma, e os que se acharem descriptos no dito papel, servirem naquelle anno em Camara, e todas as trez bóllas forão metidas em hum Saco lacrado, que se recolheu dentro de hum pequeno Cofre fexado com trez xaves cujas se entregarão aos trez Vereadores Actuais para darem conta quando for percisas, ou intregarem aos Vereadores futuros, para intregarem-nas na ocasião de se abrir algum Pellouro, e de como aSsim se fez, para constar lavrei este termo em que aSsignarão o Ministro Juiz Vereadores e Procurador, e eu Francisco de Paula e Silva Escrivão que o escrevi *Verneque - Jose Antonio Vieira - Antonio Alvres de Araujo - João Baptista Teixeira - Ricardo Lustoza de Andrade - João de S.^{ta} Anna Pinto*

[...]

Autto de Eleição de Pelouros que mandou fazer o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor Interino Joaquim Teixeira Peixoto para se ellegerem os Offeciaes que hão de servir os Cargos da Republica nos annos de 1828 -1829, e 1830

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos e vinte sete aos cinco dias do mes de Junho do dito anno nesta Villa de Nossa Senhora da Lus dos Pinhais de Coritiba Cabessa de Comarca em Cazas que servem de Passos do Concelho honde foi vindo o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor Interino Joaquim Teixeira Peixoto para effeito de se proceder na Eleição de Pelouros para as pessoas que hão de servir os Cargos da Republica os annos de mil oitocentos e vinte oito mil oitocentos e vinte nove, e mil oitocentos e trinta, e Sendo para digo e trinta, e para a Eleição de hum Vereador na falta de Francisco Alves de Araujo por ter falecido e Sendo para isso convocadas as Pessoas da Governança desta Villa se procedeu na Eleição de Eleitores e Sahirão illeitos os Seguintes

Para Eleitores

O Cap.^m Nicolao Pinto Rebello – 19

O Alf.^{es} João da S.^a Pereira – 20

O Alf.^{es} Joze P.^{to} Ribr.^o Nunes – 5

O Sarg.^{mor} Joze da Costa Pinto – 11

O Sarg.^{mor} Fran.^{co} de Paula X.^{er} Buenno 20

O Cor.^{el} Ignacio de Sá Sotto maior 15

O Sarg.^{mor} Ignacio Lustoza de Andr.^e 8

O Cap.^m Antonio Joze da S.^a Carrão 14

O Sarg.^{mor} Joaq.^m Marianno – 12

o Cap.^m Joaq.^m Glz' Guim.^{es} – 13

Antonio Alves de Araujo – 3

Lourenço Pinto de Sá – 18

O Cap.^m João Mendes Maxado – 7

O Cap.^m Simão Joze Glz' de Andr.^e – 8

O Cap.^m Joze de Andr.^e Pereira – 1

O Cap.^m Dom.^{os} Joze da Motta – 2

O Alf.^{es} Joze Borges de Macedo – 2

João Bap.^{ta} de Oliv.^a – 1

O Cap.^m Joze Miz' de Ar.^o França 5

Antonio Joze Pereira Tinoco – 1

P Ajud.^{te} João Glz' Franco – 7

Antonio Joze de Freitas Saldanha 3

O Cap.^m Mathias Glz' Guim.^{es} – 1

O Alf.^{es} Fran.^{co} de Paula X.^{er} – 1

Tr.^o de Juramento aos Eleitores a mais votos abaixo declarados

Aos cinco dias do mes de Junho de mil oitocentos e vinte sette nesta Villa de Coretiba em Cazas que Servem de Passos do Conselho honde foi vindo o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor Interino Joaquim Teixeira Peixoto para effeito de proceder na Eleição de Pelouros, e a nomeação de hum Vereador na falta do falecido Francisco Alves de Araujo tendo procedido na dita Eleição Sahirão a mais vottos do Povo para Eleitores o Alferes João da Silva Pereira = o Sargento mor Francisco de Paula Xavier Buenno = Lourenço Pinto de Sá = o Coronel Ignacio de Sá Sotto maior = o Capitão Antonio Joze da Silva Carrão = o Capitão Nicoláo Pinto Rebello = o Capitão digo o Capitão Antonio Joze da Silva Carrão = o Capitão Joaquim Gonçalves Guimaraens os quaes sendo presentes por elle Ministro lhes foi deferido o Juramento dos Santos Evangelhos em hum Livro delles em que poz cada hum de per si sua mão direita sobcarga do qual lhes foi encarregado, que bem e fielmente sem dolo, nem malicia cada dois Eleitores fizessem tres Camara, e hum Juiz de Orphaons para os tres annos futuros comtanto que não entrassem Parentes dentro do quarto gráo e que em tudo guardasem o que lhes he Recomendado pela Lei os quaes tendo Recebido assim o Juramento assim o prometerão Cumprir. Do que para constar fis este termo de Juramento que assignarão os depoentes com elle Ministro E eu Joze Antonio Ferreira Escrivão da Camara que o escrevi *Peixoto - Lourenço Pinto de Sá Ribas - Fran.^{co} de Paula X.^{er} Bueno - An.^{to} J.^e da S.^a Carram - João da S.^a Pr.^a - Francisco de Sa Sotto Maior - Joaq.^m Glz' Guim.^{es}*

E logo no mesmo dia mes, e anno Retro declarado pelos ditos Eleitores forão entregues as suas Listas ao Doutor Ouvidor Geral e Corregedor interino Joaquim Teixeira Peixoto para as alimpar, e feixar o que com effeito o dito Ministro fez escrevendo de sua letra e punho os nomes Dos Juizes e Officiais que hao de servir os annos futuros na Camara desta Villa, e devidindo cada Camara em seu papel destinto e com a Mesma distincção cada hua em bolla de Sera em que ficarão Cubertas para cada Anno se tirar hua, e os que se acharem descriptos no dito papel servirem aquelle anno em Camara, e todas as trez bollas forão metidas em hum Saco lacrado, e este dentro de hum Cofre lacrado digo de hum Cofre com tres xaves cujas se entregarão aos tres Vereadores com obrigação de darem Conta dellas, e entregarem aos Vereadores futuros e tão bem darem Conta quando lhes forem pedidas para se abrir algum pelouro, e de como assim se fez fiz este termo que assignou elle Ministro com os Officiaes. E eu Joze Antonio Ferreira Escrivão da Camara que o escrevi. Peixoto - Nicoláo Pinto Rebello - An.^{to} J.^e da S.^a Carram - Fran.^{co} Teixr.^a Alz' - Joze Pinto Ribr.^o Nunes - João Bap.^{ta} de Andr.^e - João Baptista Teixeira. [...]